

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras.

Diretoria (Gestão 2005-2006)

Presidente: Gabriel Cohn (USP); *Secretário Executivo:* Marcelo Ridenti (Unicamp); *Secretário Adjunto:* Gildo Marçal Bezerra Brandão (USP); *Diretores:* Raymundo Heraldo Maués (UFPA); José Eisenberg (Iuperj); Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS).

Conselho Fiscal: Brasilmar Ferreira Nunes (UnB); Iracema Brandão Guimarães (UFBA); Carmen Sílvia Rial (UFSC).

Coordenação: Marcelo Siqueira Ridenti (Unicamp).

Editor: João Trajano Sento-Sé (Uerj).

Comissão Editorial: César Guimarães (Iuperj); Emerson Alessandro Giumbelli (UFRJ); José Sérgio Leite Lopes (MN/UFRJ); Maria Celi Scalon (Iuperj).

Conselho Editorial: Gustavo Lins Ribeiro (UnB); Jane Felipe Beltrão (UFPA); João Emanuel Evangelista de Oliveira (UFRN); Jorge Zaverucha (UFPE); Lívio Sansone (UFBA); Lúcia Bógus (PUC/SP); Helena Bomeny (CPDOC-FGV/RJ); Magda Almeida Neves (PUC/MG); Paulo Roberto Neves Costa (UFPR); Roberto Grün (UFSCar).

Edição

Assistente Editorial: Mírian da Silveira Pavanelli

Preparação/revisão de textos/copidesque: Ana Lúcia Novais

Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans e Juris Megnis Jr.

Editoração eletrônica: Hilel Hugo Mazzoni

Produção gráfica: Edusc

Appropriate articles are abstracted/indexed in:
Hispanic American Periodicals Index; DataÍndice

BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996)-.-- São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995: BIB: Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais.

ISSN 1516-8085

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciência Política 5. Antropologia
I. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar
Universidade de São Paulo – USP
05508-900 – São Paulo – SP
Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043
e-mail: anpocs@anpocs.org.br

Editora da Universidade do Sagrado Coração
Rua Irmã Arminda, 10-50
17011-160 – Jardim Brasil – Bauru-SP
Tel.: (14) 2107 7111 – Fax: (14) 2107 7219
e-mail: edusc@edusc.com.br



Programa de apoio a Publicações Científicas

MCT



**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais****Sumário**

Tráfico de Drogas: Uma Revisão Bibliográfica <i>Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha</i>	5
A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de Pesquisa <i>Rafael Duarte Villa e Rossana Rocha Reis</i>	19
Idéias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura... <i>João Marcelo Ehlert Maia</i>	53
Max Weber e Hans Kelsen: a Sociologia e a Dogmática Jurídicas <i>Daniel Barile da Silveira</i>	73
Os Estudos de Mobilidade Social e Ocupacional: Passado, Presente e Desafios para o Futuro <i>Felícia Picanço</i>	87
Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs	103
Fontes de Pesquisa	107
Trabalhos Publicados: 1975-2006	113

Colaboraram nesta edição

Jorge Zaverucha, doutor em ciência política pela University of Chicago, é coordenador do Núcleo de Instituições Coercitivas da Universidade Federal de Pernambuco (NIC-UFPE) e pesquisador do CNPq. E-mail: jorgezaverucha@uol.com.br

Adriano Oliveira, doutor em ciência política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é vice-coordenador do Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas (NIC) na mesma instituição. E-mail: adrianopolitica@uol.com.br

Rafael Duarte Villa, doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), é professor do Departamento de Ciência Política e diretor do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais da (Nupri), ambos na mesma instituição. Desenvolve pesquisas na área de relações internacionais. E-mail: rafaelvi@usp.br

Rossana Rocha Reis, doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), é professora do Departamento de Ciência Política e pesquisadora do Núcleo de Apoio aos Estudos de Democratização e Desenvolvimento (NADD), ambos na mesma instituição. Desenvolve pesquisas na área de relações internacionais. E-mail: rossanarr@uol.com.br

João Marcelo Ehlert Maia, mestre e doutor em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), é professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). Entre seus principais artigos, estão “A Rússia Americana” (*Revista Sociedade e Estado*, nº 21) e “Esquerda e Escola Paulista de Sociologia: Um itinerário sociológico do conceito de populismo no Brasil” (*Revista Teoria e Sociedade*, nº 10). Trabalha e pesquisa nas áreas de sociologia da cultura e pensamento social brasileiro. E-mail: jmehlert1@hormail.com

Daniel Barile da Silveira é mestrando em direito do estado pela Universidade de Brasília (UnB) e mestrando em ciência política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: danielbarilesilveira@yahoo.com.br

Felícia Picanço, doutora em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), com a tese sobre a mobilidade sócio-ocupacional no Brasil, é professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) no Departamento de Ciências Sociais; atualmente desenvolve pesquisa sobre mobilidade, percepções e realizações. E-mail: felicia@uol.com.br

Introdução

São embrionários os trabalhos que abordam o fenômeno do tráfico de drogas nas ciências sociais brasileiras. Esses estudos apresentam geralmente uma perspectiva etnográfica em vez de explicativa, o que, talvez, decorra do fato de se tratar de uma contribuição sobretudo de antropólogos e sociólogos.

Como lembra Van Evera (1997), a construção de uma teoria explicativa ocorre a partir da compreensão, por meio de relações causais, de um determinado fenômeno. Nessa mesma linha, Reis (1997) critica os trabalhos nas ciências sociais que se restringem a querer saber “o quê ou como aconteceu” algum fenômeno, não se indagando sobre suas causas.

A nosso ver, a função primordial dos cientistas é desvendar *como* as regras regem a realidade, e não apenas explicar *por que* elas existem (Gleiser, 2006) – o ideal seria fazer os dois movimentos. No caso do tráfico de drogas, é necessário identificar e explicar quais são as peças que o movem, assim como evidenciar as relações de causalidade. Dessa forma seria possível esclarecer *como* o tráfico funciona num determinado contexto social, e, secundariamente, *por que* ele ocorre.

Temos como premissa a existência de uma cadeia interacional de diversos atores que participam do tráfico; portanto reconhecemos que a teoria do mecanismo,¹

baseada em Elster (1986, 1994) e Van Evera (1997), seja a mais adequada para analisá-lo.

Em um fenômeno social existem peças – como, por exemplo, o mercado consumidor e as organizações criminosas –; inerentes a elas encontram-se os indivíduos, agrupados ou não, que fazem escolhas e tomam decisões. A presença das peças ilustra, de modo hipotético, que o fenômeno é uma espécie de “caixa-preta”, que deve ser aberta, analisada e explicada pelo pesquisador. Com efeito, um simples olhar não possibilita sua compreensão.

Tomemos, como exemplo, a “caixa-preta” que esconde os segredos do funcionamento do motor de um automóvel. O pesquisador, nesse caso, almeja compreender como o motor funciona e o que faz o veículo se movimentar. Em primeiro lugar, ele abre o motor e analisa as peças existentes. Constata, em segundo lugar, a maneira *como* as partes interagem, ou seja, percebe que as peças atuam sinergicamente, resultando no funcionamento do motor. De modo análogo, para se entender o tráfico de drogas cabe ao cientista social procurar identificar as peças que ali interagem. É preciso, pois, compreender a engrenagem para, depois, explicar seu funcionamento. O fato de haver peças, por vezes em processo de interação, pode levar à construção de uma teoria, uma vez que relações de causalidade serão identificadas e seus mecanismos explicados (Van

Evera, 1997). Quais seriam as peças (atores políticos ou instituições) que compõem o mecanismo do tráfico de drogas? Elas atuam estrategicamente? Incorporam suas expectativas em relação ao comportamento das outras peças? Por que atores, dentre um leque de opções, optam por uma determinada alternativa? Existem mecanismos causais? Como ele funciona? Trata-se de indagações fundamentais que permitem a análise e a compreensão do fenômeno.

Apresentamos a seguir obras que possibilitam a identificação das possíveis peças que integram o mecanismo do tráfico de drogas, como elas interagem e de que modo ajudam a explicar a existência desse fenômeno no Brasil.

Revisando a Literatura

A escolha da literatura sobre o tema obedeceu aos seguintes critérios: 1) publicações na área de ciências sociais; e 2) que de algum modo evidenciem a existência de peças que apontam para os mecanismos atuantes no tráfico. Não optamos por fazer esta revisão seguindo uma ordem cronológica.

Embora seja um dos mais sérios problemas na área da segurança pública, a literatura nacional sobre o tráfico de drogas é diminuta. Zaluar (1999a), por exemplo, revisando diversos trabalhos que abordam a criminalidade no Brasil, atesta que o tráfico é objeto secundário de pesquisa. Ele aparece, na maioria das vezes, como conseqüência de abordagens do comportamento violento da juventude. Adorno (2002) corrobora essa constatação. Segundo ele, nos estudos sobre a violência predominam os trabalhos sobre as relações entre democracia e violência, assim como entre monopólio estatal da violência e direitos humanos. Também Neto, Moreira e Sucena deixam claro em sua pesquisa empírica sobre o tráfico

de drogas no Rio de Janeiro que, apesar de a questão das drogas “ser uma tradicional preocupação social, a definição do tráfico como objeto de estudos sistemáticos e metodologicamente organizados é uma práxis exploratória ainda muito recente” (2001, p. 37).

Apesar desse *déficit* de estudos, procuramos reunir o máximo de obras que abordassem – mesmo que secundariamente, mas que trouxessem alguma contribuição explicativa – o tráfico de drogas. É o caso de Soares (2000), que relata sua experiência como executor de política pública de segurança no estado do Rio de Janeiro. Embora o tráfico não seja o tema principal desse trabalho, o autor contribui para a compreensão do mecanismo que o envolve. Segundo o autor (*Idem*, p. 269), os menores de idade, protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, são usados pelos traficantes adultos como transportadores e vendedores de armas e drogas. Isso é tido como vantajoso, pois aqueles não sofrem penas tão duras.² São usados para abastecer/atender o mercado das ruas – consumidores que não vão até as bocas de fumo (geralmente localizadas nos morros do Rio de Janeiro) comprar a droga. Levam consigo pequenas quantidades com o objetivo de não despertar a atenção da polícia. Esse processo é conhecido como *tráfico formiguinha*. O menor de idade torna-se, assim, uma “peça” importante do tráfico, além do traficante propriamente dito.

Tráfico de drogas e lavagem de dinheiro são atividades ilícitas que caminham, freqüentemente, juntas.³ A lavagem é utilizada para legalizar recursos financeiros de origem ilícita.⁴ Nesse sentido, os traficantes usam esse meio para transformar em lícito os benefícios econômicos advindos de sua atividade ilegal. Trata-se, pois, de uma outra “peça” que se encaixa no mecanismo do tráfico.

Nos bastidores do tráfico, podem estar presentes também os atores de “colarinho

branco”,⁵ denominados financiadores do tráfico no atacado. Atuam por trás de uma cortina sociopolítico-econômica que os protege de ações contundentes das instituições coercitivas estatais. O desmantelamento do tráfico passa, obrigatoriamente, pela necessidade de neutralizar tais atores. Contudo, a repressão policial está concentrada no varejo, que vem a ser a face mais débil e visível do tráfico.

Uma outra “peça” presente na engrenagem do tráfico, apontada por Soares, é o Estado, representado pelas mais diversas instituições – polícia, poderes Legislativo e Judiciário, entre outras. O Executivo, especificamente o governo do Estado, constitui também um outro elemento. Segundo o autor, os traficantes, além de promoverem a corrupção policial, influenciam em “eleições, em governos e em todos os níveis dos poderes constituídos [...]” (2000, p. 277). Ou seja, mercê do lucro excepcional que essa atividade oferece, tornam-se financiadores de campanhas políticas e compram favores políticos.

Em suma, pode-se afirmar que o mecanismo do tráfico de drogas é constituído por: 1) traficantes individuais (grandes financiadores, intermediários e *formiguinhas*); 2) traficantes pertencentes às organizações criminosas; 3) integrantes das instituições coercitivas ou legislativas estatais; e 4) “lavadores” de dinheiro. É possível que haja diversas combinações entre essas “peças”, ou que elas atuem simultaneamente.

Reconhecemos o crime organizado como a união de duas ou mais pessoas com o objetivo de praticar atos ilícitos. Indivíduos montam organizações criminosas com a intenção de maximizarem seus benefícios. Se esses benefícios pudessem ser auferidos individualmente, não haveria motivo para se cometer um crime conjuntamente. Frisamos, ainda, que não fazemos distinção conceitual entre organizações criminosas e qua-

drilhas. Contudo, o que diferencia o poder de um grupo criminoso de outro são os atores conquistados dentro do aparelho estatal. Isso faz com que as organizações criminosas tenham elementos *facilitadores* das suas atividades no Estado. Em outras palavras, o Estado vai sendo minado internamente.

Soares (2000), contudo, não deixa claro quais são as *peças* que fazem parte do mecanismo do tráfico. Por conseguinte, não explica como nem por que as *peças* se relacionam. Zaluar (1994 e 2004), tal como Soares, enfatiza a corrupção estatal; especialmente, as instituições policiais. Para ambos, as instituições estatais, por intermédio de seus integrantes, comportam-se como agentes facilitadores do tráfico de drogas. Contudo, os autores não avançam na análise do comportamento estratégico⁶ entre corruptos e corruptores.

Zaluar (1999a, 2002a e 2004) faz menção à lavagem de dinheiro quando afirma que as investigações sobre o tráfico “não têm seguido o caminho do dinheiro, ninguém sabe, por exemplo, onde os muitos milhões já arrecadados no tráfico de drogas no Brasil [...] foram parar” (1999a, p. 96). Ou quando afirma que a atividade do tráfico é altamente rendosa no atacado, “onde empresários, fazendeiros, negociantes e banqueiros com vínculos transnacionais comandam o investimento, a produção, a comercialização e a lavagem de dinheiro” (2004, p. 59). Nesta última passagem, a autora deixa transparecer a presença do financiador do tráfico.

O “formiguinha” aparece também em seus textos, mas com outra nomenclatura. De acordo com a autora, parte do lucro do tráfico é repartida do seguinte modo: “[...] a metade vai para o dono da boca, 30% para o gerente e 20% para o vapor e os aviões” (1999b, p. 97) (ver, ainda, a esse respeito, Neto [2001], Velho [1994], Herman [1994] e Rodrigues [2002, 2003]).

Zaluar (2004) frisa, por diversas vezes, a presença da criminalidade organizada no Brasil, atuando, preponderantemente, no tráfico de drogas. Contudo, em nenhum instante a autora define o que é crime organizado. Nem deixa nítido se existe diferença conceitual entre organização criminosa e quadrilhas. Para ela, o desenvolvimento da criminalidade organizada é fruto da proibição de certas atividades, em especial, o uso de drogas. Entretanto, essa relação de causalidade é espúria. Não existem trabalhos, inclusive no Brasil, que mostrem que a proibição das drogas possibilita o fortalecimento da criminalidade organizada. Trata-se, portanto, de mera suposição.

Oliveira (2006), ao analisar os efeitos da descriminalização do uso de drogas na Espanha e em Portugal, concluiu que houve aumento do consumo. Inicialmente, com base em dados quantitativos, o autor apresenta tal aumento ano a ano. Em seguida, com base em entrevistas, mostra que promotores, policiais e sanitaristas reconheceram esse fato em Portugal. Além disso, de acordo com os entrevistados, o *tráfico formiguinha* se fortaleceu, pois, por conta da descriminalização, os traficantes, ao serem detidos com pequena quantidade de drogas, passaram a alegar que eram consumidores, não sendo, portanto, presos.

Não há, até onde sabemos, um país que tenha legalizado tanto o consumo como o tráfico de drogas. Portanto, inexistem realidades que possam ser pesquisadas empiricamente. Mas, usando um argumento contrafactual, indagamos se os traficantes, assim como já fazem hoje subornando policiais, juízes, políticos etc., não fariam o mesmo, caso o consumo de drogas fosse permitido, para não pagarem impostos. Não continuariam, pois, com suas atividades organizadas à margem do Estado? A criminalização do usuário de drogas permite o aumento da criminalidade

de violenta, afirma Zaluar (2004). Contudo, desconhecemos estudos que analisem as conseqüências da descriminalização do usuário e de sua relação com a diminuição da criminalidade. Mesmo em Portugal e na Espanha, que, como vimos, decidiram descriminalizar o usuário de drogas em seu arcabouço jurídico, não há, até o momento, pesquisas que avaliem o grau de influência dessa decisão nas diversas formas de criminalidade.

Velho (1994), Herman (1994) e Rodrigues (2002, 2003) propõem uma discussão crítica a respeito da criminalização dos usuários de drogas. Argumentam que a descriminalização assim como a legalização seriam os caminhos mais apropriados para a resolução das conseqüências negativas da droga na sociedade. Contudo, esses autores incorrem no mesmo erro: não há dados empíricos que possam embasar seus argumentos, que estão, portanto, mais fundamentados em aspectos ideológicos do que científicos.⁷

Zaluar (2004), por sua vez, tem o mérito de apontar a importância de políticas públicas nas ações antidrogas. Para ela, ações do Estado nas áreas de educação, cultura e saúde são de extrema necessidade no enfrentamento tanto da formação como da consolidação do tráfico de drogas nos bairros pobres. Só que isto é condição necessária, mas não suficiente. É importante salientar, como Zaluar o faz, que as medidas nas áreas de saúde e educação são preventivas; e que os consumidores de drogas não estão apenas nas favelas, mas, em todas as camadas sociais. Em sua defesa por políticas de saúde com o objetivo de reduzir os riscos de uso (e danos) das drogas, a autora recorre, mais uma vez, à argumentação de que a melhor política é a descriminalização dos usuários de drogas. Sem, reiteramos, apresentar provas nesse sentido.

Misse (2006), do mesmo modo como Zaluar e Soares, não identifica as supostas

peças que articulam os mecanismos do tráfico. Contudo, o autor inova ao circunscrever o comércio de drogas a um mercado ilícito, em que a regulação legal inexistente, e ao qual diversos atores, inclusive estatais, dão sustentação. Nesse caso, agentes estatais e comerciantes de drogas devem ser considerados elementos importantes na dinâmica do tráfico.

Numa boca-de-fumo estão presentes diversos atores com funções estabelecidas – os *vapores*, os traficantes e os gerentes das “bocas”, entre outros. Segundo Neto, Moreira e Sucena (2001, p. 134) e Souza (2000),⁸ os *vapores* são encarregados de vender a droga; os traficantes são os que comandam toda a estrutura das “bocas”; e os gerentes são homens de confiança dos traficantes. O traficante é o ator que sofre assédio de agentes estatais, ou ele mesmo os procura para ter as suas atividades facilitadas. Portanto, tais funções evidenciam como o tráfico *formiguinha* e o Estado estão nos mecanismos do tráfico como um todo.⁹

Indivíduos que transportam pequenas quantidades de drogas, principalmente de um país para outro, são denominados *mulas* (Procópio, 1999a, p. 157). Procópio chama esse tipo de comércio de tráfico *em gotas*. Com efeito, *em gotas* ou *formiguinha* podem ser considerados sinônimos; o próprio Procópio usa o termo contrabando *formiguinha* para caracterizar as pessoas que transportam pequenas quantidades de produtos químicos utilizados na produção da cocaína e da heroína.

Segundo esse autor, as *mulas*, ao levarem pequenas quantidades de droga, corrompem as forças policiais: “a corrupção policial generalizada no continente (América Latina) incentiva o transporte de pequenas quantidades” (*Idem*, p. 159). Nesse caso, é necessário, por parte dos traficantes, buscar a cooperação de agentes estatais para o sucesso da empreitada. Está provado que os

traficantes não corrompem apenas as instituições policiais, mas também membros do Judiciário e do Legislativo (*Idem*, p. 160).

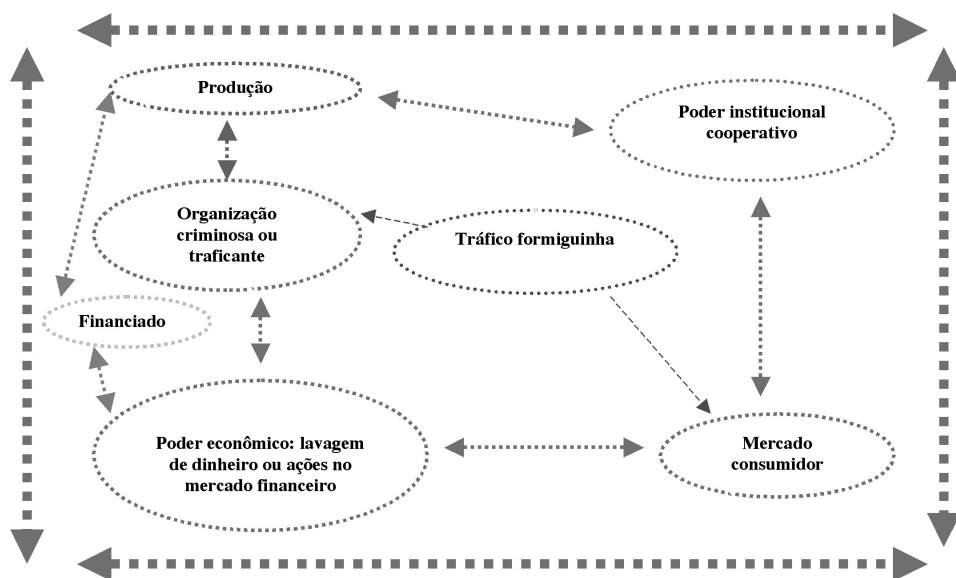
A lavagem de dinheiro é apontada por Procópio (1999a, p. 184; e 1999b, p. 23) como um meio de garantir a maximização da lucratividade dos traficantes, o que a torna também um elemento importante, presente nos mecanismos do tráfico de drogas.¹⁰ Os trabalhos de Procópio (2000), Evangelista (2003), Geffray (2002), Mingardi (1996) e Shonenberg (2002) mostram como os traficantes de drogas buscam a cooperação ilícita do Estado.

Machado (2002), por sua vez, desenvolve um estudo empírico exaustivo numa pequena cidade da Amazônia, onde, embora não haja uma grande atividade econômica, os bancos são abastecidos com somas elevadas de dinheiro, enviado, posteriormente, a outros lugares. O autor discute com base nessa pesquisa a suspeita de se tratar de lavagem de dinheiro oriundo do tráfico de drogas.

O modelo a seguir (Figura 1) identifica de modo esquemático as peças que integram os possíveis mecanismos do tráfico de drogas, o que ajuda sobremaneira a compreender melhor sua dinâmica, tornando-o, conseqüentemente, mais inteligível; daí a importância e o pioneirismo do trabalho de Oliveira (2006).

Ao testar esse modelo empiricamente Oliveira (2006) chega a três conclusões gerais, a saber: 1) nem todas as peças estão necessariamente presentes nos mecanismos do tráfico; 2) basta haver um mercado consumidor e uma organização criminosa (ou mesmo o traficante que atua sozinho) para que o mecanismo funcione; e 3) a presença do poder institucional cooperativo – no caso, atores estatais cooperando com grupos criminosos – possibilita o fortalecimento do tráfico.

Figura 1 - Modelo Principal da Dinâmica do Tráfico de Drogas



Em parte da literatura sobre o tema também se pode observar como os autores identificam as peças que regem o mecanismo do tráfico. Kopp (1998), Laniel (2002), Rodrigues (2003) e Leal (2004), ao estudarem o tráfico em diferentes continentes – Europa, África, América Latina –, mostram como a lavagem de dinheiro e a corrupção de agentes estatais fazem parte desse mecanismo.

Contudo, é preciso ressaltar que a literatura aqui revisada não aborda com ênfase devida alguns pontos de extrema importância. Não há, por exemplo, uma definição consistente acerca do crime organizado. Como não se formula um conceito a esse respeito, torna-se difícil estabelecer uma teoria que possa explicar a maneira pela qual se dá o comércio de drogas exercido pelas organizações criminosas.

Além disso, não sabemos até que ponto está provado que o tráfico de drogas é exer-

cido somente por grupos criminosos, como afirmam categoricamente alguns atores, já que a comercialização de droga também pode ocorrer a partir da atuação de traficantes que não fazem parte necessariamente do crime organizado.

Com efeito, também a relação entre crime organizado e agentes estatais precisa ser mais bem analisada no sentido de equationar todas as frentes de atuação. Afinal, é possível que nem todas as organizações criminosas tenham condições de corromper agentes estatais, e que, em contrapartida, nem todos os agentes sejam corruptíveis, ou ainda que o preço a ser pago possa variar sobremaneira. Ademais, deve-se esclarecer com mais detalhes quais são os incentivos oferecidos por grupos criminosos ou traficantes solitários aos atores estatais, uma vez que tais incentivos transformam funcionários do Estado em facilitadores de atividades criminosas. Portanto, um dos indicadores do

poder de uma organização criminosa deve ser medido a partir de sua penetração no aparelho estatal. Isto significa que quanto mais atores políticos forem cooptados pela organização criminosa e dependendo da posição hierárquica de quem é corrompido, mais poder ela detém. O grau de acesso no interior do Estado baliza os interesses em jogo, assim como os riscos assumidos de ambos os lados.

Quanto ao mercado consumidor, basta lembrar a fórmula básica econômica, de que somente há oferta onde existe demanda, para que observemos a necessidade de uma análise mais apurada a esse respeito. Qual é perfil do usuário de drogas? Quais são os preços das drogas no mercado? A proibição possibilita o aumento do consumo de drogas? Qual a relação entre desenvolvimento econômico e o nível de consumo? São questões que não poderão ser desprezadas em pesquisas futuras, com o intuito de entender melhor como essa peça fundamental interage nos mecanismos do tráfico. A corrupção no interior do Estado e a lavagem de dinheiro são desdobramentos da interação entre o mercado consumidor e o traficante/grupo criminoso. Elas atestam a sofisticação do jogo e dos altos interesses envolvidos neste.

A militarização¹¹ do enfrentamento ao tráfico de drogas no Brasil é também uma questão que não foi devidamente abordada por nenhum autor. Com efeito, a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), criada em 1998, é dirigida por um general, que não é um especialista no tema, e está subordinada ao ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República –, cargo de natureza militar e privativo dos oficiais das Forças Armadas. Se a prevenção de uso de drogas envolve ações na área de educação e saúde, perguntamos, então, por que a Senad não faz parte da estrutura do Ministério da Saúde ou da Educação? Sob a

ótica da repressão, por que essa secretaria não é subordinada ao Ministério da Justiça? Qual seria a razão de os militares fazerem tanta questão de controlar a política de prevenção às drogas? Trata-se de questões importantes que são, praticamente, ignoradas nos trabalhos acadêmicos.

A Necessidade de uma “Explicação por Mecanismos”

Como explicitamos no início deste artigo, de acordo com Elster (1994), explicar é fornecer um mecanismo, isto é, abrir a “caixa preta” e mostrar a interação entre as peças e as engrenagens de um determinado fenômeno social. Explicar é dizer como algo ocorreu, de que modo aconteceu e por que se escolheu determinada alternativa dentre um leque de opções. Ou seja, nem mera descrição, nem leis generalizantes, mas analisar o comportamento dos atores, assim como a estrutura socioeconômica e institucional onde atuam. Dessa forma, Elster, sem desmerecer sua importância, distancia-se do relato puramente etnográfico. A literatura sobre o tráfico de drogas é, todavia, excessivamente etnográfica. Relata com destreza os acontecimentos, mas derrapa quando tenta explicar sua causa. Por conta disso acreditamos que seja crucial nesse terreno a “explicação por mecanismos”, baseada na teoria de Elster.

A organização criminosa ou o traficante individual (peça A) comercializa drogas com os consumidores (peça B). Caso estes não estejam presentes, aqueles não poderão obter lucro. Caso as interações entre A e B se tornem mais lucrativas e apontem para a necessidade de expansão do jogo, entra em cena o agente estatal (peça C). Se ocorrer uma interação intensa entre as peças A, B e C, haverá margem para a entrada da peça D

(lavagem de dinheiro) no jogo. É o momento de oficializar o lucro excessivo oriundo de tal interação.

Em síntese, para a peça A existir é necessário que a peça B esteja presente. Contudo, a repressão policial pode inibir a ação do traficante, o que enfraquecerá o mercado consumidor. Porém, na prática, isso não acontece devido à fragilidade do aparato coercitivo estatal. A corrupção de agentes estatais geralmente está presente, e não há necessidade, nesse caso, de recursos financeiros elevados. Em contrapartida, a lavagem de dinheiro só entra em cena quando o volume de lucro é grande. O *tráfico formiguinha* (peça E) e a presença de agentes estatais quase sempre estão presentes nos mecanismos do tráfico.

Reconhecer as ações dos atores como sendo racionais facilita a “explicação via mecanismos”.¹² Nesse caso, em cada peça se faz presente um sujeito racional, que toma decisões com o objetivo de conquistar algum fim, maximizando os benefícios provenientes dessa conquista. Nesse sentido, a ação racional dos atores torna inteligível o meio utilizado para se alcançar um objetivo. Conseqüentemente, permite a compreensão das possíveis relações entre peças que interagem nos mecanismos do tráfico de drogas.

Reconhecer a ação intencional e racional dos atores possibilita explicar as causas de seu comportamento. Afinal os jogadores podem mudar de atitude à medida que suas preferências sejam ou não adotadas. Tal mudança também pode ocorrer quando há

mais informações sobre outros atores e sobre o quadro político, ou, ainda, quando as condições se transformam, isto é, quando o peso de um determinado ator no sistema político aumenta ou diminuiu. Além disso, nesse tipo de jogo, com muitas rodadas a serem jogadas, o *timing* das ações específicas exerce um papel crucial, no sentido de que uma mesma atitude, tomada em momentos diversos, pode ser avaliada diferentemente pelos atores, ainda que as condições estruturais permaneçam as mesmas.

Acreditamos que a “explicação por mecanismos” possibilita a compreensão do tráfico de droga de modo mais sofisticado. Ao fugir da mera descrição, esse tipo de explicação mostra que os fenômenos sociais ocorrem motivados pela presença de vários componentes, os quais dão vida ao sistema. Nesse sentido, o tema do tráfico de drogas requer uma análise que contemple tanto os atores envolvidos, como os constrangimentos existentes, suas interações e resultados obtidos. Somente esse tipo de análise poderá revelar, por exemplo, se realmente as organizações criminosas interagem com o sistema financeiro para a lavagem de dinheiro; se buscam cooperação com o poder estatal com o intuito de obter proteção do Estado; ou, ainda, se usam pequenos traficantes para abastecer o mercado consumidor. Em suma, torna inteligíveis os atores/peças envolvidos num determinado fenômeno e suas relações de causalidade e dependência.

Notas

1. “Um mecanismo causal tem um número de elos. Cada elo terá que ser descrito por uma lei geral, e nesse sentido por uma ‘caixa preta’ sobre cujas engrenagens e polias permaneceremos ignorantes. No entanto, para propósitos práticos, o lugar da ênfase é importante.

- Ao concentrarmos-nos em mecanismos, captamos o aspecto dinâmico da explicação científica: o impulso de produzir explicações cada vez mais refinadas” (Elster, 1994, p. 21).
2. O Estatuto da Criança e do Adolescente permite apenas três anos de reclusão, independentemente do crime cometido pelo menor. Portanto, é possível que o delinqüente volte a cometer crimes, com uma reincidência provavelmente mais rápida.
 3. Nem todo traficante de droga faz lavagem de dinheiro. Só o faz quando a atividade é muito lucrativa. Oliveira (2006) mostra – empiricamente – que indivíduos que traficam drogas para outros países auferem lucros exorbitantes. Nesse caso, faz-se necessário a lavagem de dinheiro.
 4. Segundo Romantini, “a lavagem de dinheiro é justamente a atividade que dá uma origem aparentemente lícita aos recursos obtidos ilícitamente pelo agente criminoso. Dissimulando a origem dos bens, direitos e outros valores obtidos ilegitimamente, o criminoso poderá acumular ativos reconhecidos socialmente, ao mesmo tempo em que minimiza o risco de perdê-los em decorrência da atividade repressora do Estado. Tendo sucesso nesse processo, evita também sofrer outras conseqüências de caráter penal” (2003, p. 7).
 5. “Apesar de as polícias continuarem a focalizar o varejo, que é mais visível e produz efeitos mais vistosos, não haveria tráfico sem lavagem de dinheiro, negociações internacionais, mediadores políglotas esperas em contabilidade e administração financeira etc. Sabe-se que esses personagens não moram em favelas. Duvido que tenha havido, no Brasil, oportunidade comparável para o estabelecimento dessa cumplicidade interclassista, que se apóia numa divisão do trabalho bastante conveniente para os criminosos que vivem longe das favelas” (Soares, 2000, p. 273).
 6. Um comportamento é estratégico quando os atores políticos, ao tomarem suas decisões, levam em conta as conseqüências das decisões assumidas por outros atores.
 7. Para uma argumentação teórica consistente sobre a legalização das drogas, ver Coyle (2003).
 8. Souza (2000) ao mostrar as funções dos atores numa boca-de-fumo faz um questionamento importante: “qual é a magnitude do envolvimento da população favelada com o tráfico de drogas?” (p. 58). A resposta dessa indagação revela, entre outras coisas, se existe ou qual é a dependência econômica de uma população para com o comércio de drogas em um determinado espaço geográfico.
 9. Sobre a estrutura de uma boca-de-fumo, ver também Misse (2006, p. 193).
 10. “No caso do Brasil, a preocupação governamental com o processo de lavagem de dinheiro se dá no âmbito do mercado financeiro, isto é, o sistema bancário e as bolsas de valores. Uma vez que, pelo sistema bancário e as bolsas de valores, circula expressiva parte das transações comerciais do mundo, são nesses centros nervosos do sistema econômico mundial moderno que chove o lucro dos negócios ilícitos” (Procópio, 1999a, p. 184).
 11. Militarização é o processo de adoção e uso de modelos militares, conceitos, doutrinas, procedimentos e pessoal em atividades de natureza civil, entre elas a segurança pública (Cerqueira, 1998). A militarização é maior quando os valores do Exército aproximam-se dos valores da sociedade (Zaverucha, 2005).
 12. “[...] o enfoque da escolha racional assume que o comportamento do indivíduo é uma resposta ótima às condições de seu meio e ao comportamento de outros atores” (Tsebelis, 1998, p. 56).

Bibliografia

- ADORNO, Sérgio. (2002), “Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea”, in Sergio Miceli (org.), *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*, São Paulo/Brasília, Anpocs/Capes, vol. 4.
- ARAÚJO, Roberto. (2002), “The drug trade, the black economy and society in Western Amazônia in Brazil”, in Christian Geffray, Guilhem Fabre e Michel Schiray (coords.), *Globalisation, drugs and criminalisation: final research report of Brazil, China, India and Mexico*, Paris, Unesco/Most.
- CERQUEIRA, Carlos M. Nazareth (1998), “Questões preliminares para a discussão de uma proposta de diretrizes constitucionais sobre segurança pública”. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 6 (22): 139-182.
- COYLE, Diane. (2003), *Sexo, drogas e economia: uma introdução não-convencional à economia do século 21*. Tradução de Melissa Kassner. São Paulo, Futura.
- CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga & SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. (2001), *Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- GLEISER, Marcelo. (2006), “O ‘por quê?’ e o ‘como?’”. *Folha de São Paulo*, 18 jun.
- ELSTER, John. (1986), *Rational choice*. Nova York, University Press.
- _____. (1994), *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Tradução de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- EVANGELISTA, Hélio de Araújo. (2003), *Rio de Janeiro: violência, jogo do bicho e narcotráfico segundo uma interpretação*. Rio de Janeiro, Revan.
- GEFFRAY, Christian. (2002), “Social, economic and political impacts of drug trafficking in the state of Rondônia in the brasilian Amazon”, in Christian Geffray, Guilhem Fabre e Michel Schiray (coords.), *Globalisation, drugs and criminalisation: final research report of Brazil, China, India and Mexico*, Paris, Unesco/Most.
- HENMAN, Anthony. (1994), “A guerra às drogas é uma guerra etnocida”, in Alba Zaluar (org.), *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*, São Paulo, Brasiliense.
- KOPP, Pierre. (1998), *A economia da droga*. Tradução de Maria Elena Ortega Ortiz. São Paulo, Edusp.
- LANIEL, Laurent. (2002), “Drug trafficking in Southern África: the legacy of war and apartheid”, in Christian Geffray, Guilhem Fabre e Michel Schiray (coords.), *Globalisation, drugs and criminalisation: final research report of Brazil, China, India and Mexico*, Paris, Unesco/Most.
- LEAL, Gustavo. (2004), *Aspectos da história do narcotráfico na Colômbia*. Recife, Ipad.
- NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga & SUCENA, Luiz Fernando Mazzei.

(2001), *Nem soldados, nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fiocruz.

MACHADO, Lia Osório. (2002), “Drug trafficking and money laundering in the Amazon region: geoeconomic and geopolitical effects”, in Christian Geffray, Guilhem Fabre e Michel Schiray (coords.), *Globalisation, drugs and criminalisation: final research report of Brazil, China, India and Mexico*, Paris, Unesco/Most.

MINGARDI, Guaracy. (1996), *O Estado e o crime organizado*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MINGARDI, Guaracy & GOULART, Sandra. (2002), “Drug trafficking and the informal market in an urban area: the case of São Paulo”, in Christian Geffray, Guilhem Fabre e Michel Schiray (coords.), *Globalisation, drugs and criminalisation: final research report of Brazil, China, India and Mexico*, Paris, Unesco/Most.

MISSE, Michel. (2006), *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro, Lúmen Júris.

OLIVEIRA, Adriano. (2006), *As peças e os mecanismos do fenômeno tráfico de drogas e do crime organizado*. Tese de doutorado, Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

PROCÓPIO, Argemiro. (1999a), *O Brasil no mundo das drogas*. Petrópolis, Vozes.

_____. (1999b), *Narcotráfico e segurança humana*. São Paulo, LTR.

_____. (2000), “O narcotráfico no espaço rural da Amazônia”, in Ana Maria Motta e Jorge Atílio S. Iulianelli (orgs.), *Narcotráfico e violência no campo*, Rio de Janeiro, DP&A.

REIS, Fábio Wanderley. (1997), “As ciências sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25: 7-11.

RODRIGUES, Thiago M. S. (2002), “A infundável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente”. *São Paulo em Perspectiva*, 16 (2): 102-111.

_____. (2003), *Narcotráfico: uma guerra na guerra*. São Paulo, Desatino.

ROMANTINI, Gerson Luis. (2003), *O desenvolvimento institucional do combate à lavagem de dinheiro no Brasil desde a Lei 9.613/93*. Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas.

SHONENBERG, Régine. (2002), “Drug trafficking in the Brazilian Amazon”, in Christian Geffray, Guilhem Fabre e Michel Schiray (coords.), *Globalisation, drugs and criminalisation: final research report of Brazil, China, India and Mexico*, Paris, Unesco/Most.

SOARES, Luiz Eduardo. (2000), *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia das Letras.

SOUZA, Marcelo Lopes de. (2002), *O desafio metropolitano*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

TSEBELIS, George. (1998), *Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. Trad. de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo, Edusp.

VAN EVERA, Stephen. (1997), *Guide to methods for students of political science*. Nova York, Cornell University Press.

VELHO, Gilberto. (1994), “A dimensão cultural e política dos mundos das drogas”, in Alba Zaluar (org.), *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*, São Paulo, Brasiliense.

ZALUAR, Alba. (1994), *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.

_____. (1998), “Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil”, in Fernando A. Novais (coord.), *História da vida privada no Brasil*, vol. 4: *Contraste da intimidade contemporânea* (org. Lília Moritz Schwarcz), São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (1999a), “Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização”. *São Paulo em Perspectiva*, 13 (3): 17-23.

_____. (1999b), “A globalização do crime e os limites da explicação local”, in José Vicente Tavares (org.), *Violência em tempos de globalização*, São Paulo, Hucitec.

_____. (2002a), “Drug trafficking and the informal market in Rio de Janeiro”, in Christian Geffray, Guilhem Fabre e Michel Schiray (coords.), *Globalisation, drugs and criminalisation: final research report of Brazil, China, India and Mexico*, Paris, Unesco/Most.

_____. (2002b), “Violence in Rio de Janeiro: styles of leisure, drug use and traffckinf”, in Christian Geffray, Guilhem Fabre e Michel Schiray (coords.), *Globalisation, drugs and criminalisation: final research report of Brazil, China, India and Mexico*, Paris, Unesco/Most.

_____. (2002c), “Violence related to illegal drugs, easy money and justice in Brazil, 1980-1995”, in Christian Geffray, Guilhem Fabre e Michel Schiray (coords.), *Globalisation, drugs and criminalisation: final research report of Brazil, China, India and Mexico*, Paris, Unesco/Most.

_____. (2004), *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, FGV.

ZAVERUCHA, Jorge. (2005), *FHC, Forças Armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia*. Rio de Janeiro, Record.

Resumo

Tráfico de drogas: revisando a bibliografia e justificando a explicação por mecanismo

A Ciência Política brasileira carece de trabalhos explicativos sobre o fenômeno do tráfico de drogas através de mecanismos. A bibliografia nacional existente enfatiza a abordagem etnográfica do tema. Procuramos mostrar como e por que o tráfico de drogas funciona de um determinado modo. Neste sentido, a explicação por mecanismo, inspirada em Jon Elster, que leva em consideração a existência de peças que integram dado fenômeno, é útil. Este artigo desenvolve, inicialmente, uma revisão bibliográfica da literatura nacional sobre o tráfico de drogas. Em seguida, tenta, primordialmente, explicar o fenômeno tráfico de drogas através

de relações mecânicas. Desta forma é possível compreender como ele funciona, quais são os atores envolvidos e quais as suas expectativas sobre o comportamento dos outros atores bem como sobre o resultado do jogo.

Palavras-chave: Tráfico de Drogas; Explicação por Mecanismos; Corrupção; Aparelho de Estado; Mercado.

Abstract

Drug Trafficking: Reviewing the Bibliography and Justifying the Explanation by Mechanism
Adriano Oliveira and Jorge Zaverucha

There is a gap in the Brazilian Political Science field regarding works dealing with mechanisms which explain the process of drug trafficking. Present studies on this topic heavily use an ethnographic perspective. The authors tried to explain how and why drug trafficking happen in such a way. Inspired by the work of Jon Elster, we took into consideration the parts which integrate the phenomena. This article starts reviewing the Brazilian literature on drug trafficking. Afterwards, it tries to explain that by mainly contemplating the mechanical parts of the process. It takes into consideration the actors involved in the game, what their expectations *vis-à-vis* the behavior of other players are, as well as the final outcome of the game.

Keywords: Drug Trafficking; Explanations through Mechanisms; Corruption; State Apparatus; Market.

Résumé

Trafic de drogues : une révision bibliographique et une justificative de l'explication par mécanismes

Il existe, dans le domaine des Sciences Politiques au Brésil, un déficit d'études qui expliquent le phénomène du trafic de drogues par les mécanismes. La bibliographie nationale existante met l'accent sur l'abordage ethnographique du thème. Nous cherchons à démontrer comment et pourquoi le trafic de drogues fonctionne d'une façon déterminée. Ainsi, l'explication par mécanismes, inspirée en Jon Elster, qui considère l'existence d'enjeux qui intègrent un certain phénomène, est utile. Cet article propose, dans un premier temps, une révision bibliographique de la littérature nationale sur le trafic de drogues. Il tente ensuite d'expliquer le phénomène du trafic de drogues par des relations mécaniques. Il est ainsi possible de comprendre comment il fonctionne, quels sont les acteurs qui en font partie et quelles sont les attentes sur le comportement des autres acteurs ainsi que sur le résultat du jeu.

Mots-clés: Trafic de Drogues ; Explication par Mécanismes ; Corruption ; Appareil d'État ; Marché.

A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de Pesquisa

Rafael Duarte Villa e Rossana Rocha Reis

Desde que a política internacional passou a ser objeto de uma investigação científica mais aprofundada, no período que se inicia com o fim da Primeira Guerra Mundial, o tema da segurança internacional assumiu uma posição de destaque nas teorias de relações internacionais. Dentro dessa disciplina, historicamente, a discussão sobre a melhor forma de se alcançar os objetivos de segurança opôs, de um lado, os realistas, calçados na analogia entre o sistema internacional e o Estado de natureza hobbesiano, que previa um comportamento egoísta e agressivo por parte dos Estados, e, de outro lado, os idealistas, ancorados em Kant, que acreditavam na possibilidade de cooperação entre os Estados no sistema internacional, e de construção de mecanismos coletivos de manutenção da segurança.

Se em um primeiro momento, mais precisamente no período entreguerras, os liberais parecem levar a melhor, como argumenta Edward Carr no célebre livro *Vinte anos de crise* (2000 [1981]); após a Segunda Guerra Mundial, e durante todo o período que durou a Guerra Fria, o paradigma realista torna-se hegemônico nos estudos sobre segurança, ainda que importantes instituições do pós-Segunda Guerra, como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas, mantenham vivas algumas das propostas liberais, como o conceito de segurança coletiva.

Em meados dos anos de 1980, no entanto, os estudos sobre segurança vão se

tornar, no mínimo, mais diversificados. De um lado, a hegemonia do realismo como um todo sofrerá um considerável desgaste com o fortalecimento da corrente institucionalista liberal, impulsionada pelo sucesso da obra *Power and interdependence* na qual Robert Keohane e Joseph Nye (1989) retomam algumas das proposições características do pensamento liberal, embora se distanciando do liberalismo republicano do entreguerras ao incorporar com maior atenção a natureza conflitiva do sistema internacional e abandonando a noção de *harmonia de interesses*. De outro lado, não uma, mas várias novas correntes teóricas passam a questionar o que consideram o caráter racionalista e utilitarista tanto das teorias realistas, como do institucionalismo liberal. Essas novas correntes, como o pós-modernismo, o feminismo, o neomarxismo, o relativismo e o construtivismo, compartilham a crítica aos chamados paradigmas positivistas, mas formulam alternativas teóricas bastante variadas.¹

Com o fim da Guerra Fria, o debate interteorias tornar-se-á ainda mais acirrado. Primeiro porque houve uma certa decepção com a capacidade de as teorias realista e liberal oferecerem explicações e prognósticos, uma vez que nenhuma delas foi capaz de apontar para a possibilidade do fim da Guerra Fria. Segundo porque esse acontecimento levou ao ressurgimento de antigas questões, a formulação de novos problemas e a valorização de novos elementos.

Em 1991, como epítáfio do meio século de bipolaridade, a desintegração da União Soviética suprimiu o pólo oriental do sistema internacional vigente até então. O conjunto da geometria do espaço global da Guerra Fria foi radicalmente alterado, fazendo com que as fronteiras ideológicas e geopolíticas desenhadas em Yalta e Postdam perdessem significado. O fim da Guerra Fria acabou legando aos Estados Unidos a condição de única superpotência que reunia, simultaneamente, força militar e hegemonia estratégica global, o que provocou um debate sobre a configuração de poder que se sucederia à dissolução da União Soviética. Os principais analistas apresentavam opiniões divididas nesse sentido. As visões do sistema pós-Guerra Fria variavam da unipolaridade à multipolaridade e, até mesmo, ao hibridismo. O único consenso que parece existir é que a questão da segurança internacional dificilmente pode ser apresentada nos mesmos termos da Guerra Fria, e necessita incorporar novas dimensões. Essas dimensões enfatizam duas componentes: mudanças na natureza das relações de poder (incorporação de novos atores e processos capazes de desestabilizar o sistema internacional por meios outros que não os meios políticos-militares convencionais) e o impacto da distribuição de poder na configuração do sistema internacional, especialmente na relação entre balança de poder e segurança internacional.

O objetivo deste artigo é apresentar um panorama da discussão da bibliografia sobre segurança internacional no período pós-Guerra Fria, destacando, num primeiro momento, o tratamento dado pelas teorias positivistas e pós-positivistas das relações internacionais a esta temática. Posteriormente, discutiremos os dois principais eixos temáticos em torno dos quais a questão da segurança internacional veio se desenvolvendo: as mudanças na questão da distribuição de poder e da natureza de poder, mostrando

avanços e limitações das perspectivas analíticas positivistas e pós-positivistas no tratamento de ambas as questões.

Segurança

A segurança é um conceito associado ao Estado nacional moderno que surge entre os séculos XVI e XVII. Implícita nessa noção está o que Raymond Aron (1986) considera o objetivo principal de todas as unidades políticas: a sobrevivência. De um modo geral, pode-se dizer que o conceito de segurança tem uma referência defensiva, pois comporta um significado instrumental referido a todos os mecanismos e modalidades organizacionais e funcionais do Estado-nação destinados à defesa da integridade territorial e de sua autonomia externa, à conservação de suas estruturas jurídicas e políticas, assim como à defesa dos elementos originais do Estado – povo, território e poder organizado e soberano (Villa, 1999a, p. 129).

Para os pensadores liberais idealistas, a melhor forma de garantir a paz e a segurança internacional é a criação de mecanismos de segurança coletiva, por meio dos quais os Estados se comprometem a atuar conjuntamente contra possíveis ameaças e a abrir mão da sua capacidade de decidir sobre assuntos de segurança individualmente, em benefício de uma organização multilateral. O pensamento liberal idealista que se desenvolveu entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial influenciou significativamente a criação de mecanismos de segurança coletiva na Liga das Nações e, posteriormente, na Organização das Nações Unidas. No entanto, em termos acadêmicos, a visão realista tornou-se amplamente dominante, talvez porque seus pressupostos parecessem mais adequados a um mundo que assistia à consolidação da Guerra Fria.

Terry Terriff *et al.* (1999, pp. 174-185) têm observado que, atualmente, nos estudos de segurança convivem, num extremo, os tradicionalistas, ou positivistas – alcunha que cobre essencialmente perspectivas como o realismo clássico, o neorealismo e o neoinstitucionalismo –, que em comum possuem a característica de fazer do Estado o principal objeto da segurança, e, em outro extremo, o grupo pós-positivista, que inclui visões partindo da sociedade como objeto de segurança, passando por indivíduos, segurança econômica e ambiental.

Entre as décadas de 1980 e 1990, o debate entre positivistas e pós-positivistas, que mobilizou grande parte da atenção das ciências sociais em torno de questões epistemológicas, ontológicas e metodológicas, terá um forte impacto também na área de relações internacionais. Pensadores pós-modernistas, como Joseph Lapid (1989) e Aslhey e Walker (1990), passam a se denominar “dissidentes”, rejeitando o qualificativo de *reflexivistas* que Keohane (1988) havia cunhado para eles em trabalho de finais da década de 1980.

A proposição pós-modernista de Lapid, Walker e Aslhey afirma, entre outras coisas, a impossibilidade de gerar critérios de legitimidade para a ciência, o abandono do critério do consenso científico como base do conhecimento científico, a ser substituído pelo dissenso, e a contestação da racionalidade universalista do método de investigação. O método passa a ser considerado algo circunstancial, a ser objeto de construção, e não algo externo ao sujeito e ao objeto, cujas propostas generalizantes, como as do método cartesiano, podiam ser aplicadas a diferentes objetos. Além disso, esses autores apontam a premissa que se tornaria famosa entre os pós-positivistas, de que a realidade não era um dado exógeno aos atores, porém uma construção social das interações dos sujeitos; Portanto, as preferências dos atores

não podiam ser determinadas por vagas estruturas ou capacidades de poder, como assinalava o pensamento neorealista de Waltz (1979), nem as estratégias podiam ser determinadas *ex antes* pelas posições de poder no sistema internacional, nem, ainda as instituições podiam ter um processo de formação semelhante ao encontrado no pensamento neoinstitucionalista comandado por Keohane (1989). Preferências e estratégias seriam processos endógenos à interação dos próprios atores. Como consequência, houve uma rejeição pelos níveis de análise que ora focavam no agente (ou Estados-centrados, como realismo clássico e liberalismo kantiano), ora optavam pela estrutura (como o neorealismo de Waltz ou o neoliberalismo de Keohane). Para os “emergentes”, a relação agente-estrutura não era de determinação de uma sobre a outra, mas obedecia aos postulados da chamada dupla hermenêutica, isto é, a dupla determinação de ambas as esferas da vida social.

Talvez a principal contribuição de autores como Lapid, Walker e Aslhey, Ruggie (1986) e Cox (1986) tenha sido a de pensar as problemáticas teóricas do campo internacional não tanto na perspectiva dos enfoques teóricos, mas na perspectiva das tradições intelectuais, isto é, em termos de um debate de natureza positivista em face de outro, de natureza pós-positivista. Porém, mesmo que se queira assinalar o advento e a importância de uma nova corrente intelectual no campo das relações internacionais, sem dúvida as chamadas correntes positivistas continuam a ter uma ampla influência e aceitação entre pesquisadores das relações internacionais contemporâneas.² Dedicaremos, então, em primeiro lugar, a esse subcampo de conhecimento, focando, sobretudo, os desdobramentos teóricos mais recentes.

O debate positivista contemporâneo em segurança internacional

De acordo com a tipologia de Terry Terriff *et al.*, os estudos *mainstream* na área de segurança têm sido amplamente dominados pelos pensadores realistas, seja na versão tradicionalista de autores como Morgenthau (1993), Herz (1950) e Aron (1986), seja na versão estruturalista de Kenneth Waltz (1954; 1979). A solidez do pensamento realista em matéria de segurança internacional reside nos próprios conceitos fundadores, entre os quais destaca-se a idéia do *dilema de segurança* de John Herz como essencial para entender a lógica pessimista do pensamento realista.

Nas palavras de Herz, o drama dos Estados ao procurar garantir sua segurança, mesmo que de forma defensiva, é que qualquer movimento nesse sentido é percebido como ameaçador à segurança e à integridade física e territorial dos outros Estados. Alguns autores descrevem a lógica do dilema de segurança da seguinte maneira:

Um Estado A procura adquirir garantir sua segurança e para isso adquire armas. Os demais Estados, receosos das verdadeiras intenções de A, se sentem ameaçados e da mesma forma procuraram armar-se. Essa reação convence o Estado A de que estava certo quanto a seu movimento inicial e a contra-reação consistiria em aumentar sua capacidade armada, o que seria seguido, logicamente, por um aumento da capacidade armamentista do resto dos Estados, originando-se um espiral armamentista ou corrida armamentista sem final e sem Estado vencedor em perspectiva (Nogueira e Messari, 2005, p. 36; ver também Glaser, 1997).

Alguns trabalhos de Jervis (1978; 1982) têm buscado relativizar a eficácia analítica do dilema de segurança. Para esse autor,

nem sempre é verdadeiro que ações individuais com tendência a incrementar a segurança de um Estado sejam sempre interpretadas pelos outros Estados como uma diminuição da sua própria segurança. “Depende se as medidas ofensivas diferem das defensivas e também da potência relativa das políticas ofensivas e defensivas” (1982, p. 178). A desconfiança em relação às intenções de um determinado Estado pode ser gerada “quando armas e políticas ofensivas e defensivas são indistinguíveis” (*Idem, ibidem*). Em outras palavras, Jervis sugere que se uma arma ou uma política é percebida como defensiva pelo outros Estados, possivelmente a espiral de conflito do dilema seja neutralizada.

Dentro do próprio *mainstream* realista, contudo, surgiram diferenças quanto ao tratamento adequado à temática da segurança. No realismo tradicional, a segurança é uma temática tanto mais relevante na medida em que a natureza dos Estados é compreendida como fundamentalmente belicosa (Morgenthau, 1993). Na versão estrutural do realismo, na qual se destaca o trabalho de Kenneth Waltz, *Theory of international politics* (1979), a chave para compreender as questões de segurança é a natureza anárquica do sistema internacional. Como bem observa John Mearsheimer, outro autor importante para os estudos de segurança dentro do realismo, “enquanto a natureza humana é a causa fundamental da competição na área de segurança na teoria de Morgenthau, a anarquia desempenha esse papel na teoria de Waltz” (2001, p. 19).

O argumento de Waltz é o de que, em um sistema internacional caracterizado pela *anarquia*, isto é, pela ausência de um poder que se posicione acima das unidades soberanas, o Estado só tem duas possibilidades de atingir seus objetivos na área de segurança: ou aumenta seu próprio poder, evidenciando o mecanismo de auto-ajuda, ou estabelece coalizões com outros Estados para compensar,

mediante o mecanismo de balança de poder, o excedente de poder de outros Estados, o que é percebido como uma ameaça à sua integridade. Waltz eleva a procura da balança de poder entre os Estados quase à condição de uma lei histórica, porque, de acordo com suas palavras, enquanto o sistema internacional for anárquico e os Estados buscarem a sobrevivência, o mais eficiente mecanismo para atingir uma relativa segurança se encontraria ainda no equilíbrio de poder.

A interpretação de Waltz para a questão da segurança ficou conhecida como realismo defensivo, ou *pró-status quo*. Ainda dentro do paradigma realista, a concepção de Waltz tem sido bastante criticada pelos proponentes do autodenominado realismo ofensivo. Para John Mearsheimer, a teoria de Waltz falha em não perceber que o sistema internacional anárquico fornece aos Estados boas razões para se comportar de maneira ofensiva. De fato, “ele parece advogar o contrário: que a anarquia encoraja os Estados a se comportar defensivamente e a manter, mais do que a subverter, a balança de poder” (2001, pp. 19-20). Assim, Waltz estaria introduzindo uma espécie de *status quo bias*, uma vez que enxerga os Estados como preocupados em manter sua posição dentro do sistema e poucos preocupados em revisar o *status quo*, até mesmo porque, como os Estados são atores racionais, sabem que um incremento da força ou uma atitude revisionista tem como consequência acionar o dilema de segurança.³

Ao contrário de Waltz, o realismo ofensivo de Mearsheimer avança na tese de que “grandes potências estão sempre buscando oportunidades para sobrepor o poder dos outros rivais, tendo a hegemonia como objetivo final” (*Idem*, p. 29). Nesta abordagem, não existem potências que visem à manutenção do *status quo*, exceto no raro caso em que uma delas atinge a hegemonia. O sistema é habitado por grandes potências que são essencial-

mente revisionistas. Assim, Mearsheimer propõe uma síntese entre o realismo clássico e o realismo estrutural: usa o raciocínio de Waltz para chegar a conclusões similares às de Morgenthau.

Ainda entre os realistas, outro crítico importante da teoria de Waltz é Robert Gilpin, que afirma em *War and change in world politics* (1981) que a decisão sobre manter uma balança de poder ofensiva ou defensiva depende muito dos cálculos de custo e benefício feitos pelos Estados; depende, em outras palavras, da forma como eles percebem as vantagens e as desvantagens em manter ou quebrar o *status quo*. Assim, se a quebra for considerada vantajosa, em termos de acréscimo de poder, riqueza ou glória, então uma atitude revisionista haverá de prevalecer. Do que se infere que na procura da segurança internacional os Estados agem mais orientados por uma lógica situacional do que posicional.

A mesma lógica pode-se aplicar ao debate que neorealistas e neoliberais mantêm sobre os ganhos relativos. Essa discussão, explicitada amplamente na coletânea organizada por Baldwin, *Neorealism and neoliberalism* (1993), contrapõe, de um lado, o argumento neorealista de Grieco (1993), segundo o qual os Estados se preocupam fundamentalmente com os ganhos relativos – e por isso a cooperação, na forma de arranjos institucionais ou de regimes internacionais, é uma meta difícil, uma vez que um Estado preocupado com sua sobrevivência desconfia que um ganho obtido por um outro Estado possa se converter em uma vantagem utilizada contra ele mesmo no longo prazo –, de outro lado, o argumento neoliberal de Keohane (1993), para quem a formação de instituições e de regimes é um poderoso antídoto contra as possibilidades de trapaça (*cheating*) nas relações entre os Estados, já que elas podem diminuir as incertezas do *véu da ignorância* que cobre o futuro.

Para autores como Powell (1993), as decisões dos Estados nem sempre se baseiam na preocupação com os ganhos relativos. De acordo com esse autor, por exemplo, os Estados calculam não apenas a possibilidade de serem atacados por outros, mas também a probabilidade de que isso realmente aconteça. Assim, a decisão de cooperar ou não vai depender muito da questão tratada no momento, ou dos atores envolvidos. Quando o uso da força tiver um custo baixo e for uma possibilidade real, a cooperação é mais difícil, e a preocupação com os ganhos absolutos perde a importância, de modo que os Estados vão se comportar mais de acordo com a descrição de Waltz. Quando o uso da força traz custos muito altos, e existe uma perspectiva pequena de agressão, a cooperação é mais provável. Para Powell, o modelo de Waltz é incapaz de explicar importantes situações de cooperação na política mundial. A estrutura permanece constante, mas a probabilidade da cooperação varia muito: “Assim variações no que Waltz toma pela estrutura do sistema político não podem explicar as variações na probabilidade da cooperação no modelo” (1993, p. 212).

Também para Duncan Snidal (1993), os Estados nem sempre estão preocupados com os ganhos relativos, os quais comumente são obtidos, dado a *lógica situacional*. Da mesma forma, Keohane afirma que o argumento dos ganhos relativos é inadequado quando aplicado a situações nas quais ganhos substanciais mútuos podem ser realizados por meio da cooperação, e nas quais os governos não esperam ser atacados com o uso da força por outros (1993). Assim, se é verdade que na relação entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria a preocupação com os ganhos relativos era fundamental, ela não descreve bem a relação entre Estados Unidos, Europa e Japão depois da Segunda Guerra Mundial.

Os realistas (Grieco, 1993, Mearsheimer, 1994), por sua vez, acreditam que as teses de cunho liberal, que enfatizam elementos como interdependência, transnacionalismo e a importância dos regimes internacionais, dão excessiva ênfase ao aspecto do papel das instituições num sistema internacional anárquico e aos processos econômicos, e pouca atenção aos aspectos da anarquia internacional, que são os mais relevantes para os estudos de segurança internacional. Mesmo o mais notório escritor de regimes internacionais de segurança, Robert Jervis, trabalha com uma versão que pouco acrescenta àquela definição original de Krasner (1983). Assim, Jervis define os regimes de segurança como “princípios, regras e normas que restringem o comportamento das nações, na crença de que outras nações envolvidas farão o mesmo” (1982, p. 173).

Tanto o modelo liberal idealista da segurança coletiva do entreguerras como a confiança institucionalista nos regimes, e também o modelo realista baseado na balança de poder ou na auto-ajuda, podem ser considerados normativos no sentido de prescreverem mecanismos para evitar a guerra, embora discordem bastante quanto ao meio mais eficaz para evitá-la. De um lado, a fórmula idealista recomendava a adoção de um sistema de segurança coletiva, baseado na redução do poder militar dos Estados, propondo uma estrutura militar alternativa conjunta, na qual estaria representada toda a comunidade internacional, que, por sua vez, teria como objetivo garantir a segurança contra a agressão a seus membros. De outro lado, para o realismo, o mecanismo normativo que propicia a segurança é dado pelo estabelecimento de uma balança de poder, ou seja, quando um Estado ou uma coalizão de Estados procura acumular forças superiores em relação a outros Estados ou forças coligadas.

Mas como perceber os problemas de segurança internacional numa versão mais

complexa que entenda interesses e percepções de uma forma que, para além de uma casuística estatal, incorpore elementos epistemológicos sociológicos? Essa é uma tarefa que a bibliografia pós-positivista se propõe para gerar uma agenda de pesquisa em estudos de segurança internacional, o que certamente representa um elemento inovador dessas temáticas.

Os estudos pós-positivistas em segurança internacional

Entre os pós-positivistas, os construtivistas procuraram reconfigurar a questão da segurança internacional incorporando a premissa de que as identidades e os interesses dos Estados são definidos dentro de uma relação dialética entre agente e estrutura. Assim, para Alexander Wendt, o caráter anárquico do sistema internacional não determina automaticamente um comportamento belicoso por parte dos Estados, ou o estabelecimento de políticas de balança de poder, como pretende Waltz. Não que a balança de poder não seja uma possibilidade, mas ela é apenas uma escolha possível que depende das imagens ou identidades intersubjetivas criadas num processo histórico de mútuo conhecimento. em suas palavras:

[...] as ameaças sociais são construídas, não são naturais [...]. Existe um processo de contato, reconhecimento, gestos, desconfiança de um ator sobre o outro. Repetindo-se com frequência, essas operações recíprocas criaram conceitos relativamente estáveis de ajuda e segurança [...]. É essa interação recíproca que cria os termos através dos quais se definem nossas identidades e interesses (Wendt, 1992, p. 405).

Assim, se atores estatais criam entre si identidades negativas (conflitivas) ao longo

de um estágio histórico, certamente a conduta para a procura da balança de poder tenderá a prevalecer, mas se eles constroem, ao longo desse mesmo processo histórico, identidades positivas (cooperativas), o resultado será um sistema de segurança internacional baseado no mecanismo da segurança coletiva (*Idem*, 1994, pp. 387-388). Dessa forma, o significado da anarquia no sistema internacional depende da maneira como ela é interpretada pelos Estados. Conseqüentemente, a auto-ajuda e o poder político não se seguem lógica ou causalmente da anarquia, e se hoje temos um mundo de auto-ajuda, isto é devido aos processos, não às estruturas (*Idem*, 1995).

Dentro da perspectiva construtivista, a estrutura também é composta por compreensões, expectativas e conhecimento que acabam delimitando preferências e estratégias dos atores. O “dilema de segurança” de Herz é assim reinterpretado e definido como

[...] uma estrutura composta de compreensões e percepções intersubjetivas, em que os Estados assumem o pior dos casos, e, como resultado, definem seus interesses em termos de auto-ajuda. Já o conceito de segurança coletiva também é composto de compreensões e conhecimento, um em relação ao outro, por meio do qual decidem resolver seus problemas fora da guerra, num ambiente cooperativo (*Idem*, p. 73).

Como resultado dessa crítica, as estruturas materiais acabam sendo esvaziadas de sua capacidade casuística (epistemológica) para explicar as percepções de ameaça à segurança de um Estado. Segundo Wendt (1995), os recursos materiais adquirem significado para a ação humana por meio das estruturas de conhecimento compartilhado; é por isso, por exemplo, que os Estados Unidos percebem como mais perigosas cinco ogivas nucleares

da Coreia do Norte do que cinquenta ogivas do Reino Unido.

Considerando-se a importância das construções sociais na formulação das ameaças à segurança, a agenda de pesquisa proposta pelo construtivismo nesta área tende a se concentrar nos fatores que levam os Estados a formarem sistemas de segurança coletiva, como no caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Dentro dessa perspectiva, as instituições têm um papel importante na formação de uma identidade coletiva positiva por permitir o contato entre os Estados mediante normas e procedimentos reconhecidos pelos atores envolvidos.

Outra linha de pesquisa favorecida pelo paradigma construtivista é aquela que busca compreender a questão da segurança internacional incorporando fatores culturais. Nessa perspectiva, Peter Katzenstein (1993), ao estudar os casos da Alemanha e do Japão no pós-Segunda Guerra Mundial, sugere que a política internacional está influenciada por um complexo de idéias enraizadas no passado e articuladas em normas que chegam a ser institucionalizadas domesticamente. Para testar sua hipótese, o autor analisa as respostas dos dois países ao terrorismo, enfatizando o papel que as normas institucionalizadas socialmente têm nas suas percepções sobre a segurança internacional.

Embora Alemanha e Japão ocupem posições semelhantes no sistema internacional, e sejam ambos *traders states* da maior importância, suas visões normativas e sistemas de segurança internos são bastante diferentes. Katzenstein argumenta que as diferenças podem ser explicadas pelo contexto normativo dentro do qual se efetuam as escolhas políticas. Assim, a resposta alemã estaria calcada no sucesso da Comunidade Econômica Européia e, portanto, mais próxima da crença na existência de uma comunidade internacional de tipo grotiana. O Japão, ao contrário,

tem uma visão de segurança mais hobessiana, na qual os Estados são mais competitivos do que cooperativos e, portanto, sua conduta se orienta por esse princípio.

A visão de Katzenstein de que as normas institucionalizadas socialmente se refletem nas visões de segurança foi, alguns anos mais tarde, adensada na coletânea organizada pelo próprio autor, *The culture of national security: norms and identity in world politics* (1996). Nesta obra, tratava-se de averiguar “as formas nas quais normas, instituições e outras características culturais do ambiente cultural afetam políticas e interesses na segurança estatal” (p. 37). É importante salientar, contudo, que o foco desta coletânea não é tanto a segurança internacional, mas a nacional. Além disso, os ensaios enfatizam o fato de que a crítica ao *mainstream* não significa desconsiderar a importância do poder e da coerção na vida internacional, mas mostrar que não se pode considerar poder e cultura fenômenos totalmente distintos, e, mais do que isso, que a epistemologia da dinâmica do poder material e da coerção “com frequência deriva seu poder causal da cultura”.

Ainda dentro da perspectiva de incorporar a dimensão cultural aos estudos de segurança, desenvolveu-se, dentro do campo das correntes construtivistas, uma linha de pesquisa sobre as chamadas “comunidades pluralistas de segurança”, conceito inspirado no trabalho de Karl Deutsch *et al.* (1957). As comunidades de segurança são definidas por Adler e Barnett como “uma região transnacional composta de Estados soberanos, cujas sociedades mantêm expectativas confiáveis de mudança pacífica” (1998a, p. 30). Elas apresentam quatro características básicas, que também fazem parte do núcleo do conceito de “capital social”: 1) os atores compartilham valores, identidades e significados; 2) existe reciprocidade específica, uma característica que implica em algum grau de interesse de

longo prazo, assim como na geração de um senso de responsabilidade e obrigação em comum – em outras palavras, valores, identidades e significados chegam a ser uma “condição” de segurança nacional ou internacional (Cf. Adler e Barnett, 1998a); e 3) existe a construção de confiança mútua entre Estados de uma região, a qual alimenta expectativas de solução de conflitos que descartam os recursos de poder baseados na força (ou tipo *power-based*) – as fronteiras dessa região não coincidem necessariamente com as fronteiras geográficas, dado que a criação de valores, identidades e significados comuns leva à noção de regiões cognitivas, ou seja, “o reconhecimento de que comunidades se desenvolvem em torno de redes, interações e encontros face-a-face, que não dependem de habitar o mesmo espaço geográfico, re-conceitualiza a comum idéia de região” (*Idem*, 1998b); e, 4) as comunidades de segurança, mesmo que baseadas na confiança entre parceiros estatais numa determinada região geograficamente contígua ou cognitiva, não são incompatíveis com a realização do auto-interesse dos atores, dado que nas relações recíprocas entre atores emergem imagens positivas do poder.

Em outras palavras, o conceito de comunidade de segurança opera na mesma lógica descrita por Putnam (1993) para o capital social: a partir do envolvimento de ações individuais em ações coletivas que geram redes de confiança recíproca, tendo um impacto não só na comunidade do agente, mas também para além das fronteiras da comunidade, posto que essas redes permitem a construção de virtudes cívicas, ou de uma cultura cívica.

O quadro de conceitos desenvolvidos e sistematizados por Adler e Barnett tem gerado fecundas pesquisas que procuram demonstrar a emergência da formação de comunidades de segurança fracas (*loosely coupled security com-*

munity) e fortes (*tightly coupled security community*), em regiões contíguas territorialmente ou não. Nesse sentido, Andrew Hurrell (1998) realiza um interessante estudo de caso sobre a América do Sul, defendendo a hipótese da emergência de uma comunidade de segurança minimalista na região – leva em conta o nível de cooperação entre Brasil e Argentina em áreas de segurança e desarmamento e a cooperação entre instituições militares dos dois países, mesmo antes do fim dos governos militares. A rivalidade que marcava a relação desses países foi substituída pela cooperação, institucionalizada econômica e politicamente no Mercosul. Inúmeras medidas de *confidence building*, como a institucionalização dos canais de comunicação entre os presidentes e entre os altos funcionários (seguindo o mapa do caminho europeu do segundo pós-Guerra Fria), as consultas sobre a participação em *peacekeeping* e a institucionalização da cooperação na tríplice fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai) para tratar aspectos de narcotráfico, contrabando e terrorismo contribuíram para a consolidação da comunidade. No entanto, o acervo de imagens negativas de poder no histórico de relações entre ambos os países, que se manifestam em desacordos como a reforma do Conselho de Segurança da ONU, ainda limitam o estabelecimento de uma comunidade de segurança sul-americana no seu sentido mais forte.

Thomas Risse (2002, pp. 260-262) acredita que o conceito de comunidade de segurança, num sentido mais forte, pode ser útil para compreender a questão da segurança em uma dimensão mais global. Para ele existe uma comunidade de segurança ocidental liberal comandada pelos Estados Unidos, que inclui também a Europa, a Austrália e o Japão, e essa comunidade seria a base da ordem estável contemporânea e da unipolaridade norte-americana. Três ca-

racterísticas são definidoras dessa ordem: identidades e valores em comum; política e economia em bases transnacionais e interdependência cultural; e governança institucionalizada. De acordo com esse argumento, o que desestimula e torna inócua a procura da balança de poder por parte de outros grandes poderes nessa extensa região não contígua é o fato de essa comunidade ser razoavelmente liberal na partilha de valores, de um mesmo regime político, de um sistema de economia de mercado e de um sistema multilateral de instituições que fazem o unipolarismo norte-americano aceitável. A hegemonia explicaria por que, apesar da diferença de poder entre os Estados Unidos e os demais países, a procura da balança de poder é uma meta tão pouco estimulante mesmo para países com capacidade de poder substancial, como a Alemanha e o Japão.

Na mesma linha de análise, autores como John Ruggie têm sustentado que a experiência do multilateralismo de segurança da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) sugere a existência de uma “comunidade de segurança” no sentido mais forte do termo. “Poucos observadores questionam a afirmação de que uma comunidade de segurança firmemente ajustada exista entre as nações da América do Norte, da União Européia e a Otan. Nenhum país dentro dessa região transatlântica espera entrar em guerra com algum outro” (Ruggie, 1998, p. 285).

Seguindo a lógica do argumento de Ruggie, a estratégia de expansão da Otan em direção à Europa do Leste estaria equivocada, na medida em que poderia, eventualmente, enfraquecer a unidade da organização. Para ele, os círculos políticos norte-americanos têm insistido nessa linha de ação devido não apenas ao desejo de manter a centralidade dos Estados Unidos na Organização, mas também a um genuíno desejo de diminuir as tensões e

as ansiedades dos países europeus centrais do Leste sobre aspectos de segurança, incorporando-os à comunidade de segurança. Contudo, de seu ponto de vista, o aprofundamento das relações entre os Estados Unidos e a União Européia é muito mais crítico para a comunidade de segurança transatlântica a longo prazo do que as preocupações imediatistas envolvidas na discussão sobre o alargamento da Otan. Conclui Ruggie que a “essa progressão da expansão antes do que o seu aprofundamento, longe de sustentar a comunidade de segurança transatlântica, potencialmente a solapa” (*Idem*, p. 290). Em outras palavras, o autor sustenta que a discussão em torno da expansão da Otan deve incorporar os efeitos dessa expansão sobre questões de longo prazo, envolvendo a idéia de identidade.

Baseados no programa crítico proposto por Robert Cox (1986) na década de 1980, um outro enfoque pós-racionalista que tem ganhado espaço analítico é o dos estudos críticos sobre segurança. As premissas desse enfoque, com ampla influência da Escola de Frankfurt e da teoria gramsciana, compartilham os pressupostos de Cox: 1) que o pensamento sobre a segurança não reflete um objetivo científico neutro (ou de *solving problems*) como pretendem as análises realistas; 2) que as teorias refletem valores e interesses particulares; 3) que as teorias priorizam escolhas analíticas na base desses valores e interesses; e 4) que o papel da teoria crítica deve ser de engajamento, isto é, com vistas à emancipação da humanidade.

Com um sentido normativo mais amplo, a teoria crítica, por voz de destacados intelectuais como Keen Booth (2004) e Steve Smith (2004), também tem contribuído para alimentar o debate pós-positivista. Em 2004, Booth editou um importante volume, *Critical security studies and world politics*, em que busca contrapor o que chama de *trinitarian studies securities* do realis-

mo pós-1945, baseados em estatismo, estrategismo e estabilidade, a uma agenda de pesquisa crítica em torno do conceito de *critical studies security* (CSS). Booth entende que um CSS pode ser definido em termos genéricos como

[...] uma área temática, desenvolvida dentro da disciplina acadêmica de política internacional, preocupada com a busca de um conhecimento crítico sobre segurança na política mundial. A segurança é concebida compreensivamente, englobando teorias e práticas em múltiplos níveis da sociedade, desde o individual até toda a espécie humana (2004, p. 15).

Dois conceitos são propostos pelo autor para operacionalizar o conceito de CSS: aprofundamento (*deepening*) e abrangência (*broadening*). Com base no aprofundamento, propõe-se uma revisão das visões tradicionais da segurança que aponte em três direções: do ponto de vista ontológico, a crítica da soberania estatal como exclusivo referente da segurança; na perspectiva epistemológica, a resistência a aceitar a metodologia naturalista como critério de verdade. No entanto, diferentemente dos enfoques pós-estruturalistas, reafirma-se o compromisso em acessar a verdade científica por meio de uma metodologia crítica. E por último, a idéia de que os problemas de segurança podem ser tratados também como preocupações que derivam, e que tem por finalidade, a práxis emancipatória.

Já por *abrangência*, Booth entende, “expandir a agenda dos estudos de segurança para além da ortodoxia militar e estatista que predominou até agora” (*Idem*, p. 14). Tentando escapar da crítica que se tem feito aos autores da Escola de Copenhagem, o autor se apressa a esclarecer que “isso não quer dizer que a CSS busca transformar todo

problema político em uma questão de segurança (securitizando a política); pelo contrário, ela tenta transformar toda questão de segurança em um problema de teoria política (o que pode ser chamado de politizar a segurança)” (*Idem, ibidem*). Como bem observa Michael Sheehan,

[...] o *approach* crítico da segurança é mais do que simplesmente um criticismo do realismo; ele representa um desafio fundamental ao pensamento tradicional sobre segurança. Embora exista uma clara interseção entre a agenda ampliada de realistas liberais como Barry Buzan, o *approach* crítico da segurança vai mais fundo e está baseado em uma epistemologia e uma ontologia consideravelmente diferentes (2004, p. 159).

Sem dúvida que a ênfase na *politicizing security* torna a CSS muito atraente. No entanto, os estudos críticos de segurança compartilham com a teoria crítica em geral uma limitação que tem sido apontada tanto a partir de um enfoque tradicionalista, como a partir de enfoques mais radicais, como o pós-modernista, e que diz respeito à abrangência do conceito de emancipação, cuja relação com o conceito de segurança parece nebulosa. “Assim, tanto a visão tradicionalista como a radical sobre segurança consideram que, até o momento, não está exatamente claro o que emancipação quer dizer” (*Idem*, p. 158).

Ainda dentro desta perspectiva crítica, uma forma extremamente interessante e complexa de ver os problemas de segurança internacional advém das teorias de gênero, especialmente pelos enfoques feministas, por intermédio de autores como Tickner (1999), Sylvester (1996) e Light e Halliday (1994). Os pressupostos básicos que percorrem o pensamento desses autores é que as unidades de análise, como soberania, Estado

e sistema internacional, refletem um modelo patriarcal de divisão de público e privado. Portanto, a segurança e o poder internacional estariam muito atrelados a uma visão particular masculina do mundo. “A esfera privada é vista como o reino natural da desordem onde a mulher precisa ser controlada” (Tickner, 1999, p. 127). Adicionalmente a hegemonia da percepção masculina da segurança só tem produzido insegurança tanto para homens como para mulheres.

Nessa direção, qualquer concepção de segurança na perspectiva de gênero se sustenta na base de pressupostos normativos que estabeleçam compromissos com a justiça social, considerada o único caminho possível para estabelecer um compromisso duradouro com a paz internacional.

O enfoque de gênero é prolixo em mostrar que o incremento dos gastos militares e as guerras internacionais têm efeitos mais danosos sobre o bem-estar das mulheres do que sobre outros grupos sociais. Além disso, afirma que o militarismo e a guerra são resultado da visão patriarcal do mundo e da difusão de valores masculino-militares através da sociedade. Essa conclusão faz com que as produções teóricas feministas focalizem o desarmamento militar internacional como base de suas preocupações em pesquisas empíricas. Ann Tickner (1997) considera, a esse respeito, de maneira otimista, a contribuição que os movimentos sociais internacionais poderiam fazer se sustentassem uma visão de segurança humana nos domínios econômicos, políticos e ecológicos, uma vez que esses grupos estão mais próximos de uma visão de segurança como um processo que se inicia com os indivíduos, e não como uma finalidade.

Finalmente, os escritos de Ashley e Walker (1990) contribuem para que o pensamento pós-modernista seja contemplado nos estudos de segurança internacional.

Porém, a própria premissa desses autores, que negam qualquer base empírica para sustentar uma verdade científica, o que vai contra, portanto, a possibilidade de construção de pensamento científico verificável, limita a possibilidade de termos um enfoque crítico alternativo no campo pós-modernista: “A interpretação pós-modernista levada ao seu limite torna difícil a incorporação do pós-estruturalismo em uma concepção mais profunda de segurança [...] torna-se impossível separar fato e realidade de distorção com fins de propaganda ou inverdades” (Sheehan, 2004, p. 148).

Ademais, há que se destacar também tentativas “híbridas” de responder aos novos desafios na área de segurança, incorporando elementos da agenda construtivista ao enfoque sistêmico e estrutural-realista, como é o caso da teoria dos complexos de segurança baseados nos trabalhos do inglês Barry Buzan e seus colaboradores, embora neste artigo estejamos cientes de que os chamados autores Escola de Copenhagem, que tem Buzan como principal liderança, não sejam propriamente pós-positivistas. Em diversas obras, como *People, States & fear: an agenda for international security studies in the Post-Cold War Era* (Buzan, 1991), *Security: a new framework for analysis* (Buzan, Waever e Wilde, 1998) e *Regions and powers: the structure of international security* (2003), este grupo de intelectuais, a maior parte europeus, questiona o poder explicativo e preditivo do pensamento tradicional sobre segurança, de orientação estadocêntrica, diante da ampliação da agenda de segurança no pós-Guerra Fria.

A nova agenda, dentro dessa perspectiva, seria mais descentralizada e com forte ênfase em aspectos regionais. Além disso, ela incorporaria, ao lado dos tradicionais setores político e militar, outros três setores – econômico, ambiental e societário. Em outras

palavras, o argumento é que esses três setores enfrentam um processo de progressiva securitização (*securitization*). Dessa forma, a reflexão sobre segurança não pode se furtar a responder a seguinte pergunta: É possível continuar pensando a causalidade de natureza estatal com eficácia explicativa em face das tensões que geram ameaças não necessariamente estatais?

A proposta de complexos de segurança de Buzan e sua equipe inclui, além de uma agenda multisetorial de segurança internacional, uma reconceitualização dos níveis de análise, em que os estudos de área regionais ganhava um destaque significativo.⁴ Não se trata unicamente de voltar a uma antiga discussão que, com tanta competência, havia sido colocada na década de 1950 por autores como Singer (1961) e Waltz (1954) e até pelo próprio Putnam (1988); Buzan e seus colaboradores propuseram uma tipologia de múltiplos níveis de análise – primeiro nível, o sistema internacional; segundo nível, os subsistemas internacionais e, dentro deles, as organizações regionais de segurança; terceiro nível, uma composição de subgrupos, como as empresas transnacionais; quarto nível, uma composição de subunidades, que os autores definem como grupos de indivíduos capazes de afetar a conduta da unidade; e, finalmente, quinto nível, o indivíduo, ao qual reservaram uma definição amplamente sociológica: “o limite de referência da maior parte das análises das ciências sociais” (Buzan, Waever e Wilde, 1998, pp. 6-7).

A importância dessa tipologia não se centra tanto em si mesma, mas sim no desdobramento causal epistemológico, na medida em que se afasta do tratamento de variável independente, que, desde Kant, é atribuído a esse nível de análise, posto que se atribui ao indivíduo a propriedade de causalidade explicativa da guerra, ou de formação de preferências conflitivas ou cooperativas.

A teoria dos complexos de segurança rejeita essa autonomia explicativa do nível, pretendendo situá-lo em seu justo lugar na produção do conhecimento da política internacional: “Mas não há nada intrínseco aos próprios níveis que sugira algum padrão particular ou alguma prioridade entre eles. Níveis são simplesmente referentes ontológicos para onde as coisas acontecem, mais do que forças ou explicações em si mesmos” (*Idem*, p. 6).

Algumas ressalvas podem ser feitas à teoria de Buzan e sua equipe. Apesar de reconhecer os múltiplos níveis de análise, a ontologia continua sendo amplamente estatal. Conforme a crítica de Mônica Herz, “Barry Buzan e Olé Weaver incorporam fluxos de interação envolvendo outros atores sociais, mas apenas na medida em que são securitizados e o objeto de referência continua sendo o Estado” (2005, p. 10), de modo que as tentativas de incorporar a sociedade como referente continuam sendo, antes de tudo, um programa de pesquisa. Em contrapartida, a não-concretização desse programa de pesquisa não permite responder ainda a questões como qual seria o aspecto propriamente político dos processos sociais que foram securitizados e qual seria o significado de setores e de regiões para os atores tanto estatais como sociais?

Em suma, se é certo que no nível internacional a agenda positivista de segurança ainda mostra a força de suas análises teóricas, também é verdade que a linha pós-positivista,⁵ sobretudo a corrente construtivista, vem construindo uma sólida agenda de pesquisa que se tem mostrado bem-sucedida para os estudos de área.

A grande questão que se apresenta com o fim da Guerra Fria é em que medida essas duas propostas podem ser consideradas adequadas para lidar com a segurança em um ambiente internacional em transformação.

Isso nos leva a considerar como a pesquisa positivista tem tratado um dos grandes temas que afetam a segurança internacional – a distribuição do poder –, e a sugerir uma crítica quanto às limitações ainda vigentes tanto na bibliografia positivista como na pós-positivista, ao falharem ambas em incorporar com maior rigor as mudanças na natureza do poder e da segurança no pós-Guerra Fria.

A Distribuição do Poder

Um dos pontos centrais da teoria neorealista de inspiração em Kenneth Waltz é que a ordem do sistema internacional deve ser entendida pela maneira como se distribui o poder ou, como assinala Waltz, pela distribuição das capacidades de poder. Isso cimenta a configuração de poder do sistema internacional, que, em qualquer teoria realista, sempre aparece sob formas bipolares ou multipolares. O unipolarismo é considerado uma hipótese mais teórica do que prática, pois, sempre que um ator conseguir suficiente poder para sobrepujar todos os outros no sistema internacional, a tendência é que os outros se voltem contra ele, do contrário esse poder pode se transformar em um império, ameaçando a autonomia e a segurança de todos os outros atores, e levando ao fim do sistema internacional.

De acordo com Gelson Fonseca Jr. (1998), uma configuração de poder ao estilo bipolar da Guerra Fria foi bem-definida analiticamente em dois aspectos: quanto ao número dos jogadores (os pólos eram bastante conhecidos) e à existência de uma dialética de ameaças que se renovava constantemente cada vez que um dos pólos adquiria vantagens sobre o outro. A vantagem transformava-se em ameaça, gerando assim um constante dilema de segurança. No bipolarismo, as solidariedades ideológicas eram

deslocadas para as alianças militares, para os agrupamentos econômicos e para os sistemas políticos.

Com o fim da Guerra Fria, essa forma de funcionamento do sistema dá lugar ao que Celso Lafer e Gelson Fonseca (1994) chamam de sistema internacional de polaridades indefinidas. Não só fenecem as polaridades ideológicas, mas também aquelas construídas sobre a base do conceito de desenvolvimento, que caracterizavam o debate Norte-Sul. Nesse sistema de polaridades indefinidas, o processo da globalização libera forças centrípetas e centrífugas que antes eram pouco visualizadas, dado o intenso debate no interior das duas coordenadas, Leste-Oeste e Norte-Sul.

Dois tipos de problemas ajudaram a manter aceso o debate sobre a nova configuração do sistema internacional: uma discussão sobre o alcance do poder norte-americano e outra sobre a durabilidade desse poder. Alguns autores, como William Wolforth (1999), defendem que o *gap* entre a capacidade norte-americana e a dos outros países é bastante claro, e que o poder norte-americano é inigualável em curto prazo. Para eles, o unipolarismo é indiscutível, mesmo porque outros atores poderosos do sistema não têm incentivos para tentar atingir o patamar militar que alcançou os Estados Unidos, e numa lógica mais racionalista preferem alocar recursos em outros setores como, por exemplo, nos complexos industriais, e pegar carona no sistema de segurança global ofertado pelos Estados Unidos.

Outros estudiosos, como Joseph Nye (2002) ou Samuel Huntington (1999), consideram que, apesar dessa superioridade, não se pode afirmar que os Estados Unidos sejam capazes de prescindir de aliados, ou de impor a sua própria vontade em qualquer dos “tabuleiros de xadrez” das relações internacionais. Nessa linha, Huntington (1999) inova ao sugerir o termo “unimultipolaris-

mo”, como uma configuração na qual existe uma única superpotência, mas que precisa de potências médias para implementar suas políticas mundiais. Nye desenvolve a idéia de que os Estados Unidos são o país mais poderoso em todos os tabuleiros, mas que nem por isso podem adotar uma política externa unilateral, pois isso aumentaria demais os custos da sua preponderância e, além do mais, geraria desconfiança entre os outros atores do sistema, o que poderia servir de catalisador para a formação de alianças com o objetivo de restabelecer o equilíbrio de poder. Daí, nossa segunda questão a respeito da durabilidade do unipolarismo.

A idéia de inspiração neorealista de que o unipolarismo é uma configuração destinada a uma vida curta manteve sua influência – uma boa parte dos analistas esperava que surgisse um antagonista, ou um grupo de países antagonistas aos Estados Unidos em um curto espaço de tempo. Nesse sentido, alguns estudos referem-se a um “momento unipolar”, com seus dias contados em função da pressão dos outros atores pelo equilíbrio de forças. Kenneth Waltz, em um texto de 1997 – “Evaluating theories” –, reafirma sua tese de que o unipolarismo é insustentável. Contudo, ninguém parece muito certo a respeito da identidade das potências em ascensão.

No início do novo milênio, Waltz (2002) retorna ao seu argumento. Para ele, a unipolaridade norte-americana é necessariamente instável, não devido a suas características intrínsecas, mas pela insegurança inerente que um poder muito desigual transmite a outros Estados mais fracos. No seu conhecido argumento, em um mundo anárquico, quando Estados mais fracos são ameaçados por uma extrema concentração de poder, procuram a proteção numa agrupação contra-hegemônica; conseqüentemente, a balança de poder ressurgirá. Waltz reconhece que a dinâmica da balança de poder pode ser

suprimida pela ordem em determinados estágios históricos. Por exemplo, a Europa estaria atualmente aceitando a liderança hegemônica dos Estados Unidos, com o objetivo de prevenir uma volta da balança de poder na região.

A partir da perspectiva estrutural de Waltz, não é possível pensar a unipolaridade hegemônica como um fenômeno internacional durável. Cedo ou tarde um Estado ou uma aliança de Estados, sentindo-se ameaçados pela diferença de poder, reiniciará a dinâmica da balança de poder. Além disso, o Estado dominante tende a tomar para si cada vez mais responsabilidades devido a seu papel de guardião internacional que, a longo termo, acabarão por enfraquecer o seu próprio poder. Esta pode ser considerada uma leitura renovada e universal do fenômeno *overstretch*, previsto por Paul Kennedy (1989), que levaria à queda da superpotência norte-americana em função de seus excessivos gastos com segurança e defesa. Mas certamente um dos problemas não contemplado pelo argumento de Waltz, o que Stephen Walt (1991) já havia compreendido, é o fato de que grandes poderes não reagem somente a capacidades de poderes; eles podem reagir a percepções de ameaças e, assim, os mais fracos podem aderir ao mais forte (*bandwagon*). A lógica de Waltz, dos mais fracos se unindo entre si para equilibrar o sistema, já havia conhecido um revés importante nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, quando o Canadá e a Europa, em vez de se unirem à União Soviética, se aliaram aos Estados Unidos. Porque haveríamos de pensar que a Europa ou mesmo a China e a Rússia percebem os Estados Unidos necessariamente como uma ameaça?

Entre os neorealistas, no entanto, alguns autores, como William Wolforth (1999), consideram que a atual configuração unipolar do poder é estável e durável. Em clara dis-

cordância em relação a Waltz, Wohlforth acredita que o unipolarismo tende a durar não só por causa dos custos proibitivos que envolveriam qualquer tentativa de se equiparar aos Estados Unidos atualmente, mas também em função da posição geográfica privilegiada do país, que não conta com nenhum de seus possíveis concorrentes entre seus vizinhos. Para esse autor, o fato de lideranças políticas e intelectuais fora dos Estados Unidos se sentirem desconfortáveis com essa situação em nada altera a natureza unipolar do sistema internacional, uma vez que ela é construída por características estruturais.

Ademais, de acordo com essa visão, o unipolarismo é um sistema bastante satisfatório do ponto de vista da segurança, já que quanto maior e mais concentrado for o poder, mais pacífico e estável será o sistema internacional. Os principais elementos de instabilidade – política de balança de poder e corrida armamentista –, nesse caso, estariam eliminados do jogo político. No mundo unipolar, as incertezas diminuiriam porque os governos, de uma maneira geral, seguiriam as diretrizes do poder hegemônico ou, no limite, não optariam por uma ação que pudesse gerar inimidade.

No entanto, Wohlforth não considera o problema da natureza da hegemonia norte-americana (benévola ou predatória) e como os outros Estados, sobretudo as potências médias, percebem tal hegemonia.

Para Joseph Nye (2002) e John Ikenberry (2002), a opinião de atores importa sim, na medida em que a unipolaridade também se assenta no fato de que os países que poderiam ameaçar os Estados Unidos não possuem interesses comuns suficientes, ou não se sentem suficientemente ameaçados pelos Estados Unidos para empreender alguma resistência ao poder norte-americano. Para esses autores, a irrelevância das clássicas ferramentas da balança de poder na atual

ordem mundial e o impacto desta na segurança internacional estão relacionados à existência de instituições internacionais fortes, além de que há um certo sentido de “sociedade internacional” ancorado num consenso crescente em torno de valores e objetivos comuns e a uma expectativa cada vez maior sobre o papel das organizações internacionais, tal como as Nações Unidas, na resolução de conflitos internacionais.

O atual sistema internacional de segurança, segundo eles, mesmo refletindo e fortalecendo o poder da superpotência norte-americana, pode ser durável, estável e pacífico se a liderança norte-americana for exercida por meio de políticas e instituições multilaterais. Os problemas dessa nova ordem tenderiam a surgir e ficariam confinados na periferia do sistema; a “sociedade internacional”, por sua vez, liderada pelos Estados Unidos, atuaria no sentido de manter a ordem nessas áreas periféricas, de maneira análoga ao que ocorreu quando uma coalizão de países decretou guerra contra o Iraque, que invadira o Kuwait em 1991.

Talvez seja ainda um pouco precipitado fazer afirmações categóricas sobre a nova ordem mundial, mas alguns dos desenvolvimentos recentes da política internacional, e a ênfase recente no unilateralismo da política externa norte-americana, apresentam problemas práticos para as posições mais liberais.

Como observa Rubens Ricúpero, está cada vez mais difícil engajar os Estados Unidos em acordos internacionais. Eles não aderiram aos tratados de direito marítimo, de direito ao desenvolvimento, de proteção aos direitos da criança, contra as minas terrestres, ao tratado que estabelece o Tribunal Penal Internacional, entre outros; não ratificaram as decisões da convenção sobre armas biológicas, nem o protocolo de Kyoto. Ainda de acordo com Ricúpero:

A essa atitude de negativismo em relação ao consenso internacional emergente, acrescenta-se o abandono ou a re-interpretação de uma parte do que já foi universalmente adquirido, principalmente em matéria de direitos humanos, do meio ambiente, das experiências com mísseis, dos compromissos assumidos no passado para com os países que renunciaram às armas nucleares e, de maneira geral, em oposição aos esforços multilaterais de desarmamento, mesmo no caso das armas de pequeno calibre (*small arms*). Quando se consideram, por outro lado, os esforços vigorosos que empenham contra a proliferação das armas de destruição em massa, sem se impor em contrapartida a si mesmos nenhuma obrigação, mesmo longínqua ou meramente retórica, de proibição total dessas mesmas armas – objetivo que, entretanto, sempre fizera parte de todos os esforços de não-proliferação – então só se pode colocar em dúvida a coerência e a eficácia persuasiva de sua política (2005).

Além disso, o país empreendeu uma guerra contra o Iraque mesmo sem o apoio claro da ONU e sob a desaprovação de alguns de seus aliados históricos, como a França e a Alemanha. Estabeleceu uma zona de não-direito na Ilha de Guantanamo, onde os prisioneiros – “combatentes inimigos” capturados nas guerras do Afeganistão e do Iraque – são mantidos à parte da legislação humanitária que define o tratamento adequado a ser dispensado aos prisioneiros de guerra.

Por fim, o governo norte-americano tem afirmado insistentemente sua capacidade e disposição para adotar qualquer tipo de medida que considere adequada para a defesa do seu território, incluindo aí a chamada “ação preventiva”, mesmo que essas medidas não encontrem respaldo ou sejam contrárias à legislação internacional. A nova doutrina de segurança norte-americana também afirma o

objetivo de manter o *gap* entre o poder militar norte-americano e o do restante do mundo, por meio de investimentos maciços nessa área.

Os riscos que esse tipo de política de segurança representa para as instituições multilaterais e para o direito internacional são evidentes. Contudo, mesmo considerando o unilateralismo exacerbado das políticas de segurança desse país, ainda permanecem as dúvidas sobre o alcance e a duração do poderio norte-americano. Quais serão os efeitos dessa política sobre a economia norte-americana? Os Estados Unidos têm condições de arcar sozinho com os custos elevados de suas intervenções pelo mundo, ou precisam de aliados, como sugerem Huntington e Joseph Nye? É provável, ou possível, que outros países, que têm possibilidade de se tornarem futuras potências, se articulem contra a supremacia dos Estados Unidos como reação ao unilateralismo da política norte-americana, ou o unipolarismo se caracteriza justamente pela impossibilidade de isso ocorrer, como sugere Wohlforth?

Sem dúvida, no debate sobre a configuração do poder internacional, as teorias pós-positivistas pouco têm tido a dizer, se mantendo quase ausentes do embate teórico com os positivistas e sendo incapazes de fomentar uma discussão interna, ao contrário do que ocorre entre os positivistas neorealistas e neoliberais. Em contrapartida, essa corrente está bastante presente no debate sobre outra questão relevante do sistema internacional contemporâneo, a saber, as mudanças na natureza do poder e sua relação com a segurança internacional.

As Mudanças na Natureza do Poder e da Segurança Internacional

Ora, se é certo que os pós-positivistas, estão mais próximos de elaborar respostas

analíticas para a nova natureza das ameaças à segurança internacional, no conjunto, tanto eles como a produção positivista continuam pouco eficientes em incorporar temáticas que reflitam a natureza da segurança contemporânea em relação a novos setores e novos atores. A agenda empírica continua inexistente nas análises estruturais positivistas, ao passo que as preocupações com as questões militares se mantêm muito fortes como referências ontológicas. Ademais, ambas as correntes compartilham a pouca relevância com que são concebidos os atores não-estatais. Mesmo o corpo analítico mais avançado e denso do pós-positivismo, a exemplo do construtivismo social de Wendt, não esconde a ampla concordância com os positivistas quanto à preponderância ontológica do Estado como ator e como referência analítica (Wendt, 1995). Ou seja, as mais profícuas reflexões sobre a natureza contemporânea do poder e da segurança internacional não pertencem a autores do *mainstream* positivista ou pós-positivista.

De certa forma, o fim da Guerra Fria não se limitou apenas a modificar a distribuição de poder, mas alterou sua própria natureza. Durante décadas, armas nucleares e poder tornaram-se praticamente sinônimos. O novo cenário rompeu essa identidade, fazendo com que novas dimensões de poder e novos atores emergissem no cálculo de poder internacional. Joseph Nye (2002, pp. 80-82) equaciona essas mudanças de forma muito feliz por meio da metáfora do tabuleiro de xadrez tridimensional.⁶ No primeiro tabuleiro, os Estados Unidos jogariam sozinhos com seu poderio militar inconteste e inigualável. No tabuleiro do meio, o jogo seria de natureza econômica, em que os Estados Unidos dividiriam o poder com outros atores, como a Europa, a China e o Japão. No tabuleiro inferior, o poder seria difuso, abarcando relações transnacionais,

múltiplas, não-estatais e organizadas em redes. Como consequência, Gelson Fonseca Jr. adverte:

O jogo de poder ocorre hoje em dia em um ambiente em que as influências recíprocas não são controladas politicamente. A “geoeconomia” concorre com a “geopolítica” e se torna impossível isolar a dimensão política como nas análises clássicas de equilíbrio de poder. O interesse definido em termos de poder se confunde com o “interesse definido em termos de prosperidade [...]”. As consequências para a dialética da segurança internacional são evidentes. Durante a Guerra Fria, a dialética das ameaças permitia alguma previsibilidade, sustentada na idéia de que menos poder do outro é igual a vantagem e, além disso, havia confiança em que a lógica da dissuasão seria capaz de assegurar a estabilidade do sistema. Hoje, a superposição de interesses políticos e econômicos, ou interdependência complexa como preferem Keohane e Nye, torna a análise muito mais complexa (1998, pp. 22-28).

A partir dessa constatação, desenvolveu-se, dentro do próprio paradigma realista, a perspectiva geoeconômica,⁷ segundo a qual, com o surgimento das armas atômicas e dos mais sofisticados desenvolvimentos em tecnologia militar e de defesa, paradoxalmente, a guerra perdeu interesse para os principais atores do sistema, porque tornou seus custos excessivamente elevados (Thurow, 1992; Tyson, 1992; Luttwak, 1993).

Além disso, no pós-Guerra Fria, a segurança e a sobrevivência dos principais poderes não estaria mais ameaçada como no passado. O elemento mais visível do poderio militar e o que mais preocupava em termos de segurança internacional – os armamentos nucleares – estão congelados, embora Paquistão e Índia tenham feito testes em 1998. Outra

importante transformação está no fato de que o direito das grandes potências de adquirir territórios não é mais reconhecido.

A corrente geoeconômica acredita, pois, que a diminuição da competição militar entre superpotências tem como consequência o deslocamento da competição para outras arenas, principalmente a economia. De acordo com esse ponto de vista, os Estados-nações permanecem sendo os atores principais, e a competição se dá sobretudo na disputa por mercados, matérias primas, mão-de-obra qualificada e tecnologia de ponta. O conceito de “realismo mercantil”, de Lester Thurow (1992), segue por essa trilha ao afirmar que os Estados enfrentam hoje uma ameaça tanto no campo econômico como no campo militar e que aqueles mais poderosos se engajaram numa luta pela “balança econômica”. Mais do que isso, para ele os interesses geoeconômicos podem ser perseguidos às expensas da política e da segurança tradicionais. Thurow prevê ainda o surgimento de três grandes blocos geoeconômicos: a Europa, dirigida pela Alemanha, com a inclusão do Leste Europeu; um bloco dirigido pelos Estados Unidos, centrado no Nafta; e um bloco asiático, guiado pelo Japão.

No entanto, essa primeira tentativa de compreender que, com a securitização da economia política internacional, há uma transformação da natureza do poder e das questões de segurança internacional apresentou desde logo algumas dificuldades práticas. Em primeiro lugar, ainda não existem parâmetros confiáveis para avaliar a solidez e a coerência do poder econômico, já que em sua composição se incorporam elementos de caráter nacional, regional e global, o que é especialmente verdadeiro no caso da União Européia. É difícil, por exemplo, explicar de que maneira uma empresa multinacional é fonte de poder nacional, ou, ainda, de que forma o euro servirá tanto para promover as

capacidades de poder e a segurança de países como a França e a Alemanha, como para criar um novo tipo de “bloco financeiro” que atuaria com uma lógica supranacional, enfraquecendo a visão de segurança internacional ou encorajando uma em comum ao bloco.

Em segundo lugar, a velocidade das mudanças nas áreas econômicas e tecnológicas atualmente torna muito difícil fazer previsões de longo prazo sobre a distribuição de poder. Por exemplo, o imponente crescimento da economia japonesa no final da década de 1980 não levou a um desenvolvimento do papel político do Japão no cenário internacional, nem levou ao declínio do poder dos Estados Unidos, como o próprio Thurow esperava. Um famoso artigo de Samuel Huntington de inícios da década de 1990 apontava inclusive uma mudança na percepção de ameaça para os Estados Unidos: a opinião pública norte-americana chegou a considerar, em certo momento, que a nova ameaça era representada pelo poder econômico do Japão e não mais pelo poderio militar soviético (Huntington, 1992, pp. 21-23).

Por fim, deve-se considerar também que a agenda de segurança no pós-Guerra Fria tornou-se significativamente fragmentada. Não apenas a economia global, mas também outros elementos, como as questões ambientais e o regionalismo, passaram a ser cada vez mais relevantes no quadro internacional. Assim, a China, por exemplo, desempenha um papel importante nos assuntos asiáticos de segurança regional, porém é irrelevante quando se trata do Oriente Médio ou da Europa Central. Além disso, com o fim da Guerra Fria, ao perder o fator ideológico global, as lealdades sobre a segurança tendem a se regionalizar, embora os Estados Unidos continuem a ser importantes nos dois teatros de operações mais estratégicos do mundo: Europa e Leste da Ásia.

Na Europa, segundo Charles Kupchan (2002), existem dúvidas sobre se os naciona-

lismos podem ser administrados com a mesma eficácia diante de uma retirada das tropas norte-americanas, ali estacionadas há meio século. No Leste da Ásia, as rivalidades entre os dois principais atores regionais (Japão e China), o contencioso das duas Coreias e as reivindicações chinesas sobre Taiwan levam ao paradoxo de que a retirada norte-americana não seja desejável nem para os próprios chineses. O caso do Leste asiático apresenta características mais dramáticas, pois, ao contrário da Europa, não houve nessa região uma aproximação e um processo de cooperação bem-sucedido entre China e Japão durante os anos da Guerra Fria, como ocorreria entre França e Alemanha.

Vale lembrar ainda que, em relação às mudanças da natureza do poder, os estudos positivistas e pós-positivistas de segurança internacional contemporânea também não consideram com ênfase suficiente um aspecto sistêmico igualmente relevante, a saber, a discussão em torno de como as chamadas “novas ameaças”, os novos atores e as novas guerras afetam a segurança internacional.

Novas Ameaças, Novos Atores, Novas Guerras

Em 1993 foi lançado o livro de Paul Kennedy *Preparando para o século XXI*. Nesse livro, a tese central é a de que: “a despeito de estar terminada a Guerra Fria, ou da possibilidade de ser posto um fim nas rivalidades do Oriente Médio, existem agora enormes *perigos não-militares* para a segurança e bem-estar dos povos deste planeta que merecem atenção” (1993, p. 12). Esses processos, certamente nada novos que surgiam com muita ênfase na discussão do pós-Guerra Fria referiam-se àqueles ligados com a explosão populacional, migrações internacionais, desequilíbrios ecológicos, impactos globais do

desenvolvimento tecnológico e outros como globalização do crime (tráfico de drogas, máfias etc.) e que se bem não colocam sérios riscos para a independência e integridade territorial de um país acabam sim afetando o bem-estar material, psicológico e a saúde dos cidadãos de um Estado nacional.

A principal característica desses riscos é sua natureza transnacional. Argumenta Kennedy que,

[...] embora muito diferentes em suas formas, essas várias tendências que vão do aquecimento global a um comércio de 24 horas por dia são, pela própria natureza, *transnacionais*, cruzando fronteiras em todo o mundo, afetando sociedades distantes e lembrando-nos que a terra apesar de todas suas divisões é uma só (*Idem*, p. 127).

Isso traz no mínimo duas conseqüências imediatas. A primeira é que tais tendências

[...] estão fora do controle da autoridade do Estado nacional tradicional tanto no sentido direto de países que não podem evitar a mudança eminente da atmosfera, como no caso indireto de que se impedirem atividades como agricultura, biotécnica, robótica, transações financeiras, isso não impediria que fossem feitas em outros lugares [...] (*Idem, ibidem*).

A segunda é que os meios militares perdem terreno como árbitro final das disputas:

Esses desafios não podem ser enfrentados pela força militar, que é a maneira normal pela qual os Estados têm enfrentado as ameaças a sua segurança. As forças-tarefas navais e as divisões blindadas têm seu uso, mas são incapazes de impedir a explosão demográfica mundial, conter o efeito estufa, sustar as transações cambiais, a agricultura biotécnica

e assim por diante. Esses acontecimentos, juntamente com desafios secundários como terrorismo internacional e as drogas, sugeriram a alguns autores que “novas ameaças” à segurança nacional e internacional estão tomando o lugar das “velhas” ameaças da guerra nuclear e da guerra convencional em grande escala e que os governos devem, portanto, abandonar sua obsessão com os perigos militares e se concentrar em medidas para enfrentar desafios diferentes ao bem-estar nacional (*Idem, ibidem*).

Por fim, associados a esses novos processos aparecem também novos atores não-estatais, entre os quais pode-se traçar ao menos uma distinção de dois grupos com objetivos e características opostos no quadro da política internacional contemporânea. De um lado, atores transnacionais não-públicos – organizações terroristas, narcotráfico, máfias internacionais, entre outros – e, de outro, atores transnacionais públicos – sobretudo ONGs que atuam na área de direitos humanos e de socorro humanitário (Villa e Urquidi, 2005, pp. 604-605).

O primeiro grupo é formado por atores que, embora não-territoriais, certamente atuam a partir de uma base territorial estatal, desenvolvendo sua ação coletiva fora das arenas públicas internacionais. Denominados “foras-da-lei”, uma vez que sua atuação não é regulada por normas de direito nacional ou internacional, são considerados uma força desintegradora ou centrífuga do sistema de segurança internacional, na medida em que sua natureza descentralizada acrescenta novos elementos de desordem ao sistema internacional. Considerando-se a natureza anárquica do sistema internacional, tal como descrito pelo pensamento realista, pode-se afirmar que a existência desse tipo de força desintegradora acaba aprofundando ainda mais o grau de descentralização do sis-

tema. Além disso, há o agravante de que não existem, para esse tipo de ator, elementos de regulação, como acontece no sistema interestatal. A falta de previsibilidade, ao contrário dos atores estatais, constitui a principal característica de suas ações.

O segundo grupo, em contrapartida, age como uma força centrípeta, na medida em que utiliza mecanismos de atuação política ou jurídica congruentes com os das esferas públicas nacionais. Sustenta Fonseca Jr.

[...] que no caso das ONGs universalistas de direitos humanos, isso leva a que se articulem novas noções de ameaça que correm à margem do jogo imediato das relações de poder. Assim, existe uma categoria de ameaça em que a referência é o plano da humanidade – quando, por exemplo, se violam direitos humanos, não importa em que cantos do planeta, o que leva a que se desenhe uma nova fonte de pressão para agir, em que os objetos são ainda Estados, ora como portadores de correção, ora como responsáveis por atos a corrigir (1998, p. 29).

A incorporação da idéia de humanidade como uma comunidade política relevante para pensarmos a questão da segurança fez com que o tema da intervenção humanitária fosse incorporado à agenda da segurança internacional, assim como fez renascer o interesse pela discussão entre moral e poder no sistema internacional, porém não mais centrada exclusivamente na relação entre Estados, mas incorporando novos atores e novos processos. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos de Richard Falk (1994, 2000), em que é explorada a tensa relação entre o princípio de soberania e a plena realização dos direitos humanos.

Falk explora o fato de que as elites políticas ainda se guiam fundamentalmente pelos preceitos realistas, de modo que “os ativistas

de direitos humanos são frequentemente desapontados por sua recorrente inabilidade em ter acesso aos comandantes na arena política, especialmente quando fortes interesses estratégicos parecem apontar na direção oposta” (2000, p. 42). Além disso, existe ainda uma recusa, mesmo em sociedades liberais democráticas, em se submeter a instituições internacionais, cuja legitimidade é frequentemente posta em dúvida. Dessa forma, Falk (1994) engrossa o coro daqueles que consideram necessárias reformas nas organizações internacionais no sentido de torná-las mais transparentes e acessíveis aos atores societários transnacionais, abrindo espaço para que se possa realizar uma política internacional de direitos humanos mais satisfatória.

A incorporação de processos de natureza global *softs* e de atores não-tradicionais à agenda de pesquisa na área de segurança afeta sobremaneira a forma como ameaças são geradas e objetivos são propostos nesse campo. O tema da globalização, especialmente, não apenas questiona a centralidade do Estado, mas também aumenta a sensação de vulnerabilidade, o que atinge diversas sociedades no mundo contemporâneo. O terrorismo internacional, por exemplo, constitui uma ameaça que, de acordo com Christopher Coker, Richard Falk e Paul Kennedy, só pode ser compreendida em termos de globalização. As redes terroristas, organizadas de forma descentralizada e não necessariamente vinculadas ao Estado, cruzam fronteiras e elegem alvos em diferentes lugares do mundo. Como parece lamentar-se Kennedy, um dos paradoxos que revelou os atentados terroristas do 11 de setembro é que a consolidação de uma sociedade aberta (aos capitais, aos imigrantes, às idéias) gerou, por sua vez, as condições para que sejam agredidos por inimigos assimétricos “inteligentes e determinados” (Kennedy, 2001, p. 81). As transformações nas áreas de

tecnologia da informação, transportes e tecnologia militar capacitam a atuação das redes terroristas em praticamente todos os lugares do mundo. Nas palavras de Coker: “Atualmente a idéia de que os riscos que corremos são mais catastróficos do que os do passado porque são de natureza global tornou-se um lugar comum. Vivemos em uma era de globalização” (2002, s.p.). Além disso, seguindo ainda Coker, o próprio sentido da globalização acaba levando a um paradoxo:

Ela produz o terrorismo: o desejo de proteger culturas tradicionais; isto cria uma sensação de falta de poder para aqueles deixados em um planeta onde não existe alternativa viável para as ortodoxias do Banco Mundial. Ela chama ainda mais a atenção para a América e a americanização que vazam dos satélites e das televisões a cabo como lixo tóxico. Ela cria, quando funciona, uma forte oposição à violência entre os Estados, e até mesmo entre comunidades, e contribui para diminuir a incidência de violência instrumental para fins políticos. Mas ela também cria a necessidade da violência expressiva (ritualística, simbólica e comunicativa). A violência expressiva do ataque ao World Trade Center tinha sentido para a vítima (ansiedade e humilhação) e para o perpetrador (*status*, prestígio e reputação no mundo islâmico). E a escolha do alvo, o World Trade Center, um ícone global, mostra como a globalização dá a violência expressiva uma força simbólica maior do que nunca (*Idem*, s.p).

A ansiedade gerada pelo processo de globalização, que ameaças como o terrorismo ajudam a alimentar, somada a uma percepção ampliada da segurança, que inclui a questão da identidade entre suas dimensões de análise, é considerada por muitos autores contemporâneos, mesmo fora da área mais

restrita dos estudos de segurança, responsável pelo surgimento de sociedades onde o medo é cada vez mais um componente importante da dinâmica social e a segurança, o centro das preocupações cotidianas. Nas palavras de Jürgen Habermas:

O afeto protecionista volta-se do mesmo modo contra os traficantes de armas e drogas que põem em perigo a segurança interna, bem como contra o transbordamento de informação, o capital estrangeiro, os imigrantes em busca de trabalho e as ondas de fugitivos, que supostamente destroem a cultura local e o nível de vida (1998, p. 103).

A alteridade como ameaça de segurança passa a ser constitutiva também da polêmica tese do *choque das civilizações* de Samuel Huntington (1998), segundo a qual os principais conflitos do pós-Guerra Fria se darão entre “povos pertencentes a diferentes entidades culturais”, de modo que uma das mais importantes dimensões da política de segurança contemporânea será a preservação e o fortalecimento da integridade cultural dos Estados.

Essa tese recebeu inúmeras críticas. Para alguns estudiosos, a grande linha de tensão não se dá atualmente entre culturas, mas é fruto da desigualdade gerada pela linha que divide globalizados, de um lado, e não-globalizados, de outro, uma vez que a globalização não atinge com a mesma intensidade e da mesma maneira os diferentes países do mundo. De acordo com Coker, “nenhum dos lados entende o outro. Para o globalizado, o outro freqüentemente parece marginal; para o marginal, o globalizado parece se explorador e insensível” (2002, s. p.).

Outros acreditam que teorias desse tipo são apenas tentativas de preencher o vazio deixado pela perda de capacidade explicativa das teorias de segurança do período da

Guerra Fria. Com o fim desse conflito, começam a aparecer rivalidades que ficaram encobertas pelo jogo de poder entre Estados Unidos e União Soviética. Como afirma ironicamente o filósofo francês Jacques Julliard:

Para evitarem o conflito direto, Estados Unidos e União Soviética faziam o ajuste de suas contas por intermédio de israelenses e palestinos, entre etíopes e eritreus, da rivalidade entre angolanos, obstinados a se destruírem uns aos outros. Com o desmoronamento do comunismo, esfumava-se a segunda face de tais conflitos, considerada a mais nobre. Para os amantes obstinados da Gnose – a de Moscou assim como a de Princeton – que viriam a ser essas guerras regionais provadas de sua dignidade doutrinária? Nada mais do que obscuros combates entre negros, confusas disputas tribais sem incidência sobre a história. Assim, chegaram a ser promovidos colóquios sobre o retorno das tribos (1997, p. 13).

A existência desses conflitos, sobretudo no sul da Ásia, na ex-Iugoslávia, na antiga União Soviética e na África, a partir dos anos de 1980, dificilmente pode ser compreendida ou ter seu impacto medido com base na idéia do ressurgimento de rivalidades ancestrais, ou, ainda, no interior das teorias tradicionais sobre segurança. Diante do processo de globalização, compreendido como a intensificação das interconexões entre diferentes sociedades, esses conflitos não se restringem a um só país, ou mesmo a uma só região. Em certo sentido, pode-se mesmo afirmar que eles dificultam a distinção entre nacional e internacional, elemento central nos estudos de segurança internacional até então.

Se alguns autores ressaltam os efeitos da globalização e da centralização unipolar do poder na intensificação da desigualdade em âmbito mundial e nas mudanças ocorridas na agenda de estudos de segurança, outros,

como Francis Fukuyama (2004) e Michael Ignatieff (2002), apostam na periferia do sistema internacional como fonte dos principais conflitos da ordem mundial contemporânea. Esses estudos ajudaram a incluir na agenda o tema dos Estados fracos ou falidos, os quais não seriam capazes de exercer o que Max Weber chamou de “monopólio da legitimidade sobre o exercício do uso da violência” dentro de seu próprio território. Tal incapacidade geraria problemas de segurança que transbordariam para além de suas próprias fronteiras, como a migração internacional e o próprio terrorismo.

Nessa mesma linha, encaixa-se a definição de “novas guerras”, da autora inglesa Mary Kaldor – um novo tipo de conflito violento, em que as partes envolvidas geralmente não têm objetivos geopolíticos ou ideológicos, como no passado, mas a luta pelo poder se dá “em nome de uma identidade particular, seja ela nacional, de clã, de religião, seja lingüística” (1999, p. 6). Esses conflitos envolvem exércitos, forças policiais, gangues e paramilitares, organizados de forma descentralizada e utilizando métodos pouco ortodoxos. Se nas guerras tradicionais ocorrem batalhas onde os exércitos procuram ocupar militarmente os territórios, nas novas guerras, as forças em combate recorrem a expedientes que buscam incutir medo e terror na população, cujo “objetivo é controlar a população se livrando de todos que têm uma identidade diferente (e conseqüentemente uma opinião diferente)” (*Idem*, p. 8). Os métodos vão desde a expulsão de uma população inteira, mediante assassinatos em massa, até a utilização de técnicas de intimidação política, econômica e psicológica. Assim, esse tipo de guerra costuma gerar um número muito grande de refugiados e *displaced persons*, e a maior parte da violência é dirigida a civis. Como afirma Kaldor, de uma certa forma,

[...] embora as novas guerras possam parecer ser entre diferentes grupos religiosos, lingüísticos ou tribais, elas podem também ser apresentadas como guerras nas quais aqueles que representam identidades particulares cooperam para suprimir os valores de civilidade e de multiculturalismo. Em outras palavras, elas podem ser compreendidas como guerras entre o exclusivismo e o cosmopolitismo (1999, p. 9).

Em comum com as “novas guerras”, o terrorismo internacional também está relacionado a políticas de identidade, e os métodos mais usados buscam gerar o medo e o terror entre civis, como forma de pressionar os Estados. No entanto, se as novas guerras são conflitos que afetam muito mais à periferia do sistema (embora o controle da violência pelo Estado também seja questionado em países centrais), a ação do terrorismo é muito mais global, ainda que parte considerável dos analistas acredite que as principais redes terroristas têm a sua origem na periferia do sistema, e em Estados fracos ou falidos.

A preocupação com as novas guerras e com o terrorismo cresce entre os países mais poderosos do sistema no imediato pós-Guerra Fria, quando prevalecia a idéia de que a era dos grandes conflitos internacionais tinha chegado ao fim, e que a grande questão agora eram os conflitos localizados na periferia do sistema, no território de Estados que não podiam ou não se dispunham a oferecer à população condições de segurança interna. Nesse sentido, as palavras do filósofo Michael Walzer resumem bem o espírito da época:

Não é exagero dizer que o maior perigo enfrentado por uma boa parte das pessoas no mundo atual provém de seus próprios Estados, e que o principal dilema da política internacional é saber se as pessoas em

perigo deveriam ser resgatadas pelas forças militares de fora (2003, p. XIV).

A idéia de que a “sociedade internacional”, o quer que essa expressão signifique, tem responsabilidade pela vida e pela proteção dos indivíduos afetados por esse tipo de conflito, independentemente de seu próprio Estado, ganha força e fomenta estudos sobre a problemática das intervenções humanitárias e das guerras justas. Começam a surgir propostas para tornar os organismos multilaterais mais capacitados em lidar com situações de grave violação de direitos humanos que podem pôr em risco a segurança internacional, como as iniciativas dos ex-secretários-gerais da ONU, Boutros Ghali e Koffi Annan, para reformar a instituição e tornar as operações de *peacekeeping* e *peacemaking* promovidas pela entidade mais efetivas.

A discussão sobre a necessidade e a legitimidade das intervenções mobilizou bastante a atenção ao longo dos últimos anos, e foi alimentada não apenas pela intervenção em Kosovo, mas também pela tragédia da guerra de Ruanda em 1998, onde a comunidade internacional foi acusada de omissão por não intervir no massacre de 800.000 pessoas, pelas malsucedidas tentativas de intervenção do exército norte-americano, autorizado pela ONU, na Somália, e pela proliferação dos conflitos que podem ser encaixados na definição de “novas guerras”.

Do ponto de vista dos críticos, a estrutura fortemente hierárquica do sistema internacional, assim como as estruturas decisórias oligárquicas das principais organizações internacionais colocam em cheque a legitimidade das intervenções humanitárias e, de um modo geral, a incorporação da temática dos direitos humanos em uma agenda de segurança. Nesse sentido, o historiador Perry Anderson considera que os direitos humanos, ao lado

da idéia de livre-mercado e de democracia, formam o corpo da nova doutrina hegemônica que caracteriza o sistema internacional do pós-Guerra Fria. Eles constituiriam a grande inovação do período, porque “representam a possibilidade de arrombar as portas da soberania nacional” (2002, p. 9).

Em síntese, o fato de haver atualmente uma densa bibliografia sobre segurança internacional não surpreende, já que se trata de uma temática-chave dentro da disciplina das relações internacionais. O que parece ser novidade é a emergência de uma bibliografia consideravelmente diferente da tradicional, em que as querelas da área não mais ocorrem nas diferenças de enfoques – entre neorealistas e neoinstitucionalistas, por exemplo –, mas, de maneira mais ampla, entre tradições intelectuais.

Este balanço bibliográfico reflete a polarização epistemológica em termos de tradições intelectuais, de um lado, e, de outro, revela que as duas escolas ainda permanecem consideravelmente fechadas a novos problemas da segurança internacional (securitização de novas temáticas), a novos atores e a novas modalidades de guerra. Isso sugere uma agenda de pesquisa em que as novas correntes, que têm refletido o impacto pós-modernizante das ciências humanas em geral, têm uma janela de oportunidades analíticas muito promissora.

Notas

1. De um modo geral, podemos afirmar que esse debate se insere num movimento mais amplo de crítica ao racionalismo e ao utilitarismo em outras áreas das ciências humanas, que envolve aspectos epistemológicos, ontológicos e metodológicos, e que diz respeito não apenas às relações internacionais, mas também às ciências sociais como um todo.
2. No Brasil, pode-se dizer que a perspectiva positivista predomina na produção de trabalhos sobre segurança internacional. Ver as coletâneas organizadas por Brigagão e Proença (2004a; 2004b), em que se sistematiza a reflexão de alguns dos mais importantes pensadores brasileiros no campo da segurança internacional. Ver também Cruz (2003), Diniz (1993), Cepik e Ramirez (2004), Vaz (2004), Valladão (2005) e Flores (2005).
3. Um notável seguidor das idéias de Waltz é John Grieco (1993).
4. Para um interessante balanço de perspectivas teóricas sobre o regionalismo, ver Mônica Herz (2005, pp. 4-16).
5. A influência da agenda de pesquisa pós-positivista no país é ainda um pouco incipiente. Um dos pesquisadores que pode ser mencionado como o expoente dessa linha teórica no Brasil é Nizar Messari (2003), que estuda a *performance* de instituições internacionais, especialmente da ONU, em missões ou tragédias humanitárias numa perspectiva construtivista. O argumento central do autor é que a resposta às tragédias humanitárias dos anos de 1990, como a dos Bálcãs ou a da Libéria, só se viabilizaram em função da mediação de instituições internacionais, em torno das quais se construíram identidades coletivas que permitiram compreender o sofrimento de milhares de pessoas naqueles lugares. Na linha dos trabalhos de Buzan, os trabalhos de Rafael Villa (1999a; 1999b) pretendem reconhecer, no final da década passada, a incorporação de novos setores securitizados, exemplarmente três (meio ambiente, crescimento populacional e migrações internacionais), e a partir daí o autor se propõe a formulação de um conceito genérico de segurança internacional ampliado, denominado segurança global multidimensional, por meio do qual se explora a coexistência de uma agenda de segurança no sentido mais tradicional possível (estratégica-militar), com outra de natureza societária global dada pela incorporação dos setores securitizados.
6. Essa metáfora, de fato, aparece pela primeira vez no livro de Hedley Bull, *A sociedade anárquica* (2002). O autor mostra como o jogo da política internacional se desenvolve em “muitos tabuleiros de xadrez” inter-relacionados e analisa as dificuldades de mensurar o poder, uma vez que a relação entre elementos estratégicos, econômicos, ideológicos é incerta e mutável.
7. Para uma interessante revisão dessa perspectiva, ver Michael Mastanduno (1999, pp. 23-29).

Bibliografia

ADLER, Emanuel & BARNET, Michael. (1998a), “Security communities in theoretical perspective”, in Emanuel Adler e Michael Barnett (eds.), *Security communities*, Cambridge, Cambridge University Press.

- _____. (1998b), "A framework for the study of security communities", in Emanuel Adler e Michael Barnett (eds.), *Security communities*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ANDERSON, Perry. (2002), "Force and consent". *New Left Review*, pp. 5-30, set.-out.
- ARON, Raymond. (1986), *Paz e guerra entre as nações*. Brasília, Universidade de Brasília.
- ASHLEY, R. K. & WALKER, R. B. (1990), "Speaking the language of Exile: dissidence in international studies". *Special Issue of International Studies Quarterly*, 34 (3): 259-268.
- BALDWIN, D. A. (ed.). (1993), *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*. Nova York, Columbia University Press.
- BOOTH, Ken (ed.). (2004), *Critical security studies and world politics*. Londresm Lynner Rienner.
- BRIGAGÃO, Clovis & PROENÇA, Domicio Jr. (orgs.). (2004a), *Panorama brasileiro de paz e segurança*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (2004b), *Paz e terrorismo*. São Paulo, Hucitec.
- BULL, Hedley. (2002), *A sociedade anárquica*. Brasília/São Paulo, Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- BUZAN, B. (1991), *People, States & fear: an agenda for international security studies in the post-Cold War era*. Chapel Hill, The University of North Carolina.
- BUZAN, B., Jones, C. & LITTLE, R. (1993), *The logic of anarchy: neorealism to structural realism*. Nova York, Columbia University Press.
- BUZAN, B. & WAEVER, O. (2003), *Regions and power: the structure of international security*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BUZAN, B., WAEVER, O. & WILDE, J. (1998), *Security: a new framework for analysis*. United Kingdom, Lynne Rienner Publishers.
- CARR, Edward. (2000 [1981]), *Vinte anos de crise 1919-1939*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- CEPIK, Marco Aurélio Chaves & RAMIREZ, Socorro (orgs.). (2004), *Agenda de seguridad andino-brasilena: primeras aproximaciones*. Bogota, Fescol/Iepri.
- COKER, Christopher. (2002), "Security, independence and liberty after september 11, balancing competing claims". Klingenthal Castle, Strasbourg, France. 21st Century Trust. Consultado no *site* <http://www.21stcenturytrust.org/post911.htm>.
- COX, Robert. (1986), "Social forces, States and world orders: beyond international relations theory", in Robert Keohane, *The neorealism and its critics*, Nova York, Columbia University Press.
- CRUZ, Sebastiao V. (2003), "Entre normas e fatos: desafios à segurança e dilemas da ordem internacional". Trabalho apresentado no Ciclo de Conferencias sobre a Guerra no Iraque e o Expansionismo dos Estados Unidos, organizado pelo GPPI/Iuperj, Rio de Janeiro, 5 de maio.

DEUTSCHE, Karl W. *et al.* (1957), *Political community in North Atlantic area*. Princeton, Princeton University Press.

DINIZ, Eugenio. (1993), “Realismo, institucionalismo liberal e inserção internacional do Brasil: uma agenda de pesquisa”, in Paulo Luiz Estevez (org), *Instituições internacionais: segurança, comércio e integração*, Belo Horizonte, Editora da PUC-Minas.

FALK, Richard. (1994), “Conference on security council reform”. Princeton, Princeton University.

_____. (2000), *Human rights horizons: the pursuit of justice in a globalizing world*. Londres/Nova York, Routledge.

FLORES, Mario César. (2005), “Panorama de (in)segurança internacional”. *Política Externa*, 13 (3): 55-65.

FONSECA, Gelson Jr. (1998), “Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI: a distribuição dos pólos de poder e a inserção internacional do Brasil”, in Gilberto Dupas e Tullo Vigevani (orgs.), *O Brasil e as novas dimensões da segurança internacional*, São Paulo, Alfa/Omega/Fapesp.

FUKUYAMA, Francis. (2004), *Construção de Estados. governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro, Rocco.

GILPIN, Robert. (1981), *War and change in world politics*. Cambridge, Cambridge University Press.

GLASER, Charles. (1997), “The security dilemma revisited”. *World Politics*, 50 (1): 171-201.

GRIECO, Joseph. (1993), “Understanding the problem of international cooperation: the limits of neoliberal institutionalism and the future of realist theory”, in David Baldwin (ed.), *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*, Nova York, Columbia University Press.

HABERMAS, Jürgen. (1998), “Inclusão: integrar ou incorporar?”. *Novos Estudos Cebrap*, 52: 99-120, São Paulo.

HERZ, J. H. (1950), “Idealist internationalism and the security dilemma”. *World Politics*, 2: 157-180.

HERZ, Mônica. (2005), *Regionalismo e segurança regional*. Brasília, Universidade de Brasília.

HUNTINGTON, Samuel P. (1992), “A mudança nos interesses estratégicos americanos”. *Política Externa*, 1 (1): 16-30.

_____. (1998), *O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro, Objetiva.

_____. (1999), “A superpotência solitária”. *Foreign Affairs*, 30: 23-28 (edição brasileira).

HURRELL, Andrew. (1998), “An emerging security community in South America?”, in Emanuel Adler e Michael Barnett (eds.), *Security communities*, Cambridge, Cambridge University Press.

- IGNATIEFF, Michael. (2002). "State failure and nation building", in J. L. Holzgrefe e Robert O. Keohane (eds.), *Humanitarian intervention: ethical, legal and political dilemmas*, Cambridge, Cambridge University Press.
- IKENBERRY, G. John. (2002), "American unipolarity: the sources of persistence and decline", in G. John Ikenberry (ed), *America unrivaled: the future of the balance power*, Ithaca/Londres, Cornell University Press.
- JERVIS, Robert. (1978), "Cooperation under Security Dilemma". *World Politics*, 30 (2): 167-314.
- _____. (1982), "Security regimes". *International Organization*, 36 (2): 173-194.
- JULLIARD, Jacques. (1997), *O fascismo está voltando? A queda do comunismo e a crise do capitalismo*. Petrópolis, Vozes.
- KALDOR, Mary. (1999), *New and old wars, organized violence in a global era*. Stanford, Stanford University Press.
- KENNEDY, Paul. (1989), *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro, Campus.
- _____. (1993), *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro, Campus.
- _____. (2001), "A recomposição do poder americano: da ferida à recuperação", in Strobe Talbot e Nayan Chanda (eds.), *A era do terror*, Rio de Janeiro, Campus.
- KATZENSTEIN, Peter. (1993), "Coping with terrorism: norms and internal security in Germany and Japan", in Judith Goldstein e Robert Keohane (eds.), *Foreign policy: beliefs, institutions and political change*, Ithaca/Londres, Cornell University Press.
- _____. (ed.). (1996), *The culture of national security: norms and identity in world politics*. Nova York, Columbia University Press.
- KEOHANE, Robert. (1988), "International institutions". *International Institutions: Two Approaches*, 32 (4): 379-396.
- _____. (1989), *International institutions and State power*. Boulder, Westview Press.
- _____. (1993), "Institutional theory and the realist change after the Cold War", in David Baldwin (ed.), *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*, Nova York, Columbia University Press.
- KEOHANE, R.& NYE, J. J. (1989), *Power and interdependence*. Nova York, Harper Collins.
- KRASNER, Stephen D. (1983), "Structural causes and regimes consequences: regimes as intervening variables", in Stephen Krasner (ed.), *International regimes*, Ithaca/Londres, Cornell University Press.
- KUPCHAN, Charles. (2002), "Hollow hegemony or stable multipolarity?", in G. John Ikenberry (ed.), *America unrivaled: the future of the balance power*, Itaca/Londres, Cornell University Press.

- LAFER, Celso & FONSECA, Gelson Jr. (1994), “Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas”, in Gelson Fonseca Jr. e Sérgio Henrique Nabuco Castro (orgs.), *Temas de política externa brasileira II*, São Paulo, Ipri/Paz e Terra, vol. 1.
- LAPID, Y. (1989), “The third debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era”. *International Studies Quarterly*, 33: 235-254.
- LIGHT, Margot & HALLIDAY, Fred. (1994), “Gender and international relations”, in A. J. R. Groom e Margot Light, *Contemporary international relations: a guide to theory*. Londres/Nova York, Pinter Publishers.
- LUTTWAK, Edward. (1993), *The endangered American*. Nova York, Simon and Schuster.
- MASTANDUNO, Michael. (1999), “A realistic view: three images of the coming international order”, in John Hall e T. V. Paul (eds.), *International order and the future of world politics*. Cambridge, University Cambridge Press.
- MEARSHEIMER, John G. (1994), “The false promise of international institutions”. *International Security*, 19 (3): 5-49.
- _____. (2001), *Tragedy of great power politics*. Nova York/Londres, W.W Norton and Company.
- MESSARI, Nizar. (2003), “Segurança no pós-Guerra Fria: o papel das instituições”, in Paulo Luiz Estevez (org.), *Instituições internacionais: segurança, comércio e integração*, Belo Horizonte, Editora da PUC-Minas.
- MORGENTHAU, H. (1993), *Politics among nations*. USA, McGraw-Hill.
- NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. (2005), *Teoria das relações internacionais*. Rio de Janeiro, Campus.
- NYE, Joseph Jr. (2002), *O paradoxo do poder americano*. São Paulo, Editora da Unesp.
- POWELL, Robert. (1993), “Absolute and relative gains in international relations theory”, in David Balwin (ed.), *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*, Nova York, Columbia University Press.
- PUTNAM, Robert D. (1988), “Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games”, *International Organization*, 42: 427-460.
- _____. (1993), *Making democracy work civic traditions in modern Italy*. Princeton, Princeton University Press.
- RICÚPERO, Rubens. (2005), “A crise do sistema internacional: um futuro pior do que o passado?”. *Estudos Avançados*, 19 (53): 333-345.
- RISSE, Thomas. (2002), “U.S power in a liberal security community”, in G. John Ikenberry (ed.), *America unrivaled: the future of the balance power*. Itaca/Londres, Cornell University Press.

RUGGIE, John Gerard. (1986), “Continuity and transformation in the world polity: toward a neorealist synthesis”, in Robert Keohane, *The neorealism and its critics*, Nova York, Columbia University Press.

_____. (1998), *Constructing the world polity*. Londres/Nova York, Routledge.

SARFATI, Gilberto. (2004), “Estudos de segurança internacional: de Tucídides aos novos conceitos”, in Clovis Brigagão e Domicio Proença Jr. (orgs.), *Panorama brasileiro de paz e segurança*. São Paulo, Hucitec.

SHEEHAN, Michael. (2004), *International security: an analytical survey*. Londres, Lynner Rienner.

SMITH, Steve. (2004), “The contested concept of security”, in Ken Booth (ed.), *Critical security studies and world politics*, Londres, Lynner Rienner.

SINGER, David. (1961), “The level of analysis problem in international relations”. *World Politics*, 14 (1): 77-92.

SNIDAL, Duncan. (1993), “Relatives gains and the patterns of international cooperation”, in David Balwin (ed.), *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*, Nova York, Columbia University Press.

SYLVESTER, Christine. (1996), “The contributions of feminist theory to international relations”, in Steve Smith, Ken Booth e Marysia Zalewsky (eds.), *International theory: positivism and beyond*, Cambridge, Cambridge University Press.

TERRIFF, T. *et al.* (1999), *Security studies today*. United Kingdom, Polity Press.

TICKNER, J. Ann. (1997), *The liberal moment: modernity, security, and the making of postwar international order*. R. Latham, Columbia University Press.

_____. (1999), “Revisioning security”, in John Hall and T. V. Paul (eds.), *International order and the future of world politics*, Cambridge, University Cambridge Press.

TYSON, Laura. (1992), *Who's blushing whom? Trade conflict and high-technology industries*, Washington, D.C, Institute for International Economics.

THUROW, Lester. (1992), *Head to head: the coming economic battle among Japan, Europe and America*. Nova York, Morrow.

VALLADÃO, Alfredo. (2005), “Uma política de segurança e defesa sul-americana”. *Política Externa*, 13 (3): 47-54.

VAZ, Alcides C. (2004), “A cooperação multilateral frente ao terrorismo internacional: dimensões e desafios da participação brasileira”, in Marcio Paulo Buzzanelli (org.), *II Encontro de estudos de terrorismo*, Brasília, Universidade de Brasília, pp. 79-102.

VILLA, Rafael Duarte. (1999a), *Da crise do realismo à segurança global multidimensional*. São Paulo, Annablume/Fapesp.

_____. (1999b), “A segurança global multidimensional”. *Lua Nova*, 46: 99-118.

VILLA, Rafael Duarte & URQUIDI, Vivian. (2005), "Humanismo, democracia e legitimidade dos atores públicos não-estatais no sistema internacional contemporâneo", in Odete Maria de Oliveira (org.), *Configuração dos humanismos e relações internacionais*. Santa Rosa, Editora da Unijuf.

WALT, S. (1991), "The renaissance of security studies". *Mershon International Studies Review*, 41: 211-239.

WALTZ, Kenneth. (1954), *The man, the State, the war: theoretical analysis*. Nova York, Columbia University Press.

_____. (1979), *Theory of international politics*. Reading, MA, Addison-Wesley Publishing.

_____. (1997), "Evaluating theories". *The American Political Science Review*, pp. 913-917, The American Political Science Association.

_____. (2002), "Structural realism after the Cold War", in G. John Ikenberry (ed.), *America unrivaled: the future of the balance power*, Ithaca/Londres, Cornell University Press.

WALZER. (2003), *Guerra justas e injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos*. São Paulo, Martins Fontes.

WEAVER, Olef; BUZAN, Barry; KELSTRUP, Morten & LEMAITRE, Pierre. (1993), *Identity, migration and the new security order in Europe*. Londres, Pinter.

WENDT, Alex. (1992), "Anarchy is what States make of it". *International Security*, 46: 391-425.

_____. (1994), "Collective identity formation and the international State". *American Political Science Review*, 88 (2): 384-394.

_____. (1995), "Construing international politics", *International Security*, 20: 71-81.

WOLFORTH, William C. (1999), "The stability of a unipolar world". *International Security*, 24 (1): 5-41.

Resumo

A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de Pesquisa

O objetivo desta resenha é apresentar um panorama da discussão sobre segurança internacional no período pós-Guerra Fria, destacando, num primeiro momento, o tratamento dado pelas teorias positivistas e pós-positivista das relações internacionais à esta temática. Posteriormente, discutiremos os dois principais eixos temáticos em torno do qual a questão

da segurança internacional veio se desenvolvendo: as mudanças na questão na distribuição de poder e na natureza de poder, mostrando avanços e limitações das diferentes perspectivas analíticas no tratamento de ambas questões.

Palavras-chaves: segurança Internacional ; positivismo; pós-positivismo; distribuição de poder; natureza do poder

Abstract

Post-Cold War International Security: A Balance of the Traditional Theory and of the New Research Agendas

This review aims at presenting the development of the debate on international security after the end of the Cold War. In the first place, the emphasis will be placed on the perspectives of both positivists and post-positivists on the subject. Then, we present two of the most important issues on the security field nowadays: the changing nature of power and the changing distribution of power, showing the strengths and limitations of the different analytical perspectives on both subjects.

Keywords: International Security; Positivism; Post-positivism; power; power distribution

Résumé

La sûreté internationale dans l'après Guerre Froide : un bilan de la théorie traditionnelle et des nouveaux agendas de recherche

L'objectif de ce résumé est de présenter un panorama de la discussion sur la sûreté internationale dans la période de l'après Guerre Froide en analysant, dans un premier temps, l'abordage de ce thème par les théories positivistes et post-positivistes des relations internationales. Nous discuterons ensuite les deux principaux axes thématiques autour desquels la question de la sûreté internationale se développe : les changements en ce qui concerne la distribution et la nature du pouvoir, en montrant les avancées et les limitations des différentes perspectives analytiques dans l'abordage de ces deux questions.

Mots-clés: sûreté internationale ; positivisme ; post-positivisme ; distribution du pouvoir ; nature du pouvoir

Entre todas as subáreas disciplinares, a sociologia da cultura talvez tenha sido a mais afetada pelos efeitos da chamada “virada lingüística” e pelo descrédito de posições epistemológicas tidas como realistas. Afinal, o estudo sociológico de obras literárias, pinturas e demais formas expressivas simbólicas sempre se valeu, de diferentes maneiras, de procedimentos metodológicos que buscavam relacionar símbolos e vida social. Nesse registro, indagar sobre as condições externas de produção cultural – relações de classe, ou mesmo o simples contexto – era um dos caminhos assegurados para esse tipo de investigação. Ora, à medida que o primado epistemológico da linguagem ganhou tanta força a ponto de desafiar a própria pressuposição de que haveria algo “fora” da nomeação lingüística, como localizar instâncias externas que pudessem dar sentido a algo constituído simbolicamente? Se “tudo é texto”, onde encontrar o “contexto” que pudesse operar como lugar social anterior à própria constituição dos objetos estudados pela sociologia da cultura?

Este artigo sustenta uma hipótese básica: a radicalização hermenêutica e lingüística que assolou os estudos filosóficos ao longo do século XX implicou não apenas uma redefinição dos termos e conceitos clássicos da área – tais como os de “representação” e “contexto” –, mas também um questionamento dos modelos explicativos usuais, que

enfatizavam o caráter dependente da cultura e uma substancialização do “social”. A apresentação das principais tendências e dos marcos teóricos mais relevantes no campo está orientada por essa perspectiva de discussão, que entendo ser a questão crucial enfrentada hoje no Brasil. Este texto, portanto, busca retomar, de forma resumida, as principais matrizes teóricas que contribuíram para esse processo e os efeitos produzidos na área de estudos sociológicos da cultura. Nesse sentido, não se pretende um estudo exaustivo, que incorpore o maior número possível de autores, mas a apresentação e a análise das principais escolas que enfrentaram dilemas próximos ao campo. A presença de historiadores, antropólogos e filósofos ao longo do texto traduz a impossibilidade de se pensar uma sociologia da cultura (ou “cultural”, como prefere um dos personagens analisados) que fique restrita às fronteiras disciplinares, dado o inevitável trânsito teórico que a área estabelece com outras modalidades de pensamento. Finalmente, este artigo procura discutir a produção brasileira a partir desses marcos teórico-metodológicos, configurando o campo de discussões e polêmicas que hoje move a área.

A chamada “virada lingüística” contribuiu muito para um processo radical de questionamento das relações tradicionais entre texto e contexto, pois implicou uma reviravolta no modo como se encarava a lin-

guagem. Se antes ela era vista como meramente descritiva e representativa, exercendo uma função de denotar o mundo e os objetos que lhe eram anteriores, após os trabalhos de Ludwig Wittgenstein ([1963] 1975) e John Austin (1975) os conceitos de “prática” e “uso” foram destacados. Nesse registro, não haveria espaço para uma separação entre coisas, idéias e palavras, como se a linguagem fosse mera transposição de objetos mentais anteriores, definidos de forma segura e unívoca. Ao desafiar a idéia da linguagem com mera representação de coisas a serem nomeadas, Wittgenstein abriu o caminho para um vasto campo de investigações centrado na idéia da linguagem como uma prática geradora. Isso causou um grande impacto nos estudos da cultura, pois permitiu uma abordagem radical dos textos como objetos simbólicos. Austin, por sua vez, destacava a função performativa da linguagem, que não seria meramente descritiva e constativa. Nesse registro, destacava como os atos de fala visavam ao sucesso na comunicação e baseavam-se na intenção dos atores de alcançar um efeito no mundo.

A tradição hermenêutica, que no campo das ciências humanas pode remontar às investigações de Dilthey, destaca o tema da interpretação e ressalta o papel ativo do intérprete no desvendamento do universo simbólico representado textualmente. A hermenêutica considerada clássica dedicava-se, portanto, ao estabelecimento de um método seguro capaz de decifrar o sentido e o significado dos objetos do mundo cultural. A noção de “compreensão”, central para esse procedimento, sustentava-se na delimitação de uma rígida separação entre ciências da cultura e ciências naturais e da impossibilidade de se repetir métodos de explicação causal puros na análise de produções do espírito humano, tal como postulava o positivismo. Uma de suas vertentes mais consagradas foi fixada nas

obras do filósofo H-G Gadamer, que no seu *Truth and method* ([1960] 1994) defendeu uma concepção mais radical da hermenêutica, que não seria um método científico limitado, mas condição da própria existência humana. Gadamer afastava-se das posições clássicas dessa linhagem de pensamento ao sustentar que seria impossível estabelecer, por métodos objetivos e puros, uma interpretação segura a respeito de uma suposta essência do texto, “tal como ele fosse”. Na sua perspectiva, uma obra só se realiza quando efetivamente lida à luz da tradição, que se perpetua historicamente e nos envolve num fluxo constante de pré-noções inescapáveis. Nesses termos, mergulhar de forma empática no universo original do texto seria tarefa impossível, restando, portanto, a possibilidade de uma “fusão de horizontes”. No dizer de um dos intérpretes de Gadamer, “A concepção Romântica sobre a compreensão de uma obra de arte no seu próprio (reconstruído) contexto não é apenas impossível, mas sem sentido, dado o fato da mudança histórica e, em especial, nossa moderna (e empobrecida) concepção da estética” (Outhwarts, 1985, p. 23). A hermenêutica de Gadamer, ao reforçar a dimensão formadora da leitura e combater o postulado historicista que sustentava a possibilidade de reconstrução de um contexto original, influenciou toda uma gama de estudos centrados na categoria de “interpretação” de textos.

As conseqüências dessas múltiplas transformações teóricas foram díspares no campo dos estudos sobre cultura, idéias e textos. No campo mais “clássico” da historiografia das idéias, a centralidade conferida à linguagem foi acompanhada por um método francamente historicista na abordagem da Escola de Cambridge. O termo “historicismo”, como se sabe, pode ter diversos significados. Aqui, refere-se a uma abordagem da relação entre autor e texto que privi-

legia a fixação da “intenção” do produtor e do contexto original no qual a obra foi gerada. Os representantes mais conhecidos dessa corrente são Quentin Skinner ([1978] 1996, [1996] 1999) e John Pocock (1975). Ao incorporarem algumas preocupações trazidas pela chamada “virada lingüística”, destacando a decifração do universo comunicativo dos autores estudados e tendo como norte o estabelecimento de uma intencionalidade discursiva, Skinner e Pocock estabeleceram as bases de um contextualismo lingüístico de largo trânsito na área. Nessa perspectiva, a reconstrução historicista de um universo afastado temporalmente é considerada tarefa fundamental, o que implicaria uma interpretação de texto atenta ao campo comunicativo específico no qual o autor se insere, em busca de um esclarecimento conceitual que evitasse uma forte autonomização do texto e o risco do anacronismo interpretativo. Essa abordagem foi desenvolvida por Skinner em trabalhos de largo fôlego, como o dedicado a Hobbes (Skinner, [1966] 1999). Já na Alemanha, a “história dos conceitos” elaborada por Reinhart Koselleck (1985) mobilizava um instrumental hermenêutico para decifrar os universos históricos nos quais os conceitos eram produzidos e informavam a expectativa cognitiva e a agência dos homens. Assim como Skinner, o historiador alemão também temia o anacronismo interpretativo, mas, por sua vez, reconhecia as transformações e as rupturas que alteravam significados e incorporavam camadas de significação novas aos conceitos. Se os historiadores de Cambridge parecem mais preocupados com a delimitação do universo lingüístico original, no qual as obras clássicas são produzidas, Koselleck mostra-se mais interessado na dimensão da temporalidade e na associação entre conceitos e novos “horizontes de expectativas”.

Em outros campos, a radicalização hermenêutica e lingüística ensejou uma gama de questionamentos mais radicais do que aqueles levantados pelos historiadores ingleses e alemães. Para cientistas sociais como Clifford Geertz (1978, [1983] 2002) e Jeffrey Alexander (2003), a idéia de que a linguagem e os apetrechos simbólicos apenas denotariam ou refletiriam o mundo social é questionada, dado que a linguagem e os códigos comunicativos formariam a própria experiência social. Nesses termos, questiona-se a própria distinção entre “cultura” e “realidade”. Em duas obras seminais, Geertz sustentou a necessidade de uma ciência social eminentemente interpretativa, voltada para a compreensão, nos seus próprios termos, da cultura como um texto. A “textualização” das práticas sociais implicava a centralidade analítica da linguagem e o reconhecimento de seu papel fundante na constituição dos universos nativos. A abordagem de Geertz complicava ainda mais a definição estrita de um contexto ao qual o texto pudesse fazer referência, dado o fato inescapável de que os objetos não seriam encontrados em estado puro, antes de serem representados simbolicamente. Se tudo pode ser texto, qual a garantia possível de se encontrar uma separação clara entre representação e mundo representado? A antropologia cultural defendida por Geertz é, portanto, uma hermenêutica de interpretações, um diálogo entre universos lingüísticos ou, como prefere o próprio autor, uma “interpretação de segunda ou terceira mão”. Alexander, por sua vez, sustenta que as próprias ações sociais devem ser entendidas como textos culturais “instanciados”, isto é, como práticas e *performances* informadas por códigos e narrativas simbólicas. Mobilizando criticamente o legado da filosofia da linguagem e das teorias sobre simbolização, Alexander busca construir uma sociologia cultural que dissolva a supos-

ta distinção ontológica entre cultura e vida prática. Sua concepção de uma “pragmática cultural” aponta justamente para uma concepção das idéias como atos formativos, e não meras representações estanques. A perspectiva de Alexander, em especial, abre espaço para uma concepção da cultura que não a reduza a uma variável dependente, a ser explicada por processos supostamente mais “concretos”, mas reconheça no mundo simbólico um poder de agência e constituição da vida prática. Assim, não apenas se questiona a perspectiva que vê as idéias como “reflexos”, mas se destaca o próprio papel “ativo” delas, reorientando a direção das explicações causais clássicas.

A dissolução da dicotomia clássica entre texto e contexto, realizada tanto por Geertz como por Alexander, também é problema central para a escola de pensadores influenciada fortemente pelo pós-estruturalismo. Jacques Derrida (1971) sustenta que a hermenêutica tradicional ainda estaria presa a concepções metafísicas e, portanto, desparelhada para desvendar todo o potencial simbólico contido nos textos, potencial este incapaz de ser organizado como uma expressão coerente de um pensamento transparente para si. A famosa “desconstrução”, método analítico desenvolvido por Derrida, nada mais é do que o reconhecimento de que o texto escapa totalmente ao controle consciente de seu produtor, constituindo-se num universo fortemente autônomo e coalhado de antinomias e paradoxos. Nesse sentido, a análise criteriosa do texto não está guiada por uma tentativa de apreender a “mensagem” ou as “idéias principais”, e muito menos a “intencionalidade” buscada pelos historiadores de Cambridge, mas os lapsos, as ausências e a aparição súbita de corpos expressivos estranhos. A noção de *différance* chama a atenção para o fato de que a escritura se move a partir do desdobramento de termos

opositivos, num jogo quase infundável de novos significantes que se relacionam mutuamente. Ou seja, nenhum termo traria, em si mesmo, um objeto significado já dado, que limitaria o jogo de significações. Nesse sentido, a idéia de que o texto traduziria uma representação coerente de algo externo a ele é desafiada por uma estratégia que busca justamente mostrar as falhas no próprio mecanismo de representação e, em última instância, a própria impropriedade de se mobilizar a idéia clássica de representação.

O rendimento analítico propiciado pela estratégia de Derrida pode ser vislumbrado na obra de Dominick LaCapra (1983). Nela, o tema da oposição entre texto e contexto ganha outras cores, uma vez que o autor descarta a postulação de um contexto fixo, anterior, portanto, à linguagem. Nesse sentido, recupera a noção geertziana, hoje banalizada na história cultural, de que todas as dimensões da vida humana são, de certa forma, “textualizadas”. Ou seja, a mera identificação de que o contexto deve iluminar o texto joga nas sombras o estatuto dessa relação, o que não é uma solução, mas um problema. Na perspectiva de LaCapra, a simples afirmação de que um determinado contexto influenciaria um texto não diria muito, uma vez que os modos como essa relação se dá são objetos constantes de pesquisa, e não pontos de partida metodológicos. Por exemplo, a tradicional relação que a história das idéias estabelece entre vida e obra deve defrontar-se com a questão de como a experiência vivida ganha tradução no texto, dado que não há qualquer mecanismo determinante que prefigure um formato para essa relação. Ao criticar os supostos equívocos do historicismo – que considera os textos propriedades dos autores –, LaCapra mobiliza tanto os novos aportes lingüísticos, como o argumento hermenêutico, e os explora de forma radical. Nesses termos, é como se o contextualismo lingüístico de

Quentin Skinner tivesse recuperado o *linguistic turn*, mas deixado de lado suas possíveis implicações intersubjetivas, uma vez que desconsidera o fato de que a própria centralidade emprestada à linguagem constitui, em si, mais uma etapa no processo de “descenramento” do sujeito e de desconstrução da noção de um indivíduo autocentrado, cartesiano, que teria sua identidade delimitada pela emanção de sua consciência particular. Assim, LaCapra construiu sua própria versão da *différance* de Derrida, ao sugerir que os textos possuem uma dimensão imaginativa (*worklike*), que não poderia ser interpretada apenas como documento expressivo de uma realidade vivenciada. Essa dimensão garantiria o diálogo entre texto e intérprete, além de evidenciar as possibilidades de ressignificação contidas na própria escrita e na sua capacidade de intervenção no real.

A problematização da distinção entre cultura e realidade social, e entre texto e contexto, conduz a outros temas espinhosos no campo contemporâneo da sociologia da cultura: os problemas da determinação e da mediação. A questão de como uma esfera da vida social exerce efeito determinante sobre outra, e de que modo esse processo se dá, foi central tanto para analistas no campo marxista, como para sociólogos de outra filiação teórica, além de alterar significativamente a própria idéia de “representação”. Nas passagens seguintes, apresento a discussão sobre esses problemas no âmbito de algumas linhagens referenciais na tradição marxista (Escola de Frankfurt, Lukács e Goldmann, e o marxismo inglês de Raymond Williams e E. P. Thompson). Em seguida, argumento como abordagens contemporâneas procuram conjugar uma certa interpretação dessa tradição com a teorização pós-estruturalista francesa, configurando uma versão radical do problema da “representação”. Finalmente, apresento abordagens mais estritamente sociológicas que oferecem

uma alternativa disciplinar aos problemas citados, sem abdicarem de um enfoque explicativo que articule vida social e mundo simbólico.

Para os marxistas, a dificuldade advinha da ausência de referências sistemáticas de Marx a respeito do tema e da persistência das teorias de “reflexo”, que viam no mundo da cultura apenas uma derivação de forças econômico-sociais. O caminho encontrado foi apostar numa reflexão que articulasse vida social e forma estética, evitando uma análise por demais substancialista de conteúdos. Uma das abordagens mais conhecidas nesse campo foi aquela desenvolvida por intelectuais ligados ao que se convencionou chamar de “Escola de Frankfurt”, em especial Theodor Adorno. No conjunto de seus escritos sobre arte e estética, Adorno (1962, 1993) questiona uma noção fetichizada da cultura, como se esta fosse uma esfera pura e desinteressada, ao mesmo tempo em que descarta uma análise meramente transcendental da mesma, na linha das teorias marxistas do reflexo que identificam a obra cultural à posição de classe de seus produtores. Sua perspectiva aproxima-se de uma crítica dialética imanente, segundo a qual a obra realiza o mundo, não o reproduz de forma mecânica. Nessa perspectiva, Adorno recupera a categoria de negatividade para argumentar que a forma e a linguagem são expressões de antinomias sociais, o que desloca a categoria “mediação” para a estrutura interna da obra. Há, decerto, uma perspectiva filosófica subjacente à argumentação de corte metodológico, e que se orienta para uma defesa da forma cultural como uma expressão que escapa à pura identificação com o mundo dado. Na perspectiva adorniana, a subsunção da forma artística pela forma mercadoria transforma a primeira em estilo e clichê, mera repetição de procedimentos estilísticos mecânicos, o que anularia a dialética

intrínseca às grandes criações culturais, capazes de superar o universo do mundo empírico através da própria experimentação linguística. Vê-se, portanto, que o interessante instrumental metodológico da sociologia da cultura adorniana assenta-se num quadro filosófico centrado em torno de um conjunto particular de problemas substantivos: o capitalismo e a reificação das formas, a mercadoria e a expansão de sua lógica para outras esferas da vida, a modernidade e a administração funcional do mundo.

Há, contudo, outras análises marxistas no campo da sociologia da cultura voltadas para a decifração do problema da mediação. No caso, a obra do filósofo húngaro Georg Lukács (1962) constitui um dos maiores esforços para estabelecer uma análise sistemática da literatura sob o prisma analítico marxista. Longe de uma simples reiteração do caráter de classe de obras e autores, Lukács busca estabelecer a relação entre dinâmica de classes e formas literárias, inventariando a própria gênese do romance e da novela sob esse prisma. Interessado na relação entre vida social e forma literária, Lukács buscou construir um caminho teórico que escapasse ao esquematismo vulgar do marxismo, que insistia em deduzir conteúdos e temas a partir da atribuição de posturas de classes. Nesse registro, o filósofo húngaro sustentava que a reprodução do real não se daria de forma mecânica e puramente realista, mas sim a partir da captação do próprio movimento do real e das conexões mais profundas que organizariam a totalidade.¹ Por exemplo, a grandeza da narração de Balzac estaria na capacidade do autor de narrar histórias a partir de um enredo dramático que desvendasse, no curso de seu desenvolvimento, os encadeamentos que determinariam ações e comportamentos. Longe, portanto, da forma “descritiva” que Lukács atribui a Flaubert e Zola, que se ocupariam apenas da reprodução

fotográfica de cenários e objetos já dados, repetindo um certo positivismo refratário à investigação dialética do real como processo. No limite, as diferenças entre “narrar” e “descrever” podem ser explicadas, segundo Lukács, dadas as distintas posições históricas da burguesia. Ora voltada para a invenção de um mundo novo, aberto e imaginativo, ora paralisada diante de um cenário estabilizado e organizado em torno da reificação e do fetichismo. Como se percebe, as análises lukácsianas resguardavam o tema da conexão entre obras e dinâmica de classes, mas o transportavam para o cenário das formas literárias.

As análises sociológicas inspiradas pelo marxismo lukácsiano ganharam fôlego com Lucien Goldmann (1967a, 1967b). Em seu estudo sobre a gênese do romance, Goldmann (1967a) argumenta que haveria uma homologia estrutural entre a forma do romance – marcado pela luta entre um *herói problemático* e um mundo degradado – e as próprias formas de organização do capitalismo liberal. A partir dessa hipótese, Goldmann sugere que haveria uma correspondência entre o problema do fetichismo – que, na interpretação lukácsiana, tem origem no problema da mercadoria, mas se expande para outras dimensões da vida social por meio do fenômeno da “reificação” – e a formação de um mundo estético pautado pela cristalização de relações e objetos degradados, que escapavam ao controle consciente do homem e operavam como forças alheias a ele. Nesses termos, assim como na economia de trocas liberal o valor de uso tornar-se-ia “implícito”, os valores “autênticos” humanos assumiriam lugar semelhante na estética construída no romance. Note-se que o conceito de homologia estrutural evita a identificação esquemática entre contexto social e conteúdo, procedimento que o autor tributa às análises do marxismo vulgar. Segundo Goldmann, a obra de arte criaria um mundo de leis próprias, que deveria ser com-

preendido na sua imanência e no seu funcionamento integral. Nesse sentido, o conceito lukácsiano de totalidade operária de maneira decisiva, como forma de compreensão dialética dos nexos e das relações que estruturariam as formas do mundo social e do universo estético. Goldmann não escapa, contudo, de um tema caro a qualquer sociologia da cultura marxista, ao desenvolver a noção de “visão de mundo” e articulá-la ao ponto de vista coerente e unitário de um grupo de classe determinado. No entanto, o estruturalismo que marca sua abordagem evita qualquer concepção voluntarista da ação social e da criação, uma vez que a homologia entre formas mentais do grupo e formas literárias da obra não derivaria de um projeto plenamente consciente, mas da formação de uma resposta afetiva e estética, mais orientada para o registro da expressividade do que do discurso.

Na Inglaterra, outras tradições intelectuais – distantes do hegelianismo e do estruturalismo – confluíram para estabelecer os marcos de uma sociologia da cultura tributária do marxismo que desafiava a própria separação entre processo social e formas simbólicas, acompanhando assim as transformações que alteravam o cenário filosófico do continente. Nessa geografia intelectual, as obra de Raymond Williams ([1977] 1979, [1973] 1989) e E. Thompson ([1963] 2004) firmaram-se como peças centrais. Em seus escritos teóricos, Williams ([1977] 1979) buscou livrar a análise marxista da cultura do conceito de “ideologia”, preferindo lidar com a categoria “estruturas de sentimentos”. Sem descartar a lição marxista a respeito do primado da vida social e material, Williams sustenta uma análise das dinâmicas de sentimentos e modos de representação que ganham explicação a partir das experiências concretas vivenciadas pelos produtores culturais em diversos momentos históricos. Nesses termos, “estrutura de sentimentos”

(ou “estrutura de sentidos”) significaria a formação de reações, sensações e impressões que não se identificariam a discursos estruturados na forma da coerência científica, mas se constituiriam em um corpo simbólico em gestação, gerado na prática social historicamente determinada. Ao recuperar a idéia de “experiência”, Williams evita construir uma explicação do tipo dedutiva, como se a teoria marxista fornecesse um repertório de categorias que deveriam ser aplicadas abstratamente ao universo das práticas. O problema enfrentado por Williams – e, na verdade, por qualquer analista marxista da cultura – é o da mediação, entendido como processo de ligação e articulação que relaciona realidade e cultura. Ao argumentar que o tema da mediação se constitui em apenas outra metáfora para o velho problema do reflexo, Williams sugere que se deveria descartar a fixação de uma separação estanque entre “realidade” e “falar sobre a realidade”, na medida em que a linguagem estaria imbricada, desde sempre, no próprio processo de produção da vida. Nesse momento, o autor logra construir uma ponte entre o marxismo e os desenvolvimentos teóricos produzidos a partir da “virada lingüística”.

No seu trabalho sobre as representações do campo e da cidade construídas pela intelectualidade britânica ao longo dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, Williams ([1973] 1989) mostra como diferentes estruturas de sentimento surgiram a partir do processo de penetração das relações capitalistas no mundo rural inglês. Seu objetivo é delimitar a emergência de novas percepções na própria estrutura formal das obras, muitas vezes semiconscientes, acompanhando assim a mudança nos sentidos do bucolismo e a cristalização de interpretações que não necessariamente refletem um mundo determinado, mas antes o ressignificam. Esse processo é envolto em tensões, o que autoriza ao intér-

prete a localização de choques, sugestões soltas e possibilidades que impediriam a fixação do texto por categorias abstratas – literatura burguesa, por exemplo.

A obra do historiador E. P. Thompson também conseguiu exercer grande impacto sobre os estudos de sociologia da cultura de corte marxista, oferecendo uma tentativa de resposta para o problema da mediação. No seu clássico *A formação da classe trabalhadora inglesa*, lançado em meados da década de 1960, Thompson estabeleceu uma análise marxista das classes e de suas representações simbólicas que não tomava a cultura como um elemento formal deduzido analiticamente de uma dada posição de classe pré-determinada. Nesses termos, Thompson buscou reinterpretar o tema do materialismo histórico, argumentando que os objetos culturais e as idéias não seriam reflexos de formações econômicas puras, mas sim práticas constitutivas do próprio mundo econômico como tal, uma sugestão que encontrava eco nas formulações de Raymond Williams. Ao mesmo tempo, Thompson abriu o leque de objetos associados ao tema das representações culturais de classe, mostrando que não apenas livros e textos de ideólogos e políticos, mas também lendas, folclore, relatos orais e jornais populares expressariam a autoconcepção de uma classe em formação.

A princípio continentes intelectuais distintos, o marxismo inglês e as teorias pós-estruturalistas foram mobilizados conjuntamente pelo grupo intelectual reunido na revista *Representations*. Na obra síntese desse grupo, Catharine Gallagher e Stephen Greenblatt (2005) descrevem os fundamentos do chamado “novo historicismo”, que teria como peça fundadora a obra de Eric Auerbach, *Mímesis* ([1946] 1976). Os autores sustentam que a abordagem de Auerbach introduzira uma nova visão sobre a literatura, em especial em termos metodológicos. O recur-

so auerbachiano à análise densa de fragmentos textuais para extração de significados culturais e sociais mais amplos, por exemplo, é considerado pelos autores a origem da prática contemporânea de organizar uma explicação a partir de uma anedota. Além disso, o próprio objeto do livro – as formas de realismo na literatura européia – denotariam uma originalidade na concepção do escritor, preocupado menos com os temas substantivos do que com os modos de figuração narrativa e os estilos de representação.

Na prática do novo historicismo, os recursos analíticos lançados por Auerbach se juntam a outros procedimentos metodológicos, de largo trânsito na sociologia da cultura contemporânea. Notadamente, a busca pela historicização dos objetos de conhecimento e a própria problematização de entidades tidas como “naturais” e, portanto, de existência anterior ao universo da cultura (como, por exemplo, a alimentação, os produtos agrícolas ou mesmo os corpos humanos), técnica de sabor foucaultiano. Essa perspectiva parecia-se casar à perfeição com a noção de textualização do real, também incorporada criticamente pelo grupo a partir de Geertz e Derrida. Ambos procedimentos desafiavam uma sociologia da cultura de corte materialista, pronta a delimitar e separar o universo simbólico (objeto de estudo) de um campo social “concreto”, organizado apenas em torno de uma mecânica de classes e interesses. Isso explica, aliás, a mobilização crítica das obras de E. P. Thompson e Raymond Williams, considerados expoentes mais qualificados da análise marxista da cultura. Finalmente, o método auerbachiano-foucaultiano descrito por Gallagher e Greenblatt encontra seu maior potencial analítico justamente no questionamento da própria noção de representação simbólica. Escapando a uma caracterização desta como uma expressão fechada e organizada de uma

realidade dada, os autores sustentam que a representação é espaço de tensão, no qual questões que são negociadas e debatidas na vida social ganham vida estilística e se oferecem para escrutínio. Assim, um quadro pode ser entendido não como uma mera transposição de temas reais para o mundo das formas, mas como uma transfiguração que altera e dialoga com a vida, abrindo frentes de interrogação. Em termos simples, os autores defendem a idéia de que “[...] toda representação é distinta daquilo que se propõe exemplificar” (Gallagher Greenblatt, 2005, p. 127). Como se vê, o diálogo estabelecido pelos “novos historicistas” entre a historiografia marxista inglesa e o pós-estruturalismo procura incorporar as contribuições de cada corrente num campo comum de questionamentos e investigação, organizado a partir da idéia de que a representação é ato reflexivo.

No cenário contemporâneo, duas matrizes interpretativas buscam equacionar os problemas da mediação e da determinação de forma diversa da tradição marxista, e ocupam lugar de destaque no campo dos estudos sociológicos da cultura. Refiro-me às obras de Pierre Bourdieu e Norbert Elias.² Bourdieu ([1992] 2005) preocupou-se especialmente com a tensão entre externalismo e internalismo, ao mesmo tempo em que, no âmbito de uma teoria sociológica mais geral, tentou superar a dicotomia entre “estrutura” e “ação”. Sua teoria dos campos ofereceu uma interessante saída para o problema, enfatizando a um só tempo a dinâmica relacional entre instâncias distintas e a irredutibilidade das expressões simbólicas, que só fazem sentido nos termos de seu próprio universo. Nos trabalhos reunidos em *As regras da arte*, Bourdieu mostra como a relação entre produtores e obras não pode ser capturada apenas pela delimitação das relações de classe que se fariam “presentes” no momento de

expressividade simbólica. Afinal, o campo literário estrutura-se em torno de leis próprias, organizando-se como um microcosmo relativamente autônomo e dotado de suas próprias recompensas. Nesse sentido, as posições e o capital disponível nesse campo teriam uma composição específica, não sendo reflexo direto da estrutura da vida econômica. Ou seja, a produção de uma obra deve ser explicada em função das disputas e dos trunfos próprios ao campo da literatura, de forma a objetivar os produtores e a rede de relações nas quais estão envolvidos. Bourdieu, contudo, não ignora outras fontes possíveis de determinação, sustentando que haveria uma homologia estrutural entre campo econômico e campo literário. O efeito de determinação se faria por uma espécie de “refração”, ou seja, as posições e trunfos dominantes no campo econômico ganhariam tradução nos termos do próprio universo literário, de acordo com a mecânica própria desse microcosmo. Bourdieu, assim como Goldmann, também mobiliza o conceito de homologia, mas a partir de um arcabouço teórico que incorpora as sugestões de Max Weber a respeito da autonomia das esferas de valor e rejeita a teorização marxista que confere estatuto analítico privilegiado às classes sociais, consideradas em termos substantivos. Estaria preservada aí a possibilidade de uma sociologia das formas simbólicas que, ao mesmo tempo em que reconhecia a necessidade de se entender a dinâmica expressiva constituinte da obra, ressaltava a necessidade de se objetivar as relações e as posições que possibilitariam um universo possível de simbolização.

Já a obra de Norbert Elias ofereceu outros caminhos. As primeiras seções de seu *Processo civilizador* ([1939] 1994) ofereceram importantes sugestões analíticas para os estudiosos dos intelectuais como grupo. Ao comparar o conceito francês de *civilisation*

com o conceito alemão de *kultur*, Elias mostra como essas distintas auto-imagens podem ser explicadas em função de diferentes configurações envolvendo intelectuais e corte. Na melhor tradição da sociologia dos intelectuais, Elias constrói um argumento que busca decifrar o significado de formas simbólicas e categorias expressivas a partir da exposição das redes de relação entre estratos intelectuais e centros de poder. Nesse sentido, a dinâmica do surgimento de uma categoria pode ser associada ao processo pelo qual a auto-imagem de um grupo se transfigurou na própria auto-imagem nacional. Esse procedimento teórico, que associa a dinâmica das relações entre grupos intelectuais e sociedade mais ampla, foi utilizado em outros estudos no campo da sociologia da cultura alemã. É o caso da obra de Fritz Ringer ([1969] 2000), por exemplo. Ao analisar o mundo dos acadêmicos alemães entre o final do século XIX e o início do XX, Ringer mostrou como esse grupo progressivamente se insulou numa posição de “mandarinato”, refratária à emergência de novos interesses e atores vinculados à ordem industrial urbana moderna. Nesses termos, Ringer decifra o universo simbólico dos mandarins – centrado em poderosas noções de “alta cultura” e “formação espiritual” – com base em suas reações às novas configurações da vida social alemã, marcada por uma cultura material própria ao desenvolvimento do capitalismo.

Não são essas, contudo, as únicas contribuições de Elias para uma sociologia da cultura. Em obras como *Sociedade de corte* ([1969] 2001), o sociólogo alemão mostra como o conceito de figuração pode ser estendido para o desvendamento do universo social. Nessa perspectiva, Elias evita eleger uma instância social predominante, que exerça seu efeito sobre outros lugares sociais. Desse modo, evita o procedimento da socio-

logia de cultura marxista (que não pode fugir ao tema da determinação material) ou mesmo das aporias da teoria de Bourdieu (que encampa a idéia de que o campo econômico tem certa precedência sobre os outros em termos de efeito estrutural). Na análise de Elias, arquitetura, produções pictóricas, sistema de gastos financeiros e o mecanismo da etiqueta seriam, igualmente, material expressivo capaz de iluminar os mecanismos que enredavam nobreza e Rei no universo da corte. No caso, a idéia de figuração evita a hierarquização de instâncias explicativas e confere relevância teórica a uma miríade de práticas e objetos. Nesses termos, Elias não trabalha com uma análise estrutural, mas sim com uma perspectiva interacionista forte, em que os conceitos não são traduções diretas de coisas do mundo real, mas expressam dinâmicas de relação social e o movimento concreto dos laços que organizam o jogo na corte. Nesse registro, o problema da determinação na sociologia da cultura, geralmente pensado a partir da oposição entre externalismo e internalismo, ganha uma resposta sociológica que evita a solução hermenêutica radical (a textualização do real) e promove um tipo de mecanismo explicativo que organiza bens simbólicos e práticas na mesma teia de interações. O que explica, portanto, é a figuração, e não a “economia” ou “a cultura”, entendidas como categorias substantivadas.

As análises de Pierre Bourdieu e Norbert Elias, a despeito de serem produzidas com base em registros teóricos distintos, procuram viabilizar uma análise sociológica da cultura que preserve as noções de determinação e mediação (e, conseqüentemente, sustente a possibilidade de um método de explicação dos objetos simbólicos), mas sem o recurso à naturalização de categorias que supostamente traduziriam, de forma substantiva, a vida social “concreta” – tais como “indivíduo”, “classes” etc. Dessa forma, oferecem a possi-

bilidade de equacionar, em termos sociológicos, alguns dos problemas apontados ao longo deste artigo, e que dizem respeito à dificuldade de se estabelecer fronteiras entre cultura e vida social. É certo, porém, que esse ganho explicativo tem sua contrapartida na ausência de procedimentos hermenêuticos mais densos, que permitam uma análise mais meticulosa de texto ou mesmo uma abordagem pragmática das idéias como atos comunicativos ou performativos. Nesse registro, as análises de Alexander ou Geertz oferecem mais possibilidades.

Afinal, como esse conjunto heterogêneo de questões, problemas e teorias é recebido num contexto intelectual periférico? No caso brasileiro, a sociologia da cultura não perdeu sua marca fortemente sociologizante, a despeito da vigorosa recepção do “novo historicismo” e do impacto produzido pelas teorias de Derrida. Os desafios produzidos pela hermenêutica radical e pela autonomização crescente do texto não parecem ter conduzido ao enfraquecimento de interpretações ciosas das condições sociais de produção e recepção de bens simbólicos e culturais. No caso da teorização sociológica sobre a relação entre vida social e forma estética, problema central no marxismo e na sociologia da literatura, Antonio Candido (1967) e Roberto Schwarz (2000) empreenderam análises aparentadas e bastante influentes na cena intelectual do país. Em seu estudo sobre Machado de Assis, Schwarz vale-se das contribuições de Lukács, Adorno, Benjamin e Brecht para avançar uma análise que busca desvendar a relação entre produção literária e vida social a partir da análise da forma e da maneira como esta medeia contradições vivenciadas na existência concreta do autor. Afasta-se, assim como Adorno, de uma crítica meramente transcendental, interessada apenas no desvendamento de nexos mecânicos entre obra e posição de classe, ignoran-

do, portanto, o potencial dialético da linguagem. Assim, o humor e a ironia que permeiam a prosa machadiana e insinuam ao leitor um constante tom farsesco expressariam, no plano da criação estilística original, as tensões de uma ordem social em que o liberalismo se casava de forma heterodoxa com a escravidão, num arranjo estruturado em torno do mecanismo do favor. O clássico tema das “idéias fora de lugar” ganharia, portanto, tradução formal na própria estrutura interna de uma obra como *Memórias póstumas de Brás Cubas*. A interpretação desenhada por Schwarz, por sua vez, somava-se às investigações anteriormente realizadas por Antonio Candido, que também buscava empreender uma análise que desvendasse as relações entre os mecanismos formais da linguagem literária e as tensões e antinomias da vida social. Em texto paradigmático de sua abordagem, Candido (1967) argumentava que a relação entre dimensões “internas” e “externas” à obra deveria ser verificada a partir do modo como esta operava como princípio de composição formal e estético daquela, o que evitaria a caracterização do contexto como mero cenário ou simples repertório de temas a serem mobilizados pelo autor.

O registro teórico mais característico da tradição sociológica paulista confirma-se nos trabalhos de Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001), Sergio Miceli (1979) e Heloísa Pontes (1998), mas sem que o conceito de “classe social” nos termos substancialistas do marxismo seja mobilizado. Em sua pesquisa, Arruda busca equacionar a análise das formas estéticas e das linguagens artísticas com uma investigação da movimentação social dos intelectuais no espaço da cidade. Inspirada na obra do historiador Carl Schorske (1981), Arruda optou por analisar as distintas formas expressivas que vicejavam em São Paulo em meados do sécu-

lo XX – a sociologia de Florestan Fernandes, o concretismo, as novas experiências na arquitetura moderna e o teatro de Jorge de Andrade – a partir da relação entre suas linguagens. Assim, os objetos são analisados nas suas formas singulares e por meio do liame que os une, como manifestações culturais inteligíveis num dado universo urbano e na rede de interações e alianças que enredavam produtores, empresários, críticos etc. Ou seja, do mesmo modo que a sociologia de Florestan “instaurava” a sociologia, construindo um mundo científico próprio, conhecido posteriormente como “escola paulista de sociologia”, os irmãos Campos produziam uma poética auto-referencial, cujo significado estava dado pela própria visualidade. A experiência urbana da metrópole é, ao fim e ao cabo, a variável que permite a articulação entre essas formas de linguagens e o processo social. Já a obra de Sérgio Miceli caracteriza-se inicialmente pela recepção dos escritos de Bourdieu e pela mobilização da teoria dos campos. Em seu *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, Miceli (1979) analisou a cooptação de escritores e poetas pelo Estado Novo a partir de uma explicação que desse conta da dinâmica pouco autônoma do campo intelectual do período e das posições descendentes da família de origem desses personagens no campo econômico. Nesses termos, Miceli sustenta que a produção de vocações literárias e artísticas era resultado da posição desses personagens na estrutura familiar e da mobilização de um capital cultural adquirido que era acenado como trunfo na luta por postos de prestígio. Seguindo essa pista, o sociólogo paulista mobilizou cartas, biografias e memórias como material expressivo, optando por uma análise fortemente externalista que buscava desvendar sinais simbólicos a partir das relações sociais dos produtores e de sua inscrição num campo específico. Mais recentemente, o registro teórico traba-

lhado por Miceli incorporou as sugestões analíticas de Norbert Elias (Miceli, 2001) com intuito de refinar uma forma de abordagem explicativa que destacasse o tema da interdependência e procurasse evitar a substancialização das categorias. O trabalho de Heloísa Pontes (1998), voltado para os intelectuais paulistas da revista *Clima*, segue procedimentos semelhantes, destacando a montagem das redes de sociabilidade dos universos intelectuais e a estratégia de afirmação dos agentes, nutrindo-se também de uma discussão sociológica sobre gênero e papéis sociais. De modo geral, a sociologia da cultura praticada por Miceli e Pontes enfatiza uma análise fortemente externalista dos bens simbólicos, já que estes são invariavelmente tomados como faturas ou expressões das formas de interação e movimentação social de seus produtores.

A obra de Elias, entretanto, não foi incorporada apenas nesse registro, e nem o registro sociológico da cultura praticada no Brasil se limita a esses marcos específicos. A análise de Nísia Lima (1999), por exemplo, opta por mobilizar a dimensão macro-histórica presente na obra do sociólogo alemão. Assim, a pesquisa de Lima sobre as representações geográficas produzidas pelos intelectuais republicanos busca articular esse manancial de idéias e interpretações sobre o “sertão” brasileiro à própria condição social da *intelligentzia* da Primeira República, marcada por um sentimento de desencanto diante da modernização e propensa a se identificar com personagens e lugares marginalizados que inventariavam nas suas produções escritas. O ângulo explicativo delineado pela socióloga carioca com auxílio da obra de Elias favorece uma abordagem dos processos políticos e sociais que envolviam o mundo da cultura e dos intelectuais.

O trabalho de Maria Alice Rezende de Carvalho (1998) sobre o engenheiro impe-

rial André Rebouças também procura articular a interpretação de formas de consciência dos intelectuais ao cenário político-social mais amplo em que se moviam. Nesse sentido, vale-se das abordagens pioneiras de Luiz Werneck Vianna (1997), em especial da recepção desse autor do conceito gramsciano de “revolução passiva” como chave analítica para a interpretação do processo modernizador brasileiro. Carvalho busca reconstruir a experiência concreta de Rebouças por meio da sua inserção profissional e da rede de significados que envolveriam o que se entende por “engenheiros” num mundo marcado pelo controle da burocracia saquarema. Ou seja, não se trata de identificar um campo profissional no qual Rebouças seria figura subalterna, mas apresentar o sentido da engenharia na sociedade imperial. Por sua vez, a questão “engenharia” não é limitada pela decomposição analítica do universo social em compartimentos (profissão, renda, inserção política, e assim por diante), mas se sustenta na eleição de uma inscrição considerada significativa da experiência intelectual do personagem. Ao tentar entender a autodelimitação intelectual de Rebouças por intermédio dos percalços do “americanismo” que o animava, Carvalho procura articular uma investigação que se nutre de material biográfico com uma análise mais próxima do campo da sociologia política, interessada no problema da afirmação da ordem burguesa num contexto periférico.

Num outro registro, tributário da sociologia marxista, Marcelo Ridenti (2000) desenvolve uma análise dos intelectuais ao longo das décadas de 1960 e 1970 mais focada na dimensão política da agência desses personagens e no problema gramsciano da articulação entre intelectuais, política e cultura na sociedade brasileira. Sua pesquisa volta-se para a decifração do significado das concepções revolucionárias e utópicas – ana-

lisadas com base na categoria de “romantismo revolucionário” – que teriam alimentado os personagens da cena cultural brasileira ao longo da ditadura de 64 e do período de redemocratização. Nesse registro, a dinâmica clássica da sociologia dos intelectuais marxista – orientada para o desvendamento das articulações entre opções culturais e lutas políticas e sociais – é adotada, com o auxílio de pesquisa historiográfica.

Assim, se os modelos explicativos de Miceli e Pontes procuram delimitar os universos intelectuais analisados a partir da delimitação das redes de interação dos agentes e da inscrição social dos intelectuais, as distintas abordagens de Lima, Carvalho e Ridenti abrigam uma interpretação macro-histórica, mais propensa a buscar a uma articulação entre idéias e práticas políticas. A análise do conteúdo das idéias nesse último registro não implica, necessariamente, um equacionamento da relação entre vida social e forma estética nos termos da sociologia da cultura tal como empreendida por Arruda, o que conduz a uma perspectiva analítica que destaca o papel “formador” de certas representações culturais e simbólicas (caso, por exemplo, da idéia de “sertão” analisada por Lima). O estatuto das “idéias” na análise sociológica, aliás, é tema que vem ocupando pesquisadores no cenário contemporâneo, produzindo registros radicalmente divergentes. O trabalho de Ângela Alonso (2002), por exemplo, mobiliza uma literatura próxima da sociologia política norte-americana para tratar a geração intelectual de 1870, geralmente analisada em termos doutrinários. Ao sustentar que o significado dessa geração não estaria no conteúdo das idéias empunhadas, mas na condição politicamente marginal de seus agentes, Alonso elabora uma análise externalista que trata as idéias como armas de embate político, e não como signos dotados de sentido interno forte e

capacidade de agência no mundo social. É um caminho diverso ao adotado por André Botelho (2002), que em sua pesquisa sobre Ronald de Carvalho aponta justamente para o modo como certas idéias e representações se rotinizaram na forma de cultura política, informando práticas intelectuais e políticas. Botelho sustenta uma concepção formativa dos objetos simbólicos, aprofundando assim uma perspectiva adotada por Gláucia Villas Boas (1992) no seu estudo que busca relacionar os significados do moderno no Brasil aos próprios processos de constituição da sociologia no país.

Por sua vez, o “novo historicismo” e as sugestões advindas das viradas lingüística e hermenêutica encontraram eco nos trabalhos de Ricardo Benzaquen de Araújo (1994, 2004), que empreendeu uma abordagem lastreada nas obras de Auerbach e Greenblatt. Nesse registro, análises mais próximas da teoria literária permitiram a Araújo trabalhar as relações entre texto e vida social de maneira distinta da perspectiva externalista, concentrando-se, em geral, no exercício analítico metucioso das fontes textuais e no processo de produção de identidade dos produtores. A referência, no caso, não é a teoria dos campos de Bourdieu, mas as sugestões de Stephen Greenblatt (1984) e mesmo Harvey Goldman (1992) sobre o *self*. Assim, as perspectivas teóricas de Araújo buscam combinar uma análise interna forte, equipada pelo instrumental da moderna teoria literária (em especial Auerbach), com uma discussão a respeito dos processos de subjetivação correntes no mundo ocidental. Se as análises anteriores, não importa de que extrações teóricas, não abandonavam a busca de um ancoramento sociológico mais clássico, as interpretações de Araújo são geralmente construídas com base em estudos monográficos que buscam articular o texto aos modos de automodelagem dos seus

produtores. Nesse aspecto, é possível vislumbrar uma aproximação com a obra de Carvalho sobre André Rebouças, a despeito do marco teórico desta ser informado por uma sociologia política que não encontra guarida em Araújo.

Os cruzamentos entre sociologia e história cultural também são operados em registros mais clássicos, distantes das sugestões analíticas mais radicais características do novo historicismo. No Rio de Janeiro, os trabalhos de Lúcia Lippi Oliveira (1986, 1995, 2000) realizados no âmbito do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas constituem evidência dessa abordagem, a despeito do centro se dedicar mais à história e à ciência política. Em geral, seus trabalhos valem-se de extensa pesquisa de fontes e manuseio de arquivos, indicando uma orientação historiográfica mais preocupada com a relação entre intelectuais, políticas e práticas culturais do que com a decifração interna dos jogos lingüísticos dos textos. Esse modelo possibilitou a formação de uma agenda de pesquisa voltada para a análise das matrizes do universo intelectual brasileiro.

De uma forma geral, o campo da sociologia da cultura no Brasil não foi tão fortemente marcado pelas repercussões mais radicais da implosão textualista, embora tenha se valido dos cruzamentos com a teoria literária e com a história intelectual. A adoção de ferramentas teóricas que sofisticaram a análise imanente dos produtos culturais (textos, obras, peças etc.) não implicou, necessariamente, o descarte da embocadura sociológica, que se faz presente de diversas formas, em especial pela mobilização das obras de Bourdieu e Eliás. O próprio peso da argumentação sociológica na vida intelectual brasileira – fato atestado por trabalhos como o de Manuel Melo (1999) – pode ter contribuído para isso. Ademais, a ênfase com que a sociologia da cultura nativa elege

a própria tradição das ciências sociais e do pensamento ilustrado como objeto evidencia uma preocupação com análises mais globais a respeito dos intelectuais, suas obras e suas práticas políticas, em detrimento de estudos menos ligados ao problema da formação moderna do país. Nesses termos, pode-se dizer que a análise sociológica da cultura praticada no Brasil é indissociável de uma hermenêutica a respeito da tradição reflexiva nacional e dos modos pelos quais essa tradição informou (e informa) um questionamento constante a respeito do sentido de nossa experiência periférica, problema não colocado nas sociedades modernas centrais. A despeito da diversidade dos regis-

tros teóricos, essa condição inescapável parece ter marcado a recepção de temas e problemas da moderna sociologia da cultura em terras brasileiras, e sugere uma agenda de pesquisas mais orientada para o papel formativo das idéias e das representações culturais. Afinal, se a nossa sociedade é tão fortemente marcada pelo conjunto de “interpretações do Brasil” elaboradas pelos intelectuais, talvez seja necessário atentar para o modo pelo qual esses esforços cognitivos informaram práticas e ações. Como esse artigo procurou mostrar, há um campo rico de procedimentos e métodos que podem sustentar esse investimento teórico.

Notas

1. Vale lembrar que a categoria de “totalidade” é central para a concepção marxista de Lukács. Em *História e consciência de classe*, sustentou que o que definiria o marxismo como método não seria um conjunto específico de questões e formulações, mas sim o método, entendido como determinação das múltiplas conexões da totalidade.
2. A obra de Norbert Elias não é contemporânea no sentido “cronológico”, é claro, mas sua enorme receptividade nas últimas décadas (em especial no Brasil) lhe confere esse estatuto.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor. (1962). *Prismas: la critica de la cultura y la sociedad*. Barcelona, Ariel.
- _____. (1993). *Teoria estética*. Lisboa, Edições 70.
- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. ([1947] 1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ALEXANDER, Jeffrey. (2003). *The meanings of social life: a cultural sociology*. Oxford/Nova York, Oxford University Press.
- ALONSO, Ângela. (2002). *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra.
- ARAÚJO, Ricardo A. Benzaquen. (1994). *Guerra e paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- _____. (2004). “Através do espelho: subjetividade em *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19 (56), 5-13, São Paulo.

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (2001), *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru, SP, Edusc.
- AUERBACH, Erich. ([1946] 1976), *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo, Perspectiva.
- AUSTIN, John L. (1975), *How to do things with words*. 2 ed. Cambridge, Harvard University Press.
- BENJAMIN, Walter. ([1936] 1975), “A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução”, in *Textos escolhidos*, São Paulo, Abril Cultural.
- _____. (1989), *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense.
- BOTELHO, André Pereira. (2002), *Um ceticismo interessado: Ronald de Carvalho e sua obra nos anos 20*. Tese doutoramento, Departamento de Sociologia do IFCH-Unicamp.
- BOURDIEU, Pierre. ([1992] 2005), *As regras da arte*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CANDIDO, Antonio. (1967), *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- _____. (1971), *Tese e antítese: ensaios*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (1998), *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.
- DERRIDA, Jacques. (1971), *A escritura e a diferença*. São Paulo, Perspectiva.
- ELIAS, Norbert. ([1939] 1994), *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. ([1969] 2001). *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GADAMER, Hans-Georg. ([1960] 1994), *Truth and method*. 2 ed. rev. Nova York, Continuum.
- GALLAGHER, Catherine & GREENBLATT, Stephen. (2005), *A prática do novo historicismo*. Bauru, SP, Edusc.
- GEERTZ, Clifford. (1978), *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. ([1983] 2002), *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, Vozes.
- GOLDMAN, Harvey. (1992), *Politics, death, and the devil: self and power in Max Weber and Thomas Mann*. Berkeley, University of California Press.
- GOLDMANN, Lucien. (1967a), *Sociologia do romance*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1967b), *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GREENBLATT, Stephen. (1984), *Renaissance self-fashioning: from more to Shakespeare*. Chicago, The University of Chicago Press.

- KOSELLECK, Reinhart. (1985), *Futures past: on the semantic of historical time*. Cambridge, MIT Press.
- LACAPRA, Dominick. (1983), *Rethinking intellectual history: texts, contexts, language*. Ithaca, Cornell University Press.
- LIMA, Nísia Trindade. (1999), *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan.
- LUKÁCS, Georg. (1962), *Ensaio sobre literatura*. Coordenação de Leandro Konder. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. ([1923] 2003), *História e consciência de classe*. São Paulo, Martins Fontes.
- MARCUSE, Herbert. (1967), *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MELO, Manuel Palácios da Cunha. (1999), *Quem explica o Brasil?*. Juiz de Fora, Editora da UFJF.
- MICELI, Sergio. (1979), *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel.
- _____. (2001), “Norbert Elias e a questão da determinação”, in L. Waizbort (org.), *Dossiê Norbert Elias*, São Paulo, Edusp.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. (1986), *Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil: um estudo sobre o nacionalismo*. Tese de doutoramento, Programa em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- _____. (1995), *Sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- _____. (2000), *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- ORTIZ, Renato. (1988), *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- OUTHWARTS, William. (1985), “Hans Georg Gadamer”, in Q. Skinner (org.), *The return of grand theory in the human sciences*, Cambridge, Cambridge University Press.
- POCOCK, J. G. A. (1975), *The machiavellian moment: florentine political thought and the Atlantic Republican tradition*. Princeton, Princeton University Press.
- PONTES, Heloísa. (1998), *Destinos Mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. (2001), “Elias, renovador da ciência social”, in L. Waizbort (org.), *Dossiê Norbert Elias*, São Paulo, Edusp.
- RIDENTI, Marcelo. (2000), *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro, Record.
- RINGER, Fritz. ([1969] 2000), *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1980-1930*. São Paulo, Edusp.
- SCHWARZ, Roberto. (2000), *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34.

- SCHORSKE, Carl. (1981), *Fin-de-siècle Vienna: politics and culture* Nova York, Vintage Books.
- SEVCENKO, Nicolau. ([1983] 2003), *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SKINNER, Quentin. ([1978] 1996). *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. ([1996] 1999), *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo, Editora da Unesp.
- SOUZA, Jessé. (2000), *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, Editora da UnB.
- _____. (2003), *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora da UFMG/IUPERJ.
- THOMPSON, Edward P. ([1963] 2004), *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TULLY, James (org.). (1988), *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton, Princeton University Press.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. (1992), *A vocação das ciências sociais (1945-1964): um estudo de sua produção em livro*. Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- WERNECK VIANNA, Luiz Jorge. (1997), *A revolução passiva*. Rio de Janeiro, Revan.
- WILLIAMS, Raymond. ([1977] 1979), *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. ([1973] 1989). *O campo e a cidade: na história e na literatura* São Paulo, Companhia das Letras.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. ([1963] 1975), *Investigações filosóficas*. São Paulo, Abril Cultural (col. Os Pensadores).

Resumo

Idéias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura...

Este texto tem por objetivo resenhar as principais tendências clássicas e contemporâneas no campo da sociologia da cultura, destacando o impacto produzido pelas transformações hermenêuticas e lingüísticas sobre os modos de explicação sociológica. Assim, a argumentação estrutura-se em torno das questões mais relevantes da área: vida social e forma estética; texto

e contexto; distinção entre “cultura”, “realidade” e “linguagem” e; relações entre os problemas da determinação e da mediação. Ao final, apresento um panorama do campo no Brasil a partir dessas principais matrizes teóricas.

Palavras-chaves: Cultura; sociologia da cultura; textos e contextos; hermenêutica; interpretação.

Abstract

Ideas, Intellectuals, Texts and Contexts: Once Again the Sociology of Culture...

The aim of this text is to review the classical and contemporary currents worked in the sociology of culture, stressing the impact produced by hermeneutics and linguistic turns over common ways of sociological explanation. Therefore, the text is structured around the major problems in this field of study: social life and aesthetic form; text and context; distinction between “culture,” “reality,” and “language;” relations between problems of determination and mediation. At the end, I present the state-of-art at the Brazilian field of sociology using the discussion of these theoretical currents as a starting point.

Keywords: Culture; sociology of culture; texts and contexts; hermeneutics; interpretation

Résumé

Idées, Intellectuels, Textes et Contextes : la Sociologie de la Culture à nouveau...

Ce texte a pour objectif de recenser les principales tendances classiques et contemporaines du domaine de la sociologie de la culture, en mettant en avant l’impact causé par les transformations herméneutiques et linguistiques sur les modes d’explication sociologique. Ainsi, l’argumentation se structure autour des questions les plus pertinentes de ce domaine : la vie sociale et la forme esthétique ; texte et contexte ; distinction entre “culture”, “réalité” et “langage” ; et, relations entre les problèmes de la détermination et de la médiation. En conclusion, nous présentons un panorama de ce domaine au Brésil à partir de ces principales matrices théoriques.

Mots-clés: Culture ; sociologie de la culture ; textes et contextes ; herméneutique ; interprétation.

Introdução

Sem dúvida nenhuma, Max Weber e Hans Kelsen representam dois dos mais importantes clássicos para o entendimento da fenomenologia jurídica moderna. Desde o início do século XX, as obras de ambos os pensadores foram incessantemente estudadas, revistas e comentadas nas cátedras de todo o mundo, engendrando novas interpretações e classificações das mais diversas possíveis por onde quer que suas teorias exercessem influência. Enquanto o primeiro se atinha aos bancos da sociologia, da ciência política, ou melhor, das ciências sociais em geral, além de produzir importantes transformações no currículo acadêmico das escolas de Economia, o segundo gerava, de igual modo, severo impacto nas Humanidades, porém mais afeto à seara do direito. Enquanto Weber representou um dos mais altos expoentes da Sociologia jurídica, Kelsen, por sua vez, solidificou a mais expressiva referência no âmbito da dogmática jurídica.

A relação intelectual entre Weber e Kelsen é bastante fluida. Tal proximidade pode ser constatada na medida em que, além de serem autores contemporâneos, ambas as teorias tiveram inúmeros seguidores na Alemanha, bem como seus estudos foram paradigmas de interpretação em diversos pólos intelectuais na Europa pós-viduária. Segundo relatam os comentado-

res, nos anos de 1911 a 1913, época em que Weber desenvolveu sua Sociologia do Direito, Kelsen já havia publicado (em 1911) sua primeira grande obra, intitulada *Hauptprobleme der Rechtsstaatslehre*.¹ Na primeira edição de seu livro, conforme nos assinala Norberto Bobbio (1998, p. 255-6), Kelsen já citava Weber, indicando a acurada leitura do pensamento weberiano que, naquele momento, já se consolidava na Alemanha do início do século XX. Posteriormente, quando a obra póstuma de Weber, *Economia e sociedade*, é lançada em caráter definitivo, Kelsen submete-a a algumas apreciações críticas, tendo inclusive publicado alguns artigos acerca da teoria weberiana.² Por fim, na obra *Teoria geral do Direito e do Estado*, o autor vienense tece algumas considerações a respeito da sociologia jurídica de Weber, contestando alguns posicionamentos assumidos pelo pensador, cujos desdobramentos veremos mais adiante.

A discussão entre Sociologia jurídica e Dogmática jurídica trazida por Weber no seio de *Economia e sociedade* remonta, na realidade, à celeuma engendrada por dois antecessores seus, Herman Kantorowicz e Eugen Erlich, precursores da chamada Escola do Direito Livre e do Movimento Sociológico do Direito, até então com relativa influência nas academias jurídicas alemãs.³ Pregavam estes dois autores, em suma, basicamente a idéia de que a lei não poderia criar efetiva-

mente o direito, visto que tal tarefa era destinada ao órgão vivo, ao elemento subjetivo do direito, o juiz (*giurisprudenzia*). Desse modo, qualquer ciência que fosse válida deveria pautar-se nos acontecimentos da realidade, nos elementos empiricamente constatáveis. Com tais formulações, criticavam severamente a ciência jurídica dos juristas que somente se atinham às leis formalmente criadas pelo legislador. Além do mais, tais pensadores reivindicavam a função judicial como a verdadeira fonte de direito, visto que se tratava de efetivamente aplicar uma norma abstrata ao mundo fático, função esta materializadora do direito e que alcançava, portanto, fins práticos. Propunham, assim, a livre criação do direito por parte do magistrado, além de defenderem a idéia de que a sociologia do direito seria a única e verdadeira ciência de estudo do direito, posto que era a única que atingia o escopo do próprio direito, que é a transformação do mundo fático.

A Postura Weberiana

Max Weber, por sua vez, assumiu postura diferenciada diante de seus predecessores e, na verdade, encerrou posições mais coerentes ante a concepção do caráter autônomo das ciências, já amplamente aceito pelos pensadores na época. Criticou Kantorowicz e Erlich porque tentaram reduzir a ciência do direito a uma disciplina sociológica, tendo, portanto, ambos investido-se de caráter valorativo em suas teorias, tese incompatível com a neutralidade axiológica pregada por Weber (1991), como vemos no capítulo sobre seus ensaios metodológicos. Segundo entendia, a ciência jurídica ou dogmática jurídica e a sociologia do direito não poderiam jamais ser justapostas, uma vez que ambas ocupam lugares distintos, e deviam assim ser isoladamente consideradas.

Tal discussão engendrada por seus antecessores – e posteriormente retomada por Kelsen, só que de maneira inversa, tendo a dogmática jurídica certa “prevalência” sobre a sociologia jurídica⁴ – basicamente era pertinente a problemas de ordem *metodológica* e não poderiam ultrapassar esta esfera, como o estabelecimento de primazia de uma pela outra e vice-versa. É necessário ressaltar que Weber evita, como fizeram Kantorowicz e Erlich, cair em uma postura “sociologista”, promovendo adequadamente a distinção entre ambos os conceitos e seus respectivos âmbitos de validade.

Emprestando alguns conceitos e idéias de Jellinek⁵ de “validade ideal” (a validade de uma norma diante do conjunto de outras normas) e “validade empírica” (a validade de uma norma diante de um grupo de pessoas que se orienta perante essa norma ou a um grupo de normas), Weber trata de evidenciar essas duas perspectivas de modo a esclarecer suas lógicas internas e operar sua distinção fundamental entre a dogmática e a sociologia jurídicas. Nosso autor já inicia o capítulo referente à economia e as ordens sociais de seu *Economia e sociedade* deixando evidente sua intenção:

Quando se fala de “direito”, “ordem jurídica” e “norma jurídica”, deve-se observar muito rigorosamente a diferença entre os pontos de vista jurídico e sociológico. Quanto ao primeiro, cabe perguntar o que idealmente se entende por direito. Isto é, que significado, ou seja, que sentido normativo deveria corresponder, de modo logicamente correto, a um complexo verbal que se apresenta como norma jurídica. Quanto ao último, ao contrário, cabe perguntar o que de fato ocorre, dado que existe a probabilidade de as pessoas participantes nas ações da comunidade – especialmente aquelas em cujas mãos está uma porção socialmente

relevante de influência efetiva sobre essas ações –, considerarem subjetivamente determinadas ordens como válidas e assim as tratem, orientando, portanto, por elas suas condutas (Weber, 1999b, v. I, p. 209).

Depreende-se desta passagem que Weber reduz a tensão entre dogmática jurídica e a sociologia do direito a um cariz estritamente metodológico. Ele considera que quando tratamos da primeira ciência servimo-nos do método *lógico-normativo*, ao passo que na segunda utilizamos o método *empírico-causal*, este típico da sociologia. O método lógico-normativo possui a finalidade de verificar no interior de um “cosmos de regras abstratas” suas regras de validade, realizando uma verificação de compatibilidade lógica das normas em um ordenamento. Essa operação, portanto, situa-se no plano ideal, ou seja, no pensamento racional, no plano das idéias. Já o método empírico-causal investiga o comportamento *dos indivíduos* diante de um sistema de regras, avaliando a potencialidade de suas condutas se subsumirem àquelas disposições, ou ainda, orientarem-se segundo o conteúdo da norma, *ainda que não cumprindo o disposto nela*.

A dogmática jurídica para Weber possui uma peculiaridade especial: ela se situa na esfera do “dever-ser” (*sollen*), conquanto que lida com a forma de melhor regular (prescrever) condutas e organizá-las sistemática e logicamente, de modo a se criar um sistema isento de contradições e exigível perante seus destinatários. Como ele próprio no ensina, a dogmática jurídica

[...] propõe-se a tarefa de investigar o sentido correto de normas cujo conteúdo apresenta-se como uma ordem que pretende ser determinante para o comportamento de um círculo de pessoas de alguma forma definido, isto é, de investigar as situações efetivas

sujeitas a essa ordem e o modo como isso ocorre (Weber, 1999b, v. I, p. 209).

Assim entendido, a dogmática jurídica investiga quais as hipóteses em que uma norma será considerada proibida, permitida, concessiva, explicativa, integrativa entre outras possibilidades, de sorte a se imporem como uma *ordem* àqueles a ela sujeitos. “Para esse fim”, continua Weber, “assim procede: partindo da vigência empírica indubitável daquelas normas, procura classificá-las de modo a encaixá-las em um sistema sem contradição lógica interna. Este sistema é a ‘ordem jurídica’ no sentido jurídico da palavra” (Weber, 1999b, v. I, p. 209).

Por outro lado, entende-se por sociologia jurídica, na obra weberiana, o estudo do comportamento dos indivíduos perante as normas vigentes e a determinação do grau em que se verifica a orientação dos homens por esse conjunto de leis (ordem legítima). A tarefa sociológica na seara do direito se atém a investigar, no plano da realidade, do acontecer fático, o que se sucede no comportamento das pessoas que se submetem a um ordenamento e de que maneira se verifica sua orientação segundo essa ordem legítima. Como bem interpreta Julien Freund (2000, p. 178), a sociologia jurídica

[...] tem por objeto compreender o comportamento significativo dos membros de um grupamento quanto às leis em vigor e determinar o sentido da crença em sua validade ou na ordem que elas estabeleceram. Procura, pois, apreender até que ponto as regras de direito são observadas, e como os indivíduos orientam de acordo com elas a sua conduta.

Vislumbra-se que a preocupação de Weber em situar esses limites específicos destina-se a não permitir a confusão entre

aqueles assuntos referentes aos aspectos normativos e aqueles situados no acontecer social (aspectos empíricos). Tal tarefa decorre da diferenciação quanto às regras do “ser” (*sein*) e do “dever-ser” (*sollen*) – de tradição kantiana –, na qual o comportamento humano orientado conforme a norma é de incumbência de estudo da sociologia jurídica. Essa atuação situa-se no plano do “ser”, da realidade fática, ao passo que as regras jurídicas – como são criadas, qual conteúdo a ser prescrito, qual a sua organização em um sistema lógico interno isento de contradições –, constituem matérias da alçada da dogmática jurídica, posto que se situam na esfera do “dever-ser”. Fica evidente tal consideração quando nos reportamos ao próprio Weber (1999b, v. I, p. 209), quando assevera com propriedade que

[...] a ordem jurídica ideal da teoria do direito [leia-se aqui dogmática jurídica] não tem diretamente nada a ver com o cosmos das ações [...] efetivas [objeto da sociologia jurídica], uma vez que ambos se encontram em planos diferentes: a primeira, no plano ideal de vigência pretendida; o segundo, no dos acontecimentos reais.⁶

Faz-se necessário destacar que a sociologia jurídica é responsável por investigar o comportamento dos indivíduos *conforme* um ordenamento jurídico posto (vigente),⁷ orientando-se por ele. Não se trata aqui de esse comportamento ser o que se dá *observando* a lei, que segue ou obedece à norma disposta. Um estelionatário, a fim de se livrar do peso da lei, *orienta-se* segundo a norma com o fito de escapar a ela. Ele visa aplicar a máxima diligência em não ser descoberto, porque, ao se orientar conforme a norma, percebe que aquele comportamento é reprovável e sujeito à sanção. Atente-se aqui para o fato de que a observância ou não

observância normativa não é requisito essencial para determinar o que é e o que não é tarefa da sociologia jurídica investigar. Assim, basta a ação do indivíduo conforme a ordem prescrita para que encontremos matéria de análise. Como Weber (1999b, v. I, p. 210) explica:

O fato de pessoas quaisquer se comportarem de determinada forma *porque* a consideram prescrita por normas jurídicas é, sem dúvida, um componente essencial da gênese real empírica, e também da perduração, de uma “ordem jurídica” (grifo do autor).

E complementa sua idéia em outro trecho:

Também é desnecessário [dizer] [...] que todos os que compartilham a convicção do caráter normativo de determinadas condutas vivam sempre de acordo com isso. Isso também nunca ocorre [...]. O “direito” é para nós [segundo a ótica da Sociologia jurídica] uma “ordem” com certas garantias específicas da *probabilidade* de sua vigência empírica (Idem, *ibidem*; grifo nosso).

A Postura Kelseniana

Mas nem com tamanha clareza e discernimento Weber deixou de ser criticado. Hans Kelsen foi um de seus principais contendores, sem que em virtude disso tenha deixado de reconhecer a clarividência do pensamento weberiano sobre a definição da sociologia jurídica.

O movimento positivista na época em que Weber produziu suas obras já era bastante acentuado; em diversas partes da Europa surgiam teorias que convergiam para um ponto central: a idéia de direito reduzida a um universo de normas jurídicas cria-

das e impostas pelo Estado. O pandectismo na Alemanha, representado por Bernhard Windscheid; a Escola da Exegese francesa, que influenciou diretamente a confecção do Código napoleônico; passando pela Escola Analítica na Inglaterra, cuja premissa era fundada na necessidade da codificação dos textos legais, pregada principalmente por John Austin; até Hans Kelsen, já no início do século XX, quando se tem praticamente um século entre o surgimento e a consolidação do pensamento positivista, com forte e crescente influência nas universidades e nos tribunais da época.⁸

Kelsen já havia tecido severas críticas a Kantorowicz e Erlich, contestando o posicionamento desses autores, que afirmavam ser a sociologia do direito a única ciência capaz de definir o fenômeno jurídico, ou seja, reduziam a ciência do direito a uma disciplina sociológica.⁹ Assim, Kelsen entendia que a sociologia jurídica não era uma ciência autônoma, visto que, necessariamente, para definir seu objeto, teria de recorrer a conceitos elaborados pela ciência do direito, fato este que encerrava uma substancial dependência conceitual daquele campo de conhecimento para com essa ciência. E tal razão, dentro do esquema analítico kelseniano, possui uma fecunda coerência. Ao tratar o fenômeno jurídico como um sistema de normas válidas, ou seja, de leis que estariam em conformidade com aquelas que lhes seriam diretamente superiores, hierarquicamente organizadas, até se chegar ao preceito fundamental (*Grundnorm*), fundamento de validade de todo o sistema jurídico, o pensador vienense reduz o âmbito do estudo da ciência jurídica à norma (ou ao conjunto delas), excluindo os fenômenos sociais, políticos e psicológicos, os quais seriam objetos da sociologia, ciência política e da psicologia, respectivamente. Era assim que conferia “pureza” à teoria do direito.¹⁰ De tal sorte, as

definições de “norma”, “ordenamento jurídico”, “ordem jurídica” cabiam à dogmática jurídica resolver, visto que eram seus próprios objetos. Portanto, para Kelsen, a sociologia jurídica não poderia jamais ser considerada uma ciência autônoma por lhe faltar conceitos próprios; para isso, ela teria de recorrer à ciência do direito (dogmática jurídica) e dali extrair a definição de “norma”, “ordenamento” e “ordem jurídica” para fundamentar suas teorias. Notória era a dependência da sociologia jurídica em relação à ciência do direito quanto à interface conceitual. Em sua *Teoria geral do direito e do Estado*, o autor vienense tece alguns apontamentos às posturas weberianas, apesar de sobrelevar a astúcia de Weber em definir o âmbito de atuação da sociologia jurídica:

O valor de uma descrição de direito positivo em termos sociológicos é ainda mais diminuído pelo fato de que a sociologia só pode definir o fenômeno do Direito, do direito positivo de uma comunidade particular, recorrendo ao conceito de direito tal como definido pela jurisprudência normativa. O objeto da jurisprudência sociológica não são normas válidas – as quais constituem o objeto da jurisprudência normativa – mas a conduta humana. Que conduta humana? Apenas a conduta humana tal que, de um modo ou de outro, está relacionada ao “direito”.

[...]

Até agora, a tentativa mais bem-sucedida de definir o objeto de uma sociologia do direito foi feita por Max Weber. Ele escreve: “Quando nos ocupamos com ‘direito’, ‘ordem jurídica’, ‘regra de direito’, devemos observar estritamente a distinção entre um ponto de vista jurídico e um sociológico. A jurisprudência pede normas jurídicas idealmente válidas”. Ou seja... qual significado

normativo deverá ser vinculado a uma sentença que aparenta representar uma norma jurídica? A sociologia investiga o que efetivamente está acontecendo na sociedade porque existe certa possibilidade de que os seus membros acreditem na validade de uma ordem e adaptem (*orientieren*) a sua conduta a essa ordem. Daí, segundo essa definição, o objeto de uma sociologia do direito é a conduta humana que o indivíduo adaptou (*orientiert*) a uma ordem porque considera essa ordem como 'válida'; e isso significa que o indivíduo cuja conduta constitui o objeto da sociologia do direito considera a ordem da mesma maneira que a jurisprudência considera o direito. Para ser objeto de uma sociologia do direito, a conduta humana deve ser determinada pela idéia de uma ordem válida (Kelsen, 1998, pp. 248 e 253).

Note-se a proximidade da idéia divisória entre Kelsen e Weber no que toca à dogmática jurídica e à sociologia do direito. Enquanto uma se preocupa com o exame das normas e suas relações lógico-sistemáticas, a outra se atém ao campo de perquirição do comportamento do indivíduo perante essas normas. Este é o ponto comum entre os autores. Ao passo que a sociologia jurídica se ocupa das tarefas do "ser" (*sein*), a Dogmática jurídica está ligada ao teor prescritivo, do "dever-ser" (*sollen*). Contudo, o principal enfoque diferenciador entre os estudiosos reside na questão da total autonomia da sociologia do direito. Enquanto Weber irá afirmar que a sociologia jurídica tem método e objeto próprios, quais sejam, o método empírico-causal e o comportamento humano perante a norma como objeto; Kelsen, apesar de concordar com o âmbito desta última categoria (esfera do "ser"), insiste em afirmar que, para esse comportamento ser estudado, há a necessidade de a sociologia jurídica recorrer ao conceito de

"norma" (entenda-se "norma", "ordenamento jurídico", "ordem jurídica"), elaborado pela ciência do direito, o que afetaria terminantemente sua autonomia como ciência, visto que teria de se valer de conceitos que estão fora da sua esfera de atuação.

É importante lembrar que, malgrado demais divergências de menor relevância, outro ponto fundamental de disparidade entre Kelsen e Weber se funda no conceito de "validade". Enquanto Kelsen (1998, p. 43; 2000, p. 235) entende a validade "como a existência específica de normas", quando estas nascem e se perpetuam dentro do ordenamento jurídico, observado o critério de estar em conformidade com a norma que lhes é hierarquicamente superior, e dotadas, portanto, de obrigatoriedade (critério meramente formal); para Weber (1999b, v. I, p. 210), a validade ocorre quando a orientação das ações sociais dá-se em função da norma ou de normas jurídicas, quando os homens comportam-se pautando suas condutas perante a norma. *A contrario sensu*, caso os indivíduos desconsiderassem essa regra legal e não pautassem suas ações orientadas por ela, indubitavelmente ela perderia sua validade. Cabe ressaltar, por fim, que esse comportamento *segundo* a norma não induz necessariamente a ser *em conformidade* com a norma (sinônimo de observância), conforme detalhado anteriormente.

Bobbio (1998, p. 263) aponta com extrema agudeza esse ponto de intersecção entre Weber e Kelsen:

[...] malgrado a diversidade do objeto de análise sociológica de Weber e jurídica de Kelsen, bem como malgrado a diferença de terminologia, Weber e Kelsen concordam sobre um ponto de vista extremamente importante, qual seja, a da distinção dos pontos de vistas do sociólogo e do jurista e das duas esferas do ser e do dever-ser, dos quais tratam as duas

ciências [...] Kelsen considera que a distinção é necessária, e que o critério de distinção proposto por Weber é correto [...] (tradução nossa).¹¹

Embora convergisse teoricamente com Weber no que toca à necessidade de separação e do estabelecimento desses critérios de diferenciação entre sociologia do direito e dogmática jurídica, Hans Kelsen, em contrapartida, não poupou ríspidas críticas às propostas conceituais indicadas por Weber em sua sociologia jurídica. Segundo afirma, não se pode asseverar que é tão-somente objeto desse ramo de estudo aquelas ações que se dão diante de uma norma jurídica, orientadas por ela. Se assim fosse, as condutas delituosas cometidas por uma pessoa, sem que ela se desse conta de que tal comportamento fosse típico, enquadrado como fato criminoso, não estariam submetidas à avaliação da sociologia jurídica, tendo por fundamentação o fato de que essa pessoa não se comportou tendo como baliza a norma penal. Tal ponto da argumentação merece maior fundamentação:

A definição de Max Weber do objeto da jurisprudência sociológica, a conduta humana adaptada (*orientiert*) pelo indivíduo atuante a uma ordem que ele considera válida, não é inteiramente satisfatória. De acordo com sua definição, um delito que foi cometido consciência da ordem jurídica não seria considerado um fenômeno relevante. Neste aspecto, a sua definição do objeto da sociologia é obviamente muito restrita. Uma sociologia do direito que investiga as causas da criminalidade também levará em consideração delitos que foram cometidos sem que o delinqüente adaptasse (*orientieren*) a sua conduta à ordem jurídica. Todo ato que, de um ponto de vista jurídico, é um “delito” é também um fenômeno que pertence ao

domínio da sociologia do direito, na medida em que existe uma possibilidade de que os órgãos da sociedade reajam contra ele, executando a sanção estabelecida pela ordem jurídica. Ele é um objeto da sociologia do direito mesmo se o delinqüente cometeu o delito sem pensar no direito. A conduta humana pertence ao domínio da sociologia do direito não por ser “orientada” à ordem jurídica, mas por ser determinada por uma norma jurídica como condição ou consequência. Apenas por ser determinada pela ordem jurídica que pressupomos como válida é que a conduta humana constitui um fenômeno jurídico.

A conduta humana assim qualificada é objeto da jurisprudência normativa; mas é também objeto da sociologia do direito na medida em que efetivamente ocorreu ou provavelmente ocorrerá. Esta parece ser a única maneira satisfatória de traçar um limite entre a sociologia do direito e a sociologia geral. Esta definição, assim como a formulação de Max Weber demonstram claramente que a jurisprudência sociológica pressupõe o conceito jurídico de direito, o conceito de direito definido pela jurisprudência normativa (Kelsen, 1998, pp. 257-8).

No entendimento de Kelsen, como vemos no texto, a única ciência capaz de definir o que viria a ser “direito” seria a ciência do direito, tendo a sociologia jurídica dependência direta dessa ciência para a sua formulação. Desse modo, o autor vienense negava a dualidade de ramos do conhecimento que determinassem objetos relacionados ao estudo do direito, a saber, a sociologia jurídica e a dogmática jurídica, visto que a única ciência que poderia fornecer um conceito de direito seria a ciência jurídica, através da dogmática.

Em que pese a argumentação de Kelsen, inúmeras conclusões podemos traçar com

base a nos afastarmos mais dessa posição e nos aproximarmos do esquema analítico weberiano.

Conclusão

Ao que parece, o mérito maior de Weber foi o de distinguir o âmbito de atuação de cada um desses ramos do conhecimento, a saber, a dogmática jurídica e a sociologia do direito. Também se prestou, na mesma medida, a elucidar quais as metodologias – a lógico-normativa e a empírico-causal – que ambas as ciências se valiam para entender seus objetos específicos. Assim, vislumbra-se que Weber não negou o caráter científico a nenhuma das duas ciências. Na verdade, cada uma analisa o direito sob prismas diferentes e de forma alguma excludentes. Pelo contrário. Enquanto a dogmática jurídica estabelece a melhor forma possível de se elaborar e organizar normas, dentro de um sistema coerente e isento de contradições e, acima de tudo, exigível, a sociologia do direito atua do outro lado verificando se aquelas normas efetivamente estão sendo seguidas e em que grau pelos seus destinatários. E nisto servirá de auxílio àquela para elaboração de normas cada vez mais eficientes e que cumpram o fim almejado pelo legislador.¹²

Quando Kelsen afirma que a sociologia do direito se serve de conceitos elaborados pela ciência jurídica, negando seu caráter científico, acaba por limitar demasiadamente o universo do fenômeno jurídico a uma visão muito restrita da realidade. O que ocorre, na verdade, é que a sociologia jurídica se utiliza das interpretações dogmático-jurídicas como um meio *heurístico* de análise dos fatores empiricamente constatáveis. Trata-se de um recurso *instrumental* de estudo das interconexões causais dos comportamentos dos indivíduos perante o sistema normativo. É eviden-

te, entretanto, que sem um ordenamento jurídico ideal prévio, o desenvolvimento das ações concretas seria impraticável. Não obstante, ainda que a sociologia jurídica empregue alguns entendimentos formulados pela dogmática jurídica, em nada isso interfere quanto a lhe conferir autonomia e capacidade de formular seus próprios conceitos e interpretações. No intuito de elaborar um sistema jurídico “fechado”, isento de interferências externas ao direito, é que Kelsen comete tais impropriedades, conducentes a confinar o fenômeno do direito a um prisma unívoco e limitado, mediante o indiscriminado emprego de seus posicionamentos reducionistas.

A idéia básica da sociologia jurídica, seu objeto por excelência, reside na análise das ações dos homens, verificando se, com efeito, a conduta deles se subsume à norma ou não, se se afasta ou se aproxima dela. Entretanto, há que se ressaltar que não se parte de uma relação da norma para com os indivíduos, mas ao contrário. Weber inclusive levanta a hipótese, embora exagerada, entretanto em nada fictícia, de que uma sociedade poderá reorganizar-se segundo preceitos socialistas sem que, no entanto, com isso se altere um artigo de lei. O que importa para a sociologia jurídica basicamente é a verificação do comportamento dos indivíduos segundo o que determina o sistema jurídico, estabelecendo o grau, o teor, o alcance e os meios pelos quais os homens seguem ou simplesmente ignoram os preceitos ideais normativos. Estabelecer tais distinções é fundamental para a sociologia jurídica. Há de se citar, a título de exemplo, que é comum, muitas vezes, que a população oriente suas ações segundo um hábito ou costume, ato este embora originalmente criado ou em conformidade com prescrições legais (*v.g.* a proibição do casamento de filhos com pais; dever de fidelidade conjugal na constância do matrimônio; a aposição de uma assinatu-

ra em um cheque etc.), mas que de forma alguma a sociedade possui conhecimento da vigência ou mesmo da existência dessa norma que gerou ou que se compatibiliza com esse hábito ou costume. Não se pode aí afirmar que é hipótese de observância à lei, a não ser no sentido postulado por Kelsen (subsunção formal). Torna-se evidente que a pessoa não se orientou segundo a norma, mas a um costume ou uso vigente. E para a Sociologia jurídica essa diferença é gritante.

Segundo Kantorowicz, “a dogmática sem a sociologia está vazia. A sociologia sem dogmática está cega” (apud Fariñas Dulce, 1989, p. 73; tradução nossa). São duas formas distintas de se encarar o fenômeno do Direito que, inadvertidamente, complementam-se entre si. E, quanto a esse aspecto, Weber foi um pioneiro e ao mesmo tempo um democrata de academia (que nos perdoem o uso impróprio do mote). Em seu íntimo, cria ser possível existirem tantas ciências quantos pontos de vista específicos para o exame de um problema e, em função disso, não há que pensar que já esgotamos todas as possibilidades. Pela sua posição alheia à diversidade científica, refutava impetuosamente as teses de teóricos, especialistas ou filósofos que intentassem reduzir a reali-

dade ou um fenômeno a uma perspectiva apenas. Tal era o teor das críticas que sempre atacava Auguste Comte e sua tese da hierarquização das ciências sob a égide do positivismo, para não falarmos de tantos outros autores.

Em razão das ciências serem autônomas, pelos seus próprios fundamentos intrínsecos, nenhuma jamais poderia servir de base ou modelo à outra. É impensável conceber a prevalência da sociologia jurídica em relação à ciência do direito como pensavam Kantorowicz e Erlich e, de maneira contrária, a primazia da segunda sobre a primeira, como entendia Kelsen. A pedra de toque elucidada por Weber foi justamente possuir a coerência e o discernimento analíticos de separar cada uma dessas ciências e relegá-las aos seus respectivos campos de validade, preservando suas autonomias e suas lógicas internas, as quais interpretam o direito de pontos de vista diferentes, porém ambas dotadas de harmonia e coerência interpretativa.

É apenas assim que podemos situar em Weber as nossas diretivas mais veementes.

Notas

1. Traduzida como *Teoria geral do Direito e do Estado*. Ver Kelsen (1998).
2. Especialmente o artigo de 1921, “Der Staatsbegriff der verstehenden Soziologie” (O conceito de Estado na sociologia compreensiva), publicado na *Zeitschrift für Volkswirtschaft und Soziologie (Revista de Economia Política e Sociologia)*, pp. 104-119, apud Bobbio (1998, p. 255-6) e Fariñas Dulce (1989, p. 71).
3. Para maiores informações, ver Lévy-Bruhl (1997, p. 99). Rica condensação nos traz Diniz (1998, pp. 66-8). Também boas referências vemos em Reale (2000, cap. XXXI).
4. Referimo-nos aqui ao fato de a proposição de Kelsen afirmar necessária “dependência” da sociologia jurídica perante a ciência jurídica, visto que, para delimitar o que viria a ser o “direito”, a primeira se utilizava de conceitos engendrados pela segunda. Veremos mais adiante tal posição de maneira detalhada.

5. Excelente demonstração do jurista italiano Norberto Bobbio (1998, pp. 260-3) sobre a influência da obra de Jellinek na sociologia jurídica de Max Weber, mormente no que tange às lições tomadas por empréstimo na tarefa de distinguir a sociologia do direito da dogmática jurídica. Ver também Fariñas Dulce (1989, pp. 62-5); e um pequeno ensaio sobre o conceito sociológico de Direito de Max Weber em Krawietz (1994, pp. 7-26).
6. Segundo também nos demonstra Fariñas Dulce (1989, p. 66), Weber já havia apontado para tais tendências quando da elaboração, em 1913, de um de seus ensaios metodológicos, “Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie” (Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva), no qual afirma: “[...] la sociología [...] no tiene que ver con la dilucidación del contenido de sentido ‘objetivo’, logicamente correcto, de ‘preceptos jurídicos’, sino con un ‘actuar’, respecto de cuyos determinantes y de cuyas resultantes revisiten también importancia, entre otras, las representaciones, que los hombres tengan acerca del ‘sentido’ y del ‘valor’ de determinados preceptos jurídicos”.
7. Ressalte-se que este “posto” possui sentido mais amplo: posto, no sentido de vigente, de observável. Não se restringe, portanto, somente àquele produzido pelo Estado. Insta consignar que, para Weber, o Estado é *uma* das fontes de produção jurídica, a que na modernidade consolidou-se como a mais eficaz, justamente por possuir como forma de repressão à sua desobediência a violência, legítimo monopólio estatal. As coletividades, tais como clãs, tribos e outros grupos sociais também podem estabelecer regras que serão postas aos seus pares e, na medida em que houver determinadas pessoas especialmente incumbidas de aplicar essas normas (aparato coativo), existirá direito e, portanto, existirá direito posto. Destarte, afasta-se a honrosa e brilhante distinção do famoso jurista Eros Roberto Grau (2000, cap. II) entre “direito posto” (aquele produzido pelo Estado) e “direito pressuposto” (produto cultural, não protegido pelo Estado, mas que emana do seio da coletividade), registrada aqui para fins de esclarecimento.
8. Para maiores informações, ver Bittar e Almeida (2001, p. 316 e ss.).
9. Em Bobbio (1998, p. 257) encontramos a crítica de Kelsen a esses autores, em especial a Erlich, a qual já antecipava o comentário que posteriormente ele faria a Weber: “On ne peut parler de sociologie du droit comme science du droit parce qu’il n’existe qu’une seule science du droit, la science normative du droit. La sociologie du droit n’est pas une science autonome parce qu’elle est simplement une partie d’une définition du droit qui dérive du concept normatif du droit”.
10. Não podemos nos esquecer de que foi Kelsen quem produziu um dos maiores monumentos teóricos da ciência jurídica: *A teoria pura do direito* (Kelsen, 2000).
11. No original: “malgré la diversité de l’objet des analyses sociologique de Weber et juridique de Kelsen, et même malgré la différence de terminologie, Weber et Kelsen s’accordent sur un point très important, celui de la distinction des points de vue du sociologue et du juriste, e des deux sphères de l’être et du devoir-être, dont traitent les deux sciences. [...] Kelsen considère que la distinction est nécessaire, et que le critère de distinction proposé par Weber est correct [...]”.
12. Max Rheinstein (*apud* Fariñas Dulce, 1989, p. 135) estabelece, a título exemplificativo, quais são as grandes preocupações de Kelsen e Weber no trato com o fenômeno jurídico. Enquanto o primeiro se inquieta em estabelecer qual o é o caráter distintivo dos conceitos que são regras de conduta e de outros conceitos, em que modo aqueles conceitos são

referidos ao conceito de Estado, e em que ordem entre si se relacionam os conceitos derivados da lei; o segundo se atém a perquirir por que os povos têm o conceito de lei, como se constitui seu conteúdo, como e por que mudam e de que modo influem nos comportamentos sociais.

Bibliografia

- AMORIM, Aluízio Batista de. (2001), *Elementos de sociologia do direito em Max Weber*. Florianópolis, Insular.
- BENDIX, Reinhard. (1986), *Max Weber: um perfil intelectual*. Trad. Elisabeth Hanna e José Viegas Filho. Brasília, Unb.
- BITTAR, Carlos Eduardo & ALMEIDA, Guilherme Assis de. (2001), *Curso de filosofia do direito*. São Paulo, Atlas.
- BOBBIO, Norberto. (1998), “Max Weber et Hans Kelsen”, in _____, *Essais de théorie du droit: recueil de textes*, Paris, Bruylant L.G.D.J, pp. 255-70.
- _____. (2000), *Teoria geral da política: a filosofia política e a lição dos clássicos*. Trad. Daniela Beccaria Versian, Rio de Janeiro, Campus.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (1999), *Dicionário de política*. 2 v., 12. ed., Brasília, UnB.
- COHN, Gabriel. (1979), *Crítica e resignação: fundamentos de sociologia de Max Weber*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- DINIZ, Maria Helena. (1998), *Compêndio de introdução à ciência do direito*. 10. ed. São Paulo: Saraiva.
- FARIÑAS DULCE, María José. (1989), *La sociología del derecho de Max Weber*. Ciudad de México, Universidad Nacional Autónoma de México.
- FREUND, Julien. (2000), *Sociologia de Max Weber*. Trad. Luiz de Castro e Costa. Rev. Paulo Guimarães do Couto. 5. ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- GRAU, Eros Roberto. (2000), *Direito posto e direito pressuposto*. São Paulo, Malheiros.
- KELSEN, Hans. (1998), *Teoria geral do direito e do Estado*. Trad. Luís Carlos Borges. 3. ed., São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (1999), *Contribuciones a la teoría pura del derecho*. 4. ed., México, Fontamara. pp. 63-4 e 82-3.
- _____. (2000), *Teoria pura do direito*. Trad. João Baptista Machado. 6. ed., São Paulo, Martins Fontes.
- KRAWIETZ, Werner. (1994), *El concepto sociológico del derecho y otros ensayos*. 2. ed., México, Fontamara.

- LASCOURMES, Pierre (org.). (1995), *Actualité de Max Weber pour la sociologie du droit*. Paris, L.G.D.J (Droit et Société, 14).
- LÉVI-BRUHL, Henri. (1997), *Sociologia do direito*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2. ed., São Paulo, Martins Fontes.
- LUHMANN, Niklas. (1985), *Sociologia do direito*. vol. II. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- RADBRUCH, Gustav. (1997), *Sociologia do direito*. Trad. L. Cabral de Moncada. 6. ed., Coimbra, Armênio Amado/Editor Sucessor.
- REALE, Miguel. (2000). *Filosofia do direito*. 19. ed. São Paulo, Saraiva.
- SOUZA, Jessé (org.). (2001), *A atualidade de Max Weber*. Brasília, UnB.
- TRATENBERG, Maurício. (1985), *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática.
- TURNER, Stephan P. & FACTOR, Regis A. (1994), *Max Weber: the lawyer as social thinker*. London/ New York, Routledge.
- WEBER, Max. (1991), *Sobre a teoria das ciências sociais*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo, Moraes.
- _____. (1999a), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 14. ed., Rio de Janeiro, Biblioteca Pioneira das Ciências Sociais.
- _____. (1999b), *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. 2 v. Brasília, UnB.
- _____. (2003), *Ciência e política: duas vocações*. Trad. Jean Melville. São Paulo, Martin Claret (Obra Prima de Cada Autor, 80).

Resumo

Max Weber e Hans Kelsen: a Sociologia e a Dogmática Jurídicas

Max Weber e Hans Kelsen são dois autores clássicos considerados de extrema importância na elaboração de alguns dos célebres conceitos mais utilizados nas searas das Ciências Sociais e do Direito, respectivamente. Entretanto, quando se unem tais campos do conhecimento, representados pela Sociologia do Direito, inúmeras confusões terminológicas e relativas ao objeto e método de estudo são perpetradas, dificultando que o rigor científico seja atingido com profícua precisão. Nesse sentido, o presente trabalho visa estabelecer as distinções mais prementes entre a Sociologia jurídica e a Ciência ou Dogmática jurídicas, tratadas da perspectiva da análise dos pensamentos weberianos e kelsenianos.

Palavras-chave: Max Weber; Hans Kelsen; Sociologia jurídica; Ciência do Direito; Dogmática jurídica.

Abstract

Max Weber and Hans Kelsen: Sociology of Law and Jurisprudence

Max Weber and Hans Kelsen are two classical authors considered extremely important to the creation of some of the essential concepts ordinarily used in the Social Sciences and Law, respectively. However, when these two science fields are put together, which are represented by the Juridical Sociology, a large number of terminological misunderstandings connected to the object and studying methods are usually perpetrated. By this way, the present work has the purpose of accomplishing the demonstration of the approaches and distinctions most pre-eminent between the Sociology of Law and the Jurisprudence, studied by the perspective of analysis of the two authors mentioned.

Keywords: Max Weber; Hans Kelsen; Juridical Sociology; Science of Law; Legal Dogmatics.

Résumé

Max Weber et Hans Kelsen : la Sociologie et la Dogmatique Juridiques

Max Weber et Hans Kelsen sont deux auteurs classiques considérés d'extrême importance dans l'élaboration de certains des célèbres concepts employés dans les domaines des Sciences Sociales et du Droit. Pourtant, quand l'on unit ces deux domaines du savoir, représentés par la Sociologie du Droit, d'innombrables confusions terminologiques, relatives à l'objet et à la méthode d'étude, sont perpétrées, en empêchant que la rigueur scientifique soit atteinte avec la précision espérée. Ce travail propose, ainsi, d'établir les distinctions les plus urgentes entre la Sociologie juridique et les Sciences ou la Dogmatique juridiques, abordées du point de vue de l'analyse des pensées de Weber et de Kelsen.

Mots-clés: Max Weber; Hans Kelsen; Sociologie juridique ; Sciences du Droit ; Dogmatique juridique.

Por quase um século, os estudos de mobilidade ocuparam espaço relevante na Sociologia. Ao longo desse percurso de construção e consolidação de uma tradição, o elemento básico da análise de mobilidade é o olhar sobre a relação entre a origem (variáveis dos pais ou da primeira ocupação do indivíduo) e o destino do indivíduo (situação do indivíduo na sua primeira ocupação ou no momento da pesquisa). Para tanto, inicialmente parte de uma classificação das ocupações em grupos, categorias, estratos ou classes, segundo as orientações teóricas e metodológicas do pesquisador.

Elementos Básicos da Análise de Mobilidade

A análise básica de mobilidade focaliza três tipos de movimento: intergeracional, intrageracional e intergeracional total. A mobilidade intergeracional é o movimento que o indivíduo faz em relação ao seu pai¹ quando ingressa no mercado de trabalho (primeira ocupação). A posição de origem é a categoria da ocupação do pai e o destino é a categoria da primeira ocupação do filho. A mobilidade intrageracional é o movimento que o indivíduo faz em relação a si mesmo: da categoria da primeira ocupação para a categoria da ocupação que estava no momento da pesquisa. A posição de origem

é a categoria da primeira ocupação do indivíduo e o destino é a categoria da ocupação atual do indivíduo. A mobilidade intergeracional total compara a situação do indivíduo no momento da pesquisa com a ocupação do pai. A posição de origem é a categoria da ocupação do pai (quando o indivíduo tinha 15 anos ou ingressou no mercado de trabalho) e o destino é a categoria da ocupação do indivíduo no momento da pesquisa (usualmente designada como categoria atual).

Os cruzamentos são apresentados em tabelas, tal como o modelo a seguir, onde N é o número absoluto de casos e dentro das células estão os números de casos para cada categoria de origem e destino. Cada uma dessas análises (intergeracional, intrageracional e intergeracional total) se caracteriza a partir da distribuição da imobilidade, apresentada na diagonal da tabela, e da mobilidade, as células fora da diagonal da tabela. Ou seja, alguns reproduzem a categoria ocupacional de origem (imobilidade) e outros se movem para fora dessas categorias (mobilidade). Dos conceitos emergem as taxas; uma delas é a taxa de imobilidade e mobilidade. A taxa de imobilidade é soma das células da diagonal ($N_{11} + N_{22} + N_{33} + \dots + N_{1010}$) dividida pelo total de indivíduos (N_{++}) e a taxa de mobilidade pode ser calculada simplesmente extraindo de 1,0 a taxa da imobilidade; afinal, o que não é imobilidade é mobilidade. Essas são as chamadas taxas absolutas de mobilidade.

Modelo de Tabela de Mobilidade

Origem	Destino										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1	N ₁₁	N ₁₂	N ₁₃		...			N ₁₈	N ₁₉	N ₁₁₀	N ₁₊
2		N ₂₂									N ₂₊
3			N ₃₃								N ₃₊
4				N ₄₄							N ₄₊
5					N ₅₅						N ₅₊
6	.					N ₆₆					N ₆₊
7	.						N ₇₇				N ₇₊
8	.							N ₈₈			N ₈₊
9									N ₉₉		N ₉₊
10	N ₁₀₁	N ₁₀₂	N ₁₀₃		...					N ₁₀₁₀	N ₁₀₊
Total	N ₊₁	N ₊₂	N ₊₃	N ₊₄	N ₊₅	N ₊₆	N ₊₇	N ₊₈	N ₊₉	N ₊₁₀	N ₊₊

A tabela total da mobilidade pode ser apresentada em porcentagem em vez de números de casos. Assim, o total da tabela é 100%, a soma das porcentagens da diagonal é a taxa absoluta da imobilidade em porcentagem e a taxa da mobilidade é o resultado da subtração da taxa de imobilidade do total de 100%.

A análise das taxas citadas acima é acompanhada pela interpretação de mais duas tabelas: fluxo de saída e fluxo de entrada. Na tabela do fluxo de saída, a marginal de linha, isto é, o fim de cada linha, soma 100%. O objetivo é apresentar a composição da origem segundo o destino, e responde à questão: qual o destino dos indivíduos que têm determinadas origens? Assim, podemos construir uma análise sobre as características da hereditariedade, ou seja, sobre a força que os pais situados em determinadas categorias tem em transmitir suas posições. Na tabela do fluxo de entrada, a marginal de coluna, isto

é, o fim de cada coluna, soma 100%. O objetivo é apresentar a composição do destino segundo a origem e responde à questão: qual a origem dos indivíduos que estão em determinados estratos ou categorias? Desse modo, analisamos qual o grau de autocrutamento das categorias e a sua heterogeneidade, ou seja, temos elementos para analisar o grau de fechamento ou abertura dessas categorias.

Se os grupos, categorias, estratos ou classes definidas pelo pesquisador compuserem uma hierarquia, aqueles que saem das suas categorias de origem podem alcançar melhores posições fazendo mobilidade ascendente ou cair para posições inferiores, fazendo mobilidade descendente. Se a hierarquia for construída identificando a categoria 1 como a de maior *status* e/ou prestígio e a 10 a de pior, a mobilidade ascendente é a soma de todas as proporções contidas nas células abaixo da diagonal e a mobilidade

descendente é a soma de todas as proporções contidas nas células acima da diagonal.

Esses fluxos para fora dos estratos são resultados de dois processos essenciais: (i) a dinâmica de abertura e fechamento de oportunidades ocupacionais, que é impulsionada pela dinâmica da estrutura da sociedade; e (ii) pela competição entre os indivíduos no mercado de trabalho, que conduz a trocas de posições entre os indivíduos na estrutura ocupacional.

O primeiro processo descreve parte da mobilidade, aquela que ocorre em função da evolução da dinâmica de abertura e fechamento de oportunidades, mensurada pela comparação entre o número total de indivíduos na posição de origem e na posição de destino. Esta é a definição de mobilidade estrutural, cuja taxa é calculada em duas etapas. Primeiro, subtrai-se da proporção da categoria de destino a proporção da categoria de origem; os resultados das subtrações serão negativos quando a proporção de origem for maior que a de destino, e positivos quando a proporção de destino for maior que a de origem. Segundo, somam-se os resultados positivos; tal soma supõe expressar a criação de oportunidades ocupacionais entre o momento 1 (origem) e o momento 2 (destino). Assim, a mobilidade estrutural define grande parte dos fluxos em sociedades que passaram por intensas mudanças estruturais, as quais resultaram na abertura de novas oportunidades nas zonas urbanas em atividades ligadas à indústria, serviços e comércio.

Por outro lado, a dinâmica estrutural não explica todos os fluxos entre os estratos. Quando reduz a dinâmica de criação de novas posições, os indivíduos preenchem as oportunidades já existentes mediante a troca: para que um indivíduo ascenda, outro tem que descer. Nessa perspectiva, as características individuais condicionam muito mais o

desenho das trajetórias ocupacionais. Esta é a definição de mobilidade de circulação, cuja taxa calcula-se subtraindo da taxa de mobilidade total a mobilidade estrutural.²

A mobilidade de circulação é interpretada como mais presente em sociedades mais industrializadas, modernas e competitivas, porque é resultado de um mercado de trabalho com menor influência das mudanças estruturais e maior influência das características individuais (adquiridas e inatas). Como conseqüência, a concepção de mobilidade de circulação é definida como aquela que ocorre em função da ampliação da competição no mercado de trabalho, onde os condicionantes fundamentais para a natureza do fluxo estão sendo negociados socialmente: competência, experiência, escolaridade formal, sexo, cor, idade, origem social etc. Dito de outra forma, a mobilidade de circulação mensura a permeabilidade dos grupos e, portanto, a fluidez social (Merllié e Prévot, 1997).

A distinção entre mobilidade estrutural e de circulação não é tão simples, ou talvez não tão visível quanto o cálculo das taxas indique. Várias críticas foram feitas sobre essas medidas; uma delas aponta que a distribuição das categorias das ocupações dos pais não é o retrato da estrutura ocupacional de uma geração, pois os pais podem pertencer a gerações distintas, além de que não é uma amostra dos pais e sim dos indivíduos a partir da qual obtemos informações sobre os pais. Conseqüentemente, o fundamento do cálculo da taxa de mobilidade estrutural, que é a comparação entre a estrutura ocupacional no momento 1 (a origem como a categoria da ocupação do pai) com a estrutura ocupacional no momento 2 (o destino como a primeira ou atual ocupação do indivíduo) não se sustenta.

De porte dessas considerações iniciais é possível seguir.

Passado e Presente: Apresentação das Grandes Matrizes

O marco zero dos estudos de mobilidade é o trabalho de Sorokin (1927), no qual a mobilidade foi concebida como a transição de um indivíduo ou grupo de uma posição para outra, e que pode ocorrer horizontalmente, sem mudança visível na posição social, ou verticalmente, quando há mudança ascendente ou descendente de um estrato para outro. Segundo o autor, existem sociedades mais abertas, nas quais os poros para a passagem de um estrato para outro estão mais presentes, o que significa que as membranas que separam os estratos são mais penetráveis ou porosas. No entanto, à medida que a porosidade aumenta, novas barreiras de acesso vão sendo criadas, por isso mesmo, na sociedade industrial, cujo dinamismo fomenta a crença de aumento contínuo da mobilidade vertical, pois a herança social é alta. No entanto, tal herança não impede que haja mobilidade vertical deslocando os indivíduos de seus grupos iniciais. Por isso, a mobilidade vem acompanhada do individualismo e, como saída, os indivíduos vinculam-se a instâncias coletivas como partidos e agremiações. Mas, tende continuamente a transmitir tradições, hábitos e comportamentos, seja através da família, seja através da escola. Família e escola são dois canais fundamentais que permitem a circulação dos indivíduos entre os estratos. Esses canais, no entanto, ao mesmo tempo que permitem a circulação, são munidos de filtros que selecionam os indivíduos. Dessa perspectiva, a mobilidade social é funcional para a integração social no sentido de que assegura a alocação do “homem certo para o lugar certo”.

A partir do estudo inaugural de Sorokin, erigiu-se uma tradição sociológica dedicada ao projeto de conceituar, mensurar, compreender e explicar a mobilidade

nas sociedades. E, na construção dessa tradição, cristalizaram-se matrizes teóricas e metodológicas que exploraram diferentes formas de responder à mesma questão: mobilidade entre o quê? (Morgan, 2006).

Segundo Merllié e Prévot (1997) e Silva (1999), os estudos de mobilidade podem ser agregados em torno de três grandes ciclos. O primeiro é inaugurado nos anos 1950 e 1960, com as comparações internacionais; o segundo, a partir do final dos anos 1960, com novas proposições para a comparação internacional e o estudo inovador de Blau e Duncan (1967); e o terceiro, que tem lugar nos anos 1980, foi marcado pelo desenvolvimento da análise de dados e retorno às discussões fundadas nas problemáticas apresentadas no primeiro ciclo. Foi ao longo dos ciclos que as duas grandes matrizes se constituíram.

A primeira matriz nasce após a Segunda Guerra Mundial, a partir de uma recomendação do Comitê de Pesquisa sobre Estratificação Social da Associação Internacional de Sociologia (ISA) para que fossem desenvolvidas pesquisas sobre mobilidade social entre gerações. Até então, o estudo mais relevante tinha sido o de Sorokin. O pós-guerra foi a era das grandes enquetes nacionais nos países anglo-saxões e no norte da Europa, apresentadas nos estudos de Rogoff (1953) sobre Indianápolis nos Estados Unidos; Warner e Abegglen, Glass (1954) sobre a Grã-Bretanha; Carlsson (1965) sobre a Noruega; e Svalatoga (1965) sobre a Dinamarca. A partir desses estudos nacionais consolidou-se uma das hipóteses-guia dos estudos de mobilidade, na qual o aumento da mobilidade é tomado como consequência do processo de industrialização das sociedades. Deduzia-se, então, que sociedades mais industrializadas teriam taxas mais elevadas de mobilidade (Boudon, 1981; Erikson e Goldthorpe, 1992). Essa conclusão/hipótese sustentava-se fortemente nos seguintes argumentos:

- (i) as mudanças ocorridas da sociedade tradicional ou pré-industrial para a sociedade industrial afetaram a divisão do trabalho, cujo resultado foi a criação de novas e diversificadas ocupações na indústria e nos setores de classe média, bem como a redução de outras tantas, em especial as ligadas à agricultura;
- (ii) a burocratização da sociedade, que significou a racionalização das organizações, tornou o processo seletivo para o preenchimento dos cargos e empregos mais meritocrático, onde educação e experiência eram atributos (adquiridos) mais significativos do que origem social;
- (iii) as mudanças demográficas e na infraestrutura das cidades melhoraram o padrão de vida dos indivíduos, permitindo maior acesso a informações, formações e a melhores condições de vida.

Dessa forma, a igualdade progressiva na aquisição educacional e as melhorias no padrão de vida favoreceriam a redução da desigualdade de oportunidades ocupacionais e da herança social, pois os indivíduos com origens sociais diferentes poderiam competir mais equitativamente.

Os estudos nacionais do pós-guerra foram os pontos de partida para as análises comparativas internacionais construídas especialmente por Lipset e Bendix (1959) e Miller (1960). As análises apresentadas por esses autores e por aqueles que os seguiram foram fundadoras de uma nova perspectiva teórica e metodológica no estudo da mobilidade por demonstrar a relevância da comparação internacional e ter construído outras hipóteses explicativas para o fenômeno da mobilidade. Além da ênfase na comparação internacional, o legado dos estudos foi fundamental para recolocar a questão da relação

entre a industrialização e a mobilidade e do lugar dos fatores psicológicos e subjetivos no processo de mobilidade.

De forma geral, as grandes conclusões dos estudos dos autores que seguiram Lipset, Bendix e Miller foram três. A primeira, de que países com distintos graus de industrialização tinham taxas similares de mobilidade e, conseqüentemente, não haveria evidências para corroborar a hipótese de que a mobilidade cresce ao lado do processo de industrialização da sociedade. A segunda, de que há relação entre a industrialização e o crescimento das taxas de mobilidade; afinal, as taxas de mobilidade são maiores nas sociedades industriais quando comparadas com sociedades tradicionais, mas não existe uma relação necessária entre crescimento econômico e elevação dessas taxas, pois são encontrados países em diferentes estágios de industrialização e diferentes taxas de crescimento com semelhantes taxas de mobilidade. Desse modo, são os estágios iniciais da industrialização os grandes responsáveis pela elevação da mobilidade e a expansão dessa industrialização permite alcançar certo nível de mobilidade; no entanto, não há uma relação necessária entre a expansão da industrialização e a ampliação da mobilidade. E a terceira conclusão explícita que existe um papel para o desejo de ascensão social que varia de acordo com os contextos. Por trás dessas três conclusões estão os argumentos a seguir.

A mobilidade é, para essa perspectiva teórica, resultado de dois processos. Um deles é a oferta de posições e o outro é o processo de trocas de indivíduos entre posições, isto é, da mobilidade estrutural e da mobilidade de circulação. O primeiro processo, a mobilidade estrutural, tem sua dinâmica impulsionada pela ampliação e redução dos estratos ocupacionais; sendo assim, fatores demográficos, tais como fecundidade, mortalidade e migração, são fundamentais. O

segundo processo tem sua dinâmica impulsionada pela capacidade competitiva dos indivíduos: enquanto alguns sobem, outros descem. Nesse sentido, a mobilidade de circulação evidencia o grau de igualdade de chances da sociedade, pois quanto mais a mobilidade for impulsionada pela circulação, mais os indivíduos estão ocupando espaço pela competição entre eles e, possivelmente, menos pela necessidade de preencher lugares novos que vão sendo criados. Logo, se há aumento da mobilidade de circulação em detrimento da redução da mobilidade estrutural considera-se que a sociedade está mais competitiva, igualitária e aberta do ponto de vista das chances de mobilidade.

A similaridade das taxas de mobilidade entre os países é explicada pela hipótese de que nos estágios iniciais do desenvolvimento econômico das sociedades industriais é comum encontrar altas taxas de mobilidade estrutural, pois novas ocupações vão sendo criadas e o desejo de ascensão social garante que elas sejam preenchidas. Na medida em que a sociedade vai atingindo um nível razoável de desenvolvimento, a geração de emprego diminui seu ritmo, as barreiras sociais vão sendo menos visíveis e as desigualdades podem tender a se diluir um pouco, mas em graus diferentes. Nesse contexto, o desejo de ascensão social vai-se arrefecendo.

Nessa perspectiva, é evidente, a preocupação com a formalização de uma teoria que explicasse tanto os elementos “objetivos” da mobilidade como os elementos subjetivos e, portanto, o foco no indivíduo. O argumento geral era de que a mobilidade é impulsionada por aspectos psicológicos, pois a posição que os indivíduos ocupam interfere na avaliação que fazem de si mesmos e na sua auto-estima; portanto, lutarão para manter sua posição se estiverem em vantagem ou lutarão para aumentar sua posição se estiverem em desvantagem.

Ao agregar, então, as disposições estruturais da sociedade e psicológicas dos indivíduos para explicar a mobilidade, essa perspectiva: (i) desloca-se em parte do determinismo da teoria do industrialismo, mas não deixa de estar atrelada à orientação liberal voluntarista, ou seja, uma das versões do *homo oeconomicus*; (ii) resolve o “problema sociológico” de ter encontrado taxas semelhantes de mobilidade para diferentes sociedades, bem como de taxas não semelhantes para países semelhantes; e (iii) descarta a explicação culturalista da mobilidade, isto é, que imputa aos elementos culturais as motivações para as ações que resultam em movimentos entre as posições sociais. Conseqüentemente, ao mesmo tempo que golpeiam a crença na hipótese de que maior crescimento nas sociedades industrializadas implica mais mobilidade social, enfatizam a crença em um indivíduo racional e voluntarista.

A questão posta para essa perspectiva foi: se as taxas de mobilidade não variam de acordo com o crescimento econômico e sim em função dos efeitos estruturais (como, por exemplo, taxa de fecundidade e abertura de oportunidades ocupacionais) e das motivações que advêm da ampliação das oportunidades, como é possível explicar taxas diferentes para países com características estruturais semelhantes? Apenas pelas motivações individuais?

Desde a década de 1970, algumas respostas foram sendo dadas para não delegar apenas às disposições subjetivas ou culturais as diferenças de mobilidade entre países semelhantes. Featherman, Hauser e Jones (1975) propuseram que a similaridade entre as taxas dos países deveria ser olhada a partir dos padrões das chances relativas de mobilidade que estão subjacentes às taxas e com isso mensurar-se-ia a similaridade da abertura e fechamento das estruturas de classe entre os países, e não somente o “fenótipo”, as taxas absolutas.

As taxas absolutas, tal como visto acima, são aquelas que têm como base de cálculo a porcentagem de indivíduos dentro das células da tabela. A tabela total é a porcentagem de indivíduos em cada célula, tendo como referência de cálculo o total da tabela. A tabela de fluxo de saída mostra a porcentagem dos indivíduos de cada categoria de origem segundo o destino (100% na linha) e a tabela de fluxo de entrada mostra a porcentagem de indivíduos de cada categoria de destino segundo a sua categoria de origem (100% na coluna). As taxas relativas referem-se às razões de chances (*odds ratio*), que significam as razões entre as chances dos indivíduos de categorias de origem distintas de estar em uma categoria de destino. Sendo assim, na tabela de mobilidade são calculadas várias razões de chances. Por exemplo, podemos calcular a razão de chance de ter origem na categoria de Profissionais e estar na categoria de Profissionais (*odds 1*), em relação a ter origem na categoria Ocupações Manuais Gerais e estar na categoria de Profissionais (*odds 2*).

A razão de as chances de indivíduos com origens tão distintas estarem na mesma categoria é:

$$\theta = \frac{odds_1}{odds_2} \quad \text{onde: } odds = \frac{p}{(1-p)}$$

A hipótese de Featherman, Hauser e Jones, como ficou conhecida, argumenta que na análise das taxas relativas seria encontrada menos variação ainda, ou seja, a mobilidade analisada pelas taxas relativas tende a ser constante ao longo do tempo.

Não obstante a continuidade de desenvolvimento das questões teóricas e metodológicas da primeira matriz e dos estudos empíricos para teste das grandes hipóteses até então levantadas, o cenário da década de 1970 foi dominado pela nova perspectiva de

concepção, tratamento dos dados e análise da mobilidade proposta por Blau e Duncan (1967) no estudo *The American occupational structure*, que fundou a segunda matriz. Essa matriz, no entanto, não se distancia das orientações filosóficas e teóricas sobre o indivíduo na sociedade ocidental moderna e industrial, presentes na primeira matriz. Parte da perspectiva de que a sociedade vai sendo “colonizada” pela burocratização, pelo desenvolvimento industrial e por critérios universais de seleção, e, conseqüentemente, a herança social tende a perder espaço. A universalização dos critérios compatibiliza-se com três grandes fatores estruturais geradores de condições para existir a mobilidade social ascendente: o progresso tecnológico e econômico, a mobilidade geográfica e a fecundidade; é nesse contexto que os indivíduos se movimentam em busca da aquisição de melhores posições em relação a si mesmos e aos seus pais. Esses movimentos, no entanto, sofrem o impacto de alguns fatores, tais como a cor da pele e o fato de ser imigrante.

O fenômeno social da mobilidade deve ser analisado a partir da aquisição de *status* dos indivíduos, e assim torna necessário perguntar qual a influência de determinadas características inatas e adquiridas, em especial a escolarização, sobre a realização ocupacional e como essas influências modificam o efeito da origem social nesse processo de realização (Blau e Duncan, 1967)? A investigação sobre a aquisição de *status* (*status attainment*) se propõe, segundo os autores, a passar da descrição das taxas e dos fluxos da mobilidade para a sua explicação. A decomposição da mobilidade em origem e destino visa responder a algumas questões, por exemplo: como e em que grau as circunstâncias de nascimento condicionam o futuro dos indivíduos? Como as características inatas e adquiridas operam nesse processo?

Do ponto de vista metodológico, Blau e Duncan apontam dois problemas nas análises anteriores sobre mobilidade. O primeiro problema era que a ocupação do pai, declarada pelos indivíduos, não poderia ser tratada como o retrato da estrutura ocupacional na geração dos pais, porque os filhos têm idades distintas, portanto seus pais pertenceram a gerações diferentes. O segundo problema trata do conceito de mobilidade perfeita sobre o qual as análises anteriores se debruçaram. O ponto é que os cálculos da razão de mobilidade com base na mobilidade perfeita sofrem a influência das diferenças entre os marginais da tabela de mobilidade, isto é, do tamanho de cada classe ou categoria, logo prejudicam as estimativas, porque categorias muito grandes tendem a obscurecer a associação, e as categorias muito pequenas a superestimá-las.

Para sair da “descrição das taxas para a explicação da mobilidade” e dos problemas apontados, os autores propõem outro instrumento para o tratamento dos dados nas análises de mobilidade, fundamentado na análise de trajetória (*path analysis*), a qual, aplicada ao estudo da mobilidade, é um modelo causal que calcula os efeitos das variáveis da origem social, educação, primeira ocupação etc. sobre a posição ocupacional dos indivíduos e, para tanto, tem como elemento central uma escala de *status* social. A análise dos efeitos dos coeficientes mostra que no *status* da primeira ocupação dos indivíduos, a maior influência é a educação do indivíduo, ocupação do pai e escolaridade do pai; e, no *status* da ocupação atual, a maior influência é a educação do indivíduo, primeira ocupação e, por último, as variáveis da origem. No entanto, os efeitos não explicados superam o efeito de qualquer variável. Segundo os autores, os achados indicam que, pelo fato de a mobilidade ser intensa nas sociedades industriais, é perfeita-

mente compreensível que não haja muito alto e direto impacto da origem familiar sobre a mobilidade, o que torna o fenômeno mais complexo e dá lugar para que os efeitos não explicados sejam maiores.

Segundo Cuin (1993), nessa perspectiva, o objeto de análise é, na verdade, as condições que permitem a reprodução da estrutura social por meio das condutas individuais, e não o movimento dos indivíduos na estrutura social. Isso porque os autores estão analisando os impactos que variáveis ligadas à origem social e ao indivíduo (educação e primeira ocupação) têm sobre a ocupação atual do indivíduo. Logo, não se trata da análise das trajetórias dos indivíduos (movimento entre a primeira ocupação e a ocupação atual). Do lado teórico-metodológico, assume-se o foco na universalização, na aquisição e no indivíduo e, do lado do cálculo estatístico, assumem-se os elementos da estrutura como determinantes no processo individual de aquisição de posições, uma difícil combinação.

Difícil é, também, para os críticos da perspectiva, a metrificação das ocupações, pois a hierarquização delas soa por demais arbitrária e sujeita a equívocos. Isso porque, ao agrupar as ocupações seguindo a escala métrica de prestígio e *status* para construir a hierarquia de categorias ocupacionais, corre-se o risco de juntar ocupações com naturezas muito distintas e, com isso, obscurecer elementos importantes para a análise das influências estruturais nas taxas de mobilidade.

As críticas nunca foram suficientes para aplacar o peso dessa matriz nos estudos de mobilidade, muito pelo contrário. As questões abertas por Blau e Duncan deram enorme fôlego aos estudos de mobilidade e, juntamente com os avanços na estatística para a análise de dados e modelagem, tornaram os estudos de realização de *status* um ponto de partida central para a compreensão do

fenômeno, se não efetivamente da mobilidade ocupacional, com certeza do impacto das variáveis inatas e adquiridas no processo de inserção ocupacional dos indivíduos.

Os avanços da análise de dados categóricos desenvolvidos a partir dos anos 1970, em particular por Goodman e a modelagem *log-linear*, marcaram definitivamente um novo rumo para os estudos de mobilidade porque permitiram que as questões próprias da primeira matriz fossem mais bem tratadas estatisticamente. O retorno às preocupações originais dos estudos de mobilidade significou, então, voltar a tratar a mobilidade como uma relação entre classes ou estratos sociais e não um processo de realização individual. Do ponto de vista teórico, trouxe uma produtiva discussão dentro das tradições marxiana e weberiana em torno do conceito de classe, que condicionou, do ponto de vista metodológico, formas de operacionalização do conceito e mensuração da estrutura de classe nas sociedades industriais contemporâneas ou, na leitura de alguns, nas sociedades pós-industriais e o revigoramento dos estudos de comparação internacional. E, do ponto de vista do tratamento dos dados, a ênfase passa a estar no padrão de associação dentro das tabelas de mobilidade, agora concebido como mais complexo e com mais recursos estatísticos. Esse novo fôlego da análise de mobilidade é dado pelos estudos de Goldthorpe (1980), Erikson e Goldthorpe (1992) e Wright (1997) e formaliza o que Erikson e Goldthorpe chamam de perspectiva classe-estrutural ou contexto conceitual de uma estrutura de classe, como alternativa à perspectiva da realização de *status* ou contexto conceitual de uma hierarquia social.

As perspectivas, segundo os autores, encerram conjuntos distintos de problemas sociológicos. Como foi salientado anteriormente, a perspectiva da aquisição de *status* enfatiza os condicionantes do movimento

(ascensão ou descensão) feitos pelos indivíduos entre posições ou grupos ocupacionais definidos a partir de uma escala de prestígio e *status*. Essa orientação investiga questões significativas como: (i) quem sobe ou desce e por quê?; (ii) qual o papel de características como educação e origem social no destino dos indivíduos?

A perspectiva classe-estrutural, de estudos baseados no contexto conceitual de estrutura de classe, implica agrupar as ocupações não a partir de *scores* similares de *status* e prestígio, mas a partir das posições ocupadas pelos indivíduos dentro do mercado de trabalho e das unidades de produção. Assim, a posição na ocupação (empregadores; conta própria sem empregados; e empregados), o tamanho da propriedade, setor (indústria ou agricultura) e qualificado ou não-qualificado são os critérios utilizados para a classificação das ocupações em classes sociais. Nessa forma de construir o esquema, posições de classe diferentes significam não apenas recursos distintos, mas também exposição diferenciada às mudanças estruturais e chances de mobilidade, o que revela as desigualdades socioeconômicas de uma sociedade. Nesse sentido, o foco não está no movimento vertical dos indivíduos dentro de uma determinada estrutura hierárquica de ocupações ou grupos ocupacionais, pois a mobilidade é concebida em termos de mudanças relacionais, que significam mudanças na natureza das relações dos indivíduos no mercado de trabalho e nas unidades de produção. E, do ponto de vista do tratamento dos dados, salta-se das análises de regressão e de associação entre origem e destino para a análise das taxas relativas de mobilidade, modelo de *quasi*-independência e, em especial, por meio da modelagem *log-linear*.

O modelo de *quasi*-independência implica empregar o modelo de independência em algumas partes da tabela. E os mode-

los *log-lineares* caracterizam-se por especificar que os logaritmos das frequências esperadas da tabela de mobilidade são combinações de certos parâmetros, que são os efeitos das variáveis e os efeitos das interações delas. Essa modelagem apresenta ganhos importantes para o conhecimento da mobilidade social porque ao mesmo tempo que controla os efeitos dos diferentes marginais da tabela (ou seja, dos diferentes tamanhos das categorias ocupacionais), mensura os efeitos das variáveis em separado e os efeitos da interação entre essas variáveis.

Com os ganhos metodológicos crescentes, os estudos de mobilidade refinaram suas análises não só em direção às problemáticas da primeira matriz, mas também renovou o tratamento de dados para as problemáticas ligadas à segunda matriz, saindo das análises de regressão para modelagens mais sofisticadas de dados qualitativos como o modelo Logit e outros parentes próximos dos modelos *log-lineares*. Segundo Treiman e Ganzeboom (1998), já é possível falar de uma nova geração de estudos de mobilidade que buscam desenvolver e refinar as análises multivariadas mais complexas. Nessa geração, os estudos de mobilidade ocupacional encontram um solo muito fértil, na medida em que se nutrem dos avanços estatísticos e do debate teórico cada vez mais amplo.

Outras Estratificações: Idade, Sexo e Cor

As matrizes dos estudos de mobilidade não desconhecem as questões relativas às desigualdades de distribuição de oportunidades e de resultados escolares e ocupacionais alcançados entre grupos sociais definidos segundo características inatas como idade, sexo e cor. No entanto, a maneira como incorporaram essas características varia de acordo

com a unidade de estratificação e análise: o indivíduo ou a família.

Parte-se, então, da construção de que as características inatas são marcas visíveis no indivíduo, por isso são fixas e imutáveis. Mutáveis e, portanto, não tão fixas são as representações sociais sobre essas marcas e as formas como atingem os indivíduos em seu ciclo de vida e na unidade familiar no que diz respeito às chances de inserção profissional/ocupacional, provimentos e compensação das desvantagens. As sociedades em condições econômicas favoráveis (níveis de crescimento, níveis de emprego e estabilidade econômica considerados razoáveis) lidam de forma diferenciada com idade, sexo e cor.

No que diz respeito à idade, do ponto de vista do indivíduo, as desigualdades etárias são compensadas ao longo do ciclo de vida, pois as desvantagens experimentadas em dado momento da vida são compensadas pelas vantagens de outra etapa desse ciclo. Do ponto de vista da unidade familiar, as vantagens e desvantagens são compensadas, pois encontramos indivíduos em distintos momentos dos ciclos de vida. Na questão do gênero, na dimensão individual não há momento de compensação da desvantagem para as mulheres, pois a segregação ocupacional restringe os movimentos femininos ao longo do ciclo de vida produtivo. Essa desvantagem da mulher na partida e ao longo do percurso é compensada no pertencimento a uma unidade familiar, seja na condição de filha, seja na de esposa. Já no que se refere à cor, não há compensação em nenhuma das duas dimensões, pois os casamentos inter-raciais não são dominantes (Lieberson, 1994).

Assim, se a estratificação é tratada a partir da unidade familiar, pode-se supor que, dentro de determinadas condições socioeconômicas, as diferenças de gênero e idade tendem a ser compensadas e as de cor mantidas.

Mas, no âmbito individual, ser mulher, negro ou pardo tem impactos que não são compensados ao longo do ciclo de vida.

Quanto à questão etária, tornou-se ponto quase passivo estudar indivíduos entre 20 e 64 anos, sob o argumento de que é necessário captar indivíduos que já se encontram no mercado de trabalho em posições menos intermitentes. A questão de gênero, por sua vez, sempre ficou entre o pêndulo do tratamento individual ou familiar da estrutura sócio-ocupacional da sociedade. Os estudos que tomam a família como unidade de análise, costumam eleger a situação ocupacional, econômica e social do chefe masculino da família como referência para a construção das classificações ocupacionais ou das classes sociais. As mulheres se tornam invisíveis por argumentos como: estão segregadas no mercado de trabalho; pouco contribuem para a renda familiar; estão majoritariamente inseridas na família na condição de cônjuge ou filha; e não têm impacto sobre a estrutura das classes. De Parsons a Goldthorpe, manteve-se a ausência das mulheres.

Nos estudos cuja unidade de análise eram os indivíduos, Featherman e Hauser (1976) mostraram que as diferenças entre homens e mulheres não eram grandes no que dizia respeito à média do índice socioeconômico entre os grupos ocupacionais; porém, existia menor variância dada a sub-representação das mulheres nas categorias ocupacionais alta e baixa. Featherman e Hauser (op. cit.) e Miller e Hayes (1990) apontaram que a ocupação do pai e a origem rural afetam mais os homens do que as mulheres e que a herança é mais intensa para os homens, em especial no caso daqueles que têm origem rural; em contrapartida, os efeitos da educação são mais intensos para as mulheres. A distinção entre homens e mulheres está intensamente presente nos mecanismos de acesso às posições (processo de aquisição) e não

necessariamente na posição ocupada (resultado). Disso, concluem que o gênero não afeta a estratificação.

Em suma, nem do ponto de vista da aquisição de *status*, nem dos padrões de mobilidade dentro da estrutura de classe, a questão de gênero ganha importância. Como consequência, aponta Haller (2000), as pesquisas que incorporam as variáveis de raça e gênero são importantes na medida em que mostram as vantagens e desvantagens de certas categorias sociais, mas essas situações de estratificação não fazem parte de uma teoria fundamental da estratificação. Esta é a conclusão que sustenta a continuada produção de pesquisa apenas com homens.

Nas últimas décadas, porém, essa posição não é mais hegemônica na literatura sobre estratificação e mobilidade. Os avanços ocorreram, sem dúvida, impulsionados de um lado pelas discussões teóricas e metodológicas das pesquisadoras, intelectuais e militantes feministas e, de outro, pelos diagnósticos da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, do aumento de seus níveis de escolarização e do impacto disso sobre a escolaridade e ocupação dos filhos. Além disso, é indiscutível o crescimento das famílias chefiadas por mulheres, com ou sem a presença de cônjuge.

Sendo assim, ao mesmo tempo que se observa na literatura uma “queixa” sobre a carência teórica, os ganhos nas análises dos dados, bem como a ampliação cada vez mais profícua de estudos conduzem os pesquisadores de volta à teorização sobre os processos de estratificação, geração de desigualdades e dinâmica de mobilidade e trazem com mais força ainda as dimensões de gênero, cor e mercado de trabalho nacionais à cena analítica.

Em suma, as grandes matrizes fincaram suas bases alternando entre: (i) uma concepção de ator social *homo oeconomicus* ou *homo sociale*; (ii) estratificação a partir de classe ou

grupos ocupacionais; (iii) perspectivas teóricas liberais ou marxistas; (iv) indivíduo ou família como unidade empírica e de análise; (v) a mobilidade como processo/sistema ou resultante de fatores (escolaridade, experiência profissional etc.); e (vi) a incorporação ou não das dimensões de sexo e cor. Pode-se dizer, então, que as “leituras” sobre mobilidade foram sendo construídas, ora mais em direção a uma orientação individualista voluntarista, com base na concepção de *homo oeconomicus*, na qual os agentes são construtores de suas trajetórias dentro de contextos sociais que tendem à universalização dos critérios seletivos, ora em direção à orientação funcionalista que estabelece a estabilidade funcional dos sistemas de trocas entre posições, o que implica interpretar a mobilidade não como resultado de ações individuais, mas como funcionamento do próprio organismo social, cuja referência é um *homo sociale*.

Entre essas orientações cristalizadas no passado, o presente da área se configura a partir de três eixos: (i) “leituras” contemporâneas que se esforçam em compatibilizar as perspectivas individualistas e coletivistas de análise teórica, metodológica e estatística (Treiman e Ganzeboom, op. cit.); (ii) discussão sobre a validade empírica das bases teóricas e metodológicas fundacionais da mobilidade, por exemplo, o conceito de classe (Goldthorpe, 2000; Goldthorpe e McKnight, 2006); e (iii) as perspectivas futuras para a área (Grusky e Weeden, 2006).

O Futuro

Os avanços promovidos pela disponibilidade de recursos estatísticos para o tratamento dos dados, assim como a necessária tematização teórica sobre a sociedade contemporânea, indivíduo, gênero, cor, mercado de trabalho, trajetórias, redes sociais etc.

parecem recolocar os estudiosos diante de velhas questões.³ A primeira delas é: mobilidade entre o quê? E a segunda é: quanta mobilidade é socialmente justa ou injusta?

Se antes as questões eram respondidas pela perspectiva da aquisição de *status*, a matriz inaugurada por Blau e Duncan, e pela perspectiva da mobilidade entre classes, a terceira matriz dos estudos contemporâneos na esteira de Goldthorpe, Wright e Erikson, agora requer defesas mais robustas e abertura de novos caminhos. Isso porque as respostas dadas encontram um limite que, segundo Grusky e Weeden (op. cit.), precisa ser revisitado, tanto do ponto de vista teórico como empírico, porque tratam de convenções e quase uma questão de fé entre os estudiosos da mobilidade.

Para esses autores, as três grandes convenções são: (i) a estratificação em classes revela a desigualdade; (ii) as desigualdades são transmitidas por meio das classes; (iii) as classes são poucas e grandes, logo guardam uma enorme diversidade interna. O enfrentamento das convenções, tomadas como limites ao desenvolvimento da área, é o desafio para o futuro dos estudos de mobilidade. E o caminho possível, apontam os autores, depende da incorporação de uma dimensão multidimensional, que, do ponto de vista teórico, pode encontrar-se no conceito de classe social, desde que incorpore outras dimensões além da econômica e da regulação do trabalho. Por isso, propõem que sociólogos e economistas caminhem juntos uma vez que os primeiros fornecem o conceito e os segundos colaboram com o rigor do teste empírico da existência de classes.

As grandes entradas para o futuro dos estudos de mobilidade, incluindo a tradição que no Brasil se renova,⁴ estão abertas. Em primeiro lugar, cabe dar continuidade à construção e discussão teórica e metodológica da mensuração da mobilidade como

forma não apenas de refinar a descrição da mobilidade, mas, fundamentalmente, de evidenciar que os padrões de mobilidade encontrados dependem desses procedimentos. E isso se faz mediante o enfrentamento das convenções presentes na área, que torna grande parte dos estudos reproduções acríticas de técnicas estatísticas e testadores de hipóteses consagradas na tradição.

Em segundo lugar, não se deve obscurecer o debate político, teórico e, porque não dizer, valorativo, embutido nas tomadas de decisões metodológicas e analíticas, uma vez

que, para qualificar a mobilidade existente, se lida com uma questão de pano de fundo: quanto de igualdade de oportunidade torna a sociedade mais justa? Ou, dito de outra forma: quanto de desigualdade de oportunidade é tolerado na sociedade? Para tanto, deve-se buscar integrar cada vez mais a discussão e a análise da mobilidade com a questão da desigualdade e da justiça social.

Notas

1. A ocupação do pai é coletada, em geral, de duas formas. Pergunta-se qual a ocupação do pai quando o indivíduo tinha 15 anos ou pergunta-se qual a ocupação do pai quando o indivíduo entrou no mercado de trabalho.
2. Dito de outra forma, aquilo que não se explica pela variação do tamanho dos grupos ocupacionais de origem e destino é efeito da circulação.
3. Questões essas tão fundamentais que estimularam a publicação recente (2006) da coletânea organizada Morgan, Grusky e Fields, "Mobility and inequality: frontiers on research in sociology and economics".
4. Para o quadro dos estudos de mobilidade no Brasil, ver Silva (1999).

Bibliografia

- BLAU, Peter & DUNCAN, Otis. (1967), *The American occupational structure*. New York, J.Wiley.
- BOUDON, Raymond. (1981), *A desigualdade das oportunidades*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- CUIN, Charles-Henry. (1993), *Les sociologues et la mobilité sociale*. Paris, PUF.
- ERIKSON, Robert & GOLDTHORPE, John. (1992), *The constant flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford, Clarendon Press.
- FEATHERMAN, David & HAUSER, Robert. (1976), "Sexual inequalities and socioeconomic achievement in the U.S., 1962-1973". *American Sociological Review*, 41.
- FEATHERMAN, David; HAUSER, Robert; JONES, F. (1975), "Assumptions of social mobility research in the U.S.: the case of occupational status". *Social Sciences Research*, 4.

GOLDTHORPE, John. (1980), *Social mobility and the class structure in Britain*. Oxford, Clarendon Press.

_____. (2000), *On Sociology – numbers, narratives and the integration of research and theory*. Oxford, Oxford University Press.

GOLDTHORPE, John & McKNIGHT, Abigail. (2006), “The economics basis of social class”, in Stephen Morgan *et al.* (eds.), *Mobility and inequality – frontiers of research in sociology and economics*, Stanford, Stanford University Press.

GRUSKY, David. *Social stratification – class, race & gender in sociological perspective*. Colorado, Westview Press.

GRUSKY, David e WEEDEN, Kim. (2006), “Does the sociological approach to studying social mobility have future?”, in Stephen Morgan *et al.* (eds.), *Mobility and inequality – frontiers of research in sociology and economics*, Stanford, Stanford University Press.

HALLER, Archibald. (2000), “A estrutura de estratificação do Brasil: um programa de trinta e cinco anos de pesquisa”. *Revista Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, UFMG.

LIEBERSON, STANLEY. (1994), “Understanding ascriptive stratification: some issues and principles”, in David Grusky (org.), *Social stratification: class, race and gender in sociological perspective*. Oxford, Westview Press.

LIPSET, Seymour & BENDIX, R. (1959), *Social mobility in industrial society*. Berkeley, UCLA Press.

MERLLIÉ, D. & PRÉVOT, J. (1997), *La mobilité sociale*. Paris, Éditions La Decouverte.

MILLER, Robert & HAYES, Bernadette. (1990), “Gender and intergeracional mobility”, in Geoff Payne e Pamela Abbot (eds.), *The social mobility of women*, Londres, The Falmer Press.

MORGAN, Stephen. (2006), “Past themes and future prospects for research on social and economic mobility”, in Stephen Morgan *et al.* (eds.), *Mobility and inequality – frontiers of research in sociology and economics*, Stanford, Stanford University Press.

MORGAN, Stephen; GRUSKY, David; FIELDS, Gary (eds.). (2006), *Mobility and inequality – frontiers of research in sociology and economics*. Stanford, Stanford University Press.

SILVA, Nelson do Valle. (1979), “As duas faces da mobilidade”. *Dados*, 21.

_____. (1999), “Mobilidade social”, in Sérgio Miceli (org.), *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo, Editora Sumaré/Anpocs.

TREIMAN, Donald & GANZENBOOM, Harry. (1998), *The fourth generation of comparative stratification research*. Meeting of Research Council of the International Sociological Association, Canadá.

WRIGHT, Erik. (1997), *Class counts*. Los Angeles, UCLA Press.

Resumo

Os Estudos de Mobilidade Social e Ocupacional: Passado, Presente e Desafios para o Futuro
Felícia Picanço

O artigo tem como objetivo apresentar as principais perspectivas acerca da mobilidade social e ocupacional presentes na tradição sociológica. Além disso, buscar identificar os desafios contemporâneos para a área de estudos.

Palavras-chave: Mobilidade social, Mobilidade ocupacional.

Abstract

Studies on Social and Occupational Mobility: Past, Present, and Future Challenges

The article presents the main perspectives about social and occupational mobility in sociological tradition. In addition, it identifies contemporary challenges to the area.

Key words: Social mobility, Occupational mobility

Résumé

Les Études de Mobilité Sociale et Occupationnelle : Passé, Présent et Défis pour le Futur

L'article a pour objectif de présenter les principales perspectives à propos de la mobilité sociale et occupationnelle présentes dans la tradition sociologique. Il cherche, en outre, à identifier les défis contemporains dans ce domaine d'études.

Mots-clés: Mobilité sociale, Mobilité occupationnelle.

Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs

Casa de Oswaldo Cruz Departamento de Pesquisa - COC
www.coc.fiocruz.br

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP
www.cebrap.org.br

Centro de Estudos Africanos - CEA - USP
www.fflch.usp.br/cea

Centro de Estudos da Religião - CER-USP
www.fflch.usp.br/cer

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC
www.cedec.org.br

Centro de Estudos Rurais e Urbanos CERU-USP
www.fflch.usp.br/prpesq/ceru/htm

Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea CPDOC - FGV-RJ
www.cpdoc.fgv.br

Centro Josué de Castro Estudo e Pesquisa
www.josuedecastro.org.br

Centro Recursos Humanos - CRH - UFBA
www.crh.ufba.br

FGV - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo
www.easp.fgvsp.br

Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB
www.casaruibarbosa.gov.br

Fundação Joaquim Nabuco Instituto de Pesquisas Sociais - FJN
www.fundaj.gov.br

Instituto de Estudos da Religião - ISER
www.iser.org.br

Instituto de Relações Internacionais IRI-PUC-RJ
www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/iri

IUPERJ - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.iuperj.br/pos_graduacao

IUPERJ - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.iuperj.br/pos_graduacao

Museu Paraense Emilio Goeldi - UFPA
www.museu-goeldi.br/informacaocientifica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA - UFPA
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Democracia e Desenvolvimento - NADD/USP
www.nadd.prp.usp.br

Núcleo de Documentação e Informação Histórica - NDHIR/UFPA
www.reitoria.ufpb.br/ndhir

Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU - UNICAMP

www.unicamp.br/pagu/consulta.htm

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEPP - UNICAMP

www.nepp.unicamp.br

Núcleo de Estudos de População - NEPO - UNICAMP

www.unicamp.br/nepo

PUC-MG - Mestrado em Ciências Sociais - Gestão Cidades

www.pucminas.br/cursos/mestrado

PUC-RJ - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

www.puc-rio.br/ensinopesquisa/ccpg

PUC-SP - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

www.pucsp.br/pos

UEL - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

www.uel.br/cch/pos/mestsoc

UERJ - Programa de Pós-Graduação em Sociologia

www.ufal.br/propeg/posgraduacao

UFAL - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

www.2.uerj.br/~ppcis

UFBA - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

www.ppgs.ufba.br

UFC - Programa de Pós-Graduação em Sociologia

www.ufc.br/posgraduacao

UFF - Programa de Pós-Graduação em Antropologia

www.uff.br/ppga/dissertacoes.htm

UFF - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política-UFF

www.uff.br/pgcp

UFF - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito

www.uff.br/ppgsd

UFG - Programa de Pós-Graduação em Sociologia

www.fchf.ufg.br/pos-sociologia

UFJF - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

www.mestradosociais.ufjf.br

UFMG - Programa de Mestrado em Ciência Política

www.fafich.ufmg.br/dcp/mestrado.htm

UFMG - Programa de Mestrado em Sociologia e Antropologia

www.fafich.ufmg.br/soa

UFPA - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

www.ufpa.br/cfch

UFPB - Programa de Pós-Graduação em Sociologia

www.prpg.ufpb.br

UFPE - Pós-Graduação em Ciência Política

www.politica.ufpe.br

UFPE - Programa de Pós-Graduação em Antropologia

www.ufpe.br/antropologia

UFPE - Programa de Pós-Graduação em Sociologia

www.ufpeppgs.hpg.ig.com.br

UFPR - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

www.humanas.ufpr.br/pos/antropol

- UFPR - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.humanas.ufpr.br/pos/socio
- UFRGS - Programa de Pós-Graduação e Planejamento Urbano Regional
www.ufrgs.br/propur
- UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.ufrgs.br/ifch/ppgas
- UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.cienciapolitica.ufrgs.br
- UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufrgs.br/ifch/posgrad/sociologia
- UFRJ - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional
www.acd.ufrj.br/~museuhp/pesq.htm
- UFRJ - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social
www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa
- UFRN - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.cchla.ufrn.br
- UFRN - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.cchla.ufrn.br
- UFRRJ - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrário
www.alternex.com.br/~cpda
- UFSC - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.chf.ufsc.br/~antropos
- UFSC - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
www.reitoria.ufsc.br/prpg
- UFSCar - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ufscar.br/~ppgcs0
- UFSCar - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.ufscar.br/~ppgcs0
- UNB - Programa de Mestrado em Ciência Política
www.unb.br/ipol
- UNB - Programa de Mestrado em Relações Internacionais
www.unb.br/dpp.ppg.htm
- UNB - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.unb.br/ics/dan/manual_pos
- UNB - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.unb.br/ics/sol/posgraduacao
- UNESP - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.marilia.unesp.br/ensino/pos-grad/ciencias_sociais
- UNESP-Araraquara - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fclar.unesp.br/possoc
- UNESP/UNICAMP/PUC-SP - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
www.unesp.br/santiagodantassp ; www.unicamp.br/santiagodantassp;
www.pucsp.br/santiagodantassp
- UNICAMP - Programa de Doutorado em Ciências Sociais
www.ifch.unicamp.br/pos
- UNICAMP - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP - Programa de Mestrado em
Ciência Política
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP - Programa de Pós-Graduação
em Sociologia
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP - Programa de Política
Científica Tecnológica
www.ige.unicamp.br/dcpt

UNISINOS - Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais Aplicadas
www.unisinos.br/ppg.ciencias_sociais

USP - Programa de Pós-Graduação em
Antropologia
www.fflch.usp.br/da

USP - Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política
www.fflch.usp.br/dcp

USP - Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.fflch.usp.br/ds

Arquivos e Centros de Documentação

Anarchy Archives

dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/

Archiv der sozialen Demokratie

www.fes.de/archive/index_gr.html

Archives de France

www.archivesdefrance.culture.gouv.fr

Arquivo Ana Lagôa

www.arqanalagoa.ufscar.br

Arquivo Central do Sistema de Arquivos da unicamp

www.unicamp.br/suarq/siarq/

Arquivo de História da Ciência do MAST

www.mast.br/histciencia2.htm

Arquivo do Centro de Comunicação da unicamp

www.unicamp.br/cco/areas/acervo/index.htm

Arquivo do Estado de São Paulo

www.arquivoestado.sp.gov.br/

Arquivo Edgar Leuenroth

www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br

Archivo General de Indias

www.mcu.es/lab/archivos/AGI.html

Archivo General de la Guerra Civil Española

www.mcu.es/lab/archivos/SGV.html

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

www.rio.rj.gov.br/arquivo/

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

www.clionet.ufjf.br/ahuffj/

Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional

www.visualnet.com.br/mhn/

Arquivo Histórico do Museu Imperial

www.museuimperial.gov.br/arquivohistorico.htm

Arquivo Histórico Municipal de Salvador

www.pms.ba.gov.br/fgm

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

www.prodam.sp.gov.br/dph

Arquivos do Komintern

e-mail: iisgmofl@glasnet.ru

Arquivos Históricos/Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da unicamp

www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/

Arquivo Multimeios/Instituto de Artes da unicamp

www.iar.unicamp.br/multimeios/arquivo.htm

Arquivo Nacional

www.arquivonacional.gov.br

- Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
www.pbh.gov.br/cultura/arquivo
- Arquivo Público do Distrito Federal
www.arpdf.df.gov.br/
- Arquivo Público do Estado da Bahia
www.apeb.ba.gov.br/
- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)
www.ape.es.gov.br/web/index2.htm
- Arquivo Público do Estado do Pará
www.arqpep.pa.gov.br/
- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
www.aperj.rj.gov.br/
- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
www.sarh.rs.gov.br/apers/
- Arquivo Público de Mato Grosso
www.apmt.mt.gov.br/
- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Estado de Pernambuco)
www.fisepe.pe.gov.br/apeje/
- Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte
www.ape.rn.gov.br/
- Arquivo Público do Paraná
www.pr.gov.br/arquivopublico/
- Arquivo Público Mineiro (APM)
www.cultura.mg.gov.br/programas/cultura027.htm
- Arquivo Público Municipal de Além Paraíba – MG (Arquivo Público Municipal Geraldo de Andrade Rodrigues)
www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/index.html
- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (cebrap)
www.cebrap.org.br
- Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulalio da unicamp
www.unicamp.br/iel/cedae/cedae.html
- Centro de Documentação e Informação em Arte da Funarte (cedoc)
www.funarte.gov.br/cdoc/
- Centro de Documentação e Memória da unesp
www.cedem.unesp.br/
- Centro de Documentação e Referência Itaú Cultural (CDR)
www.itaucultural.org.br/quemso-
mos/bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagi-
na=120
- Centro de Documentação Maurício Tragtenberg
www.nobel.com.br/-cdmt/
- Centro de Documentação Memória Sindical da CUT
www.cut.org.br/index.htm
- Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA
www.candidomendes.br/ceaa
- Centro de Estudos da Metrópole
www.centrodametropole.org.br
- Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (cedec)
www.cedec.org.br
- Centro de Memória da unicamp
www.unicamp.br/suarq/cmu/
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

Consórcio de Informações Sociais –
CIS/NADD
www.nadd.prp.usp.br/piloto/index.aspx

Fundação Arquivo e Memória de Santos
www.web@santos.sp.gov.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br/

Fundação Joaquim Nabuco
www.fundaj.gov.br/

Fundação Osvaldo Cruz/Departamento de
Arquivo de Documentação
www.fiocruz.br/coc/dad1.html

Fundação Patrimônio Histórico da Energia
de São Paulo
www.fphesp.org.br/

Marxists.org Internet Archive
www.marxists.org/

National Archives and Records Administra-
tion (NARA)
www.nara.gov/

National Archives of Australia
www.naa.gov.au/

National Archives of Canada
www.archives.ca/

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –
NAEA
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da
Unicamp (nepp)
www.nepp.unicamp.br

Associações e Conselhos

Arquivistas Associados (ARQAS)
znap.to/arqas/

Associação Brasileira de Educação em
Ciência da Informação (abecin).
www.abecin.org/Home.htm

Associação Brasileira de Normas Técnicas
(ABNT)
www.abnt.org.br/

Associação Brasiliense de Arquivologia
(ABARQ)
[www.montess.com.br/dominio/abarq/fo-
rum/default.asp](http://www.montess.com.br/dominio/abarq/fo-
rum/default.asp)

Associação de Amigos do Arquivo Público
do Estado de Santa Catarina
e-mail: associacaoamigos.sc@bol.com.br

Associação de Arquivistas de São Paulo
(ARQ-SP)
www.arqsp.org.br/

Associação dos Arquivistas do Estado do
Rio Grande do Sul (AARS)
www.arquivologia.ufsm.br/aars/

Associação dos Arquivistas Brasileiros
(AAB)
www.aab.org.br/

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Gra-
duação em Ciência da Informação e Biblio-
teconomia (ANCIB)
www.alternex.com.br/~aldoibct/ancib.html

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs)
www.anpocs.org.br

Conselho Nacional de Arquivo (conarq)
[www.arquivonacional.gov.br/conarq/
index.htm](http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/
index.htm)

Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos
Municipais
e-mail: forumdam@uol.com.br

International Council on Archives
www.ica.org/

Bibliotecas Virtuais

ABU: la Bibliothèque Universelle
abu.cnam.fr/

Bibliomania
www.bibliomania.com/

Biblioteca Virtual Carlos Chagas
www.prossiga.br/chagas/

Biblioteca Virtual de Ciências Sociais
www.prossiga.br/csociais/pacc/

Biblioteca Virtual de Estudos Culturais
www.prossiga.br/estudosculturais/pacc/

Biblioteca Virtual Prof. José Roberto do Amaral Lapa
143.106.59.6/index.htm

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro
www.bibvirt.futuro.usp.br/

Bibliotecas Virtuais Temáticas
www.prossiga.br/bvtematicas/

UNESBIB - Bibliographic records of Unesco documents, publications and Library collections
unesdoc.unesco.org/ulis/unesbib.html

The Library of Congress
www.loc.gov
<http://catalog.loc.gov>

SiBi/USP
www.usp.br/sibi

Faculdades e Institutos

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
www.ibict.br/

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) (Especialização em Organização de Arquivos)
www.ieb.usp.br/

Instituto Superior de Estudos da Religião
www.iser.org.br

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (iuperj)
www.iuperj.br

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Graduação em Ciência da Informação)
www.inf.pucminas.br/ci/

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Mestrado e Doutorado em Comunicação e Semiótica - área: Tecnologias da Informação)
www.pucsp.br/-cos-puc/

Universidade do Rio de Janeiro (Graduação em Arquivologia)
www.unirio.br/cch/index.htm

Universidade Estadual de Londrina/Depto. de Ciências da Informação/Depto. de História (Graduação em Arquivologia; Especialização em Gerência de Unidades e Serviços de Informação)
www.uel.br/ceca/cinf/arquivologia.htm

Universidade Federal de Santa Maria/Arquivologia (Graduação em Arquivologia)
www.arquivologia.ufsm.br/

Universidade Federal Fluminense/Depto. de Documentação (Graduação em Arquivologia, Especialização em Planejamento, Organização e Direção de Arquivos)
www.uff.br/#

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Bacharelado em Arquivologia)
www.unb.br/deg/cursos.htm

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação - área: Planejamento de Processos Documentários)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Doutorado em Ciência da Informação - área: Transferência da Informação)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade de São Paulo/Depto. de Biblioteconomia e Documentação (Mestrado e Doutorado em Ciências - área: Ciências da Informação e Documentação)
www.eca.usp.br/departam/cbd/cursos/pos-grad/index.htm

Guias, Banco de Dados e Listas de Discussão

Comissão de Patrimônio Cultural (CPC)
www.usp.br/cpc/cpcinfo.html

Guia da Internet no Brasil para Cientistas Sociais, Historiadores e Arquivistas (do CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

infocafé
www.infocafe.cjb.net/

Lista de Arquivistas, Arquivos e Arquivologia
br.egroups.com
e-mail: owner@egroups.com

Lista Eletrônica de História do Brasil (HBrasil-L)
www.clionet.ufjf.br/hbr-l/index.htm
e-mail: hbr-mod@ah.ufjf.br

Rede Eletrônica de História do Brasil (ClioNet)
www.clionet.ufjf.br/

Museus

International Museum of Photography and Film (George Eastman House)
www.eastman.org/

Memorial do Imigrante
www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/

Museu da Pessoa
www2.uol.com.br/mpessoa/

Museum of Television & Radio, The
www.mtr.org/

Publicações Eletrônicas

Archival Science
www.wkap.nl/journals/archival_science

Arquivologia no Brasil
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

ASIS Thesaurus of Information Science, 2nd Edition (by Jessica Milstead)
www.asis.org/Publications/Thesaurus/tnhome.htm

Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth – o AEL via Internet
e-mail: andrew@unicamp.br

Boletim Eletrônico da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs *on-line*)
www.anpocs.org.br/boletim/boletim.htm

Bulletin des Archives de France-Publications
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/

Bulletin of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Bulletin/

Journal of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Publications/JASIS/jasis.html

Informação e Sociedade - Estudos
www.informacaoesociedade.ufpb.br/

Revista Brasileira de História
www.fflch.usp.br/dh/anpub/public_html/revista.htm

Revista Ciência da Informação (*Cionline*)
www.ibict.br/cionline/300101/index.htm

Scientific Electronic Library Online (SciELO Brazil)
www.scielo.br/

Trabalhos Publicados: 1975-2006

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, “Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica”.

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, “Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências”.

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, “Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada”.

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D’Alva Gil Künzo, “Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978”.

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, “Movimentos ‘Messiânicos’ Brasileiros: Uma Leitura”.

BIB 7

Roque de Barros Laraia, “Relações entre Negros e Brancos no Brasil”.

BIB 8

Amaury de Souza, “População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 9

Maria Valéria Junbo Pena, “A Mulher na Força de Trabalho”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil”.

BIB 10

Lia F. G. Fukui, “Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil.”

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, “Educação e Sociedade no Brasil”; *Lícia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, “Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente”.

BIB 12

Maria Teresa Sadek de Souza, “Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro”; *José Guilherme C. Magnani*, “Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas”.

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, “Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica”.

BIB 14

Lícia Valladares e Magda Prates Coelho, “Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica”.

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, “Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate”; *Bila Sorj*, “O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa”.

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, “Histórias de Vida na América Latina”; *Neuma Aguiar*, “Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 17

Julio Cesar Melatti, “A Antropologia no Brasil”; *Luiz Werneck Vianna*, “Atualizando uma Bibliografia: ‘Novo Sindicalismo’, Cidadania e Fábrica”.

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente”; *Mariza Corrêa*, “Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente”.

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, “A Instituição Militar no Brasil”.

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, “Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro”.

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, “Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas” e *Tania Salem*, “Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica”.

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, “Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 23

Roque de Barros Laraia, “Os Estudos de Parentesco no Brasil”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80”.

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, “Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise”.

BIB 25

Giralda Seyferth, “Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia”; *Maria Helena Guimarães de Cas-*

tro, “Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico”.

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, “Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura”.

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, “Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes”; *Cláudia Fonseca*, “A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar”.

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, “A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira”; *Anette Goldberg*, “Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político”; *Maria Cecília Spina Forjaz*, “Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)”.

BIB 29

Emília Viotti da Costa, “Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha”; *Berta G. Ribeiro*, “Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988”.

BIB 30

José Sávio Leopoldi, “Elementos de Etnoastronomia Indígena do Brasil: Um Balanço”; *Rafael de Menezes Bastos*, “Musicologia no Brasil Hoje”; *Lais Abramo*, “Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço”.

BIB 31

Helena Hirata, “Elisabeth Souza Lobo 1943-1991”; *Elisabeth Souza Lobo*, “O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Interesses, Organizações e Políticas Sociais”; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, “Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano”.

BIB 32

Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Tapia, “Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias”; *José Ricardo Ramalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate”; *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente”.

BIB 33

Paulo Freire Vieira, “A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990”; *Guíta Grin Debert*, “Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgar Leuenroth”.

BIB 36

Maria Ligia de Oliveira Barbosa, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes*

Ferreira, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

BIB 37

Fernando Limongi, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

BIB 38

Theodore Lowi, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

BIB 39

Marta T. S. Arretche, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)”; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

BIB 40

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lás Abramo e Cecilia Montero*, “A So-

ciologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

BIB 41

Gustavo Sorá, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Glória Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, “Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo”; *José Maurício Domingues*, “Evolução, História e Subjetividade Coletiva”; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, “A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”; *Marco A. C. Cepik*, “Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana”; *Angela Alonso*, “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”.

BIB 43

Sérgio Costa, “Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo”; *Eduardo C. Marques*, “Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos”; *Paulo J. Krischke*, “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”.

BIB 44

Luis Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, “Depoimento de

Darcy Ribeiro”; *Christina de Rezende Rubim*, “Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira”; *Gláucia Villas Bôas*, “A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão”; *Carlos Pereira*, “Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente”; *Flávia de Campos Mello*, “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”.

BIB 45

Eli Diniz, “Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente”; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Moraes*, “Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)”; *Lúcio Rennó*, “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”.

BIB 46

Julia S. Guivant, “A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, “Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social”; *Aloisio Ruscheinsky*, “Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos”; “Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, “Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior”; *José Vicente Tavares dos Santos*, “A Construção da Universidade Autônoma”; *Gilberto Velho*, “Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica”; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, “A ANDIFES e a Autonomia”.

BIB 47

Eduardo G. Noronha, “A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho”; *Cecília Loreto Mariz*, “A Teologia da Batalha Espiritual:

Uma Revisão da Bibliografia”; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, “A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico”; *Jawdat Abu-El-Haj*, “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”.

BIB 48

Priscila Faulhaber, “Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira”; *Fernanda Wanderley*, “Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica”; *Celina Souza e Márcia Blumm*, “Autonomia Política Local: Uma Revisão da Literatura”; *Fabiola Rohden*, “Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um Travelling no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

BIB 49

Licia Valladares e Roberto Kant de Lima, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

BIB 50

Marcus André Melo, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

BIB 51

Maria Herminia Tavares de Almeida, “Federalismo, Democracia e Governo no Brasil”; *Liszt Vieira*, “Notas Sobre o Conceito de Cidadania”; *Santuza Cambraia Naves e outros*, “Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil”; *Lúcio Rennó*, “A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto”; *Priscila Faulhaber*, “A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema”.

BIB 52

Ângela Maria Carneiro de Araújo, “Globalização e Trabalho”; *Clara Araújo*, “Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes”; *Fabiano Toni*, “Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais”; *Celso F Rocha de Barros*, “A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado”; *Luiz Henrique de Toledo*, “Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)”.

BIB 53

Gláucio Ary Dillon Soares, “Homenagem a Vilmar Faria”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: comércio, cultura e profissão (Parte I)”; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, “Path dependency e os Estudos Históricos Comparados”; *Leonardo Mello e Silva*, “Qualificação versus competência: um comentário bibliográfico sobre um debate francês recente”; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Lígia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, “Mestres e doutores em Sociologia”.

BIB 54

Maria Helena de Castro Santos, “Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil”; *José Carlos Durand*, “Publicidade:

Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)”; *Maria Lucia Maciel*, “Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”; *Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira*, “Águas revoltas. Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”; *Paolo Ricci*, “A medida das leis: do uso de noções genéricas à mensuração do imponderável”.

BIB 55

Fernando Limongi, “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”; *João Feres Jr.*, “A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma breve história cum estudo bibliográfico”; *Jorge Zaverucha e Helder B. Teixeira*, “A Literatura sobre Relações Cívico-Militares no Brasil (1964-2002): uma síntese”; *Delma Pessanha Neves*, “O Consumo de Bebidas Alcoólicas: Prescrições Sociais”; *Ana Maria Kirschner*, “A Sociologia Brasileira e a Empresa”.

BIB 56

Walquíria Leão Rêgo, “Norberto Bobbio, um Clássico das Ciências Sociais”; *Pedro Simões*, Religião, “Espiritualidade e Assistência Social”; *Paulo César Nascimento*, “Dilemas do Nacionalismo”; *Marcelo Ayres Camurça*, “Secularização e Reencantamento: a Emergência dos Novos Movimentos Religiosos”; *José Celso Cardoso Jr.*, “Fundamentos Sociais das Economias Pós-industriais: uma Resenha Crítica de Esping-Andersen”; *Diana Nogueira de Oliveira Lima*, “Antropologia do Consumo: A Trajetória de um Campo em Expansão”.

BIB 57

Maria Arminda do Nascimento Arruda, “Homenagem a Octavio Ianni”; *Giralda Seyferth*, “A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais”; *Christine Jacquet e Livia Alessandra Fialho da Costa*, “A Sociologia Francesa diante das Relações *Beaux-parents*: Enteados

nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação”; *Marcelo Medeiros*, “As Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos”; *Marcia Contins*, “Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: Uma Bibliografia”; *Cloves L. P. Oliveira*, “O que Acontece quando um Cavalo de Cor Diferente Entra na Corrida? O Painel das Estratégias Eleitorais dos Políticos Afro-americanos nas Eleições Municipais nos Estados Unidos”.

BIB 58

Argelina Cheibub Figueiredo, “O Executivo nos Sistemas de Governo Democráticos”; *R. Parry Scott*, “Família, Gênero e Poder no Brasil do Século XX”; *Andrei Koerner*, “Direito e Regulação: uma Apresentação do Debate Teórico no Réseau Européen Droit et Société”; *Sérgio Eduardo Ferraz*, “Os Dados do Normativo: Apontamentos sobre a Recepção das Teorias Contemporâneas de Justiça no Brasil (1990-2003)”; *Pablo Alabarces*, “Veinte años de Ciencias Sociales y Deporte en América Latina: un balance, una agenda”.

BIB 59

Luiz Felipe Miguel, “Teoria democrática atual: esboço de mapeamento”; *Alfredo Alejandro Gugliano*, “As democracias participativas através das lentes da pós-graduação: uma revisão da produção acadêmica no Brasil 1988-2002”; *Simone Bohn*, “Política comparada: um mapeamento do debate entre propostas teóricas e metodologias de pesquisa alternativas”; *Luís Antônio Francisco de Souza*, “Criminologia, direito penal e justiça criminal no Brasil: uma revisão da pesquisa recente”; *Carlos Eduardo Sell*, “Sociologia da mística: uma revisão de literatura”.

BIB 60

José Reginaldo Santos Gonçalves, Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônios; *Fabiola Rohden*, A constituição dos saberes sobre a sexualidade em diferentes perspectivas de análise; *Piero de Camargo Leirner*, Perspectivas Antropológicas da Guerra; *Artur Zimmerman*, Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil; *Paulo Sérgio Peres*, O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico.

BIB 61

Elisete Schwade, “Neo-esoterismo no Brasil: Dinâmica de um Campo de Estudos”; *Ana Cláudia N. Capella*, “Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas”; *Ana M. F. Teixeira*, “A cigarra e a formiga: Qualificação e Competência – Um Balanço Crítico”; *Amâncio Jorge Oliveira*, *Janina Onuki* e *Manoel Galdino Pereira Neto*, “Modelos Espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: Perspectivas e Críticas”; *Tatiana Savoia Landini*, “Sociologia de Norbert Elias”.

BIB 62

Adriano Oliveira e *Jorge Zaverucha*, “Tráfico de Drogas; Uma Revisão Tipográfica”; *Rafael Duarte Villa* e *Rossana Rocha Reis*, “A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de Pesquisa”; *João Marcelo Ehlert Maia*, “Idéias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura...”; *Daniel Barile da Silveira*, “Max Weber e Hans Kelsen: a Sociologia e a Dogmática Jurídicas”; *Felícia Picanço*, “Os Estudos de Mobilidade Social e Ocupacional: Passado, Presente e Desafios para o Futuro”.

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À BIB

Os artigos apresentados devem ser entregues com original e cópia, com texto datilografado ou digitado em espaço duplo, com margens razoáveis e sem emendas. Não devem ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas) ou 6 mil palavras.

O artigo deve ser acompanhado de seu resumo e de palavras-chaves, bem como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações etc.).

Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete, com cópia impressa em papel, no formato padrão IBM-PC, de preferência no programa Word for Windows, com a seguinte organização:

- Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.
- As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (Jaguaribe, 1962) ou (Jaguaribe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc.
- Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza substantiva, sem ultrapassar 3 linhas.

- A bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética.

Crítérios bibliográficos

Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em *itálico* /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ nº da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

SACHS, Ignacy. (1986), *Ecode-senvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2a edição, São Paulo, Vértice.

Artigo: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / “título do artigo entre aspas /PONTO/ nome do periódico em *itálico* /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas. Exemplo:

REIS, Elisa. (1982), “Elites agrárias, state-building e autoritarismo”. *Dados*, 25, 3: 275-96.

Coletânea: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / “título do capítulo entre aspas” /VÍRGULA/ *in (em itálico)*/ iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es)

/VÍRGULA/ título da coletânea, em *itálico*/VÍRGULA/local da publicação/VÍRGULA/nome da editora /PONTO. Exemplo:

ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), “Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975”, in O. B. Lima & S. H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, Luperj/Vértice.

Teses acadêmicas: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em *itálico* /PONTO/ grau acadêmico a que se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO. Exemplo:

SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de mestrado. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à ANPOCS. A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas.

Publicações

ANPOCS

Associação Nacional
de Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

A REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS) existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*. Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

A REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (BIB) é uma publicação semestral que já conta com 62 números que oferecem balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e centros de pesquisa apresentados a cada edição transformam a BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

Assinatura anual da RBCS (3 edições)

Nacional: R\$ 60

Internacional: US\$ 70

Assinatura anual do BIB (2 edições)

Nacional: R\$ 40

Internacional: US\$ 60

Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)

Nacional: R\$ 90

Intenacional: US\$ 100

Envie cheque nominal à ANPOCS:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - 1º andar - USP - 05508-900 - São Paulo - SP

Tel. (011) 3091-4664 Fax: (011) 3091-5043

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ Cep: _____

Data: _____ Tel.: _____



Impressão e Acabamento



Gráfica Bandeirantes S/A